

**INTERVENÇÃO CONTEMPORÂNEA NOS CASTELOS EM PORTUGAL**  
**DOIS CASOS DE ESTUDO, S. JORGE E POMBAL**



**ANA SOFIA FERNANDES DE ALMEIDA**

DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientação: Professor Doutor José António Banderinha

Arquitecto Luís Miguel Correia

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra

Julho 2012



## **Agradecimentos**

Aos orientadores pela disponibilidade, orientação e pela aprendizagem proporcionada.

Aos meus pais por todo o esforço em concretizar os meus sonhos.

A todos os amigos e colegas pelo apoio e motivação, em especial à Andreia, à Joana, à Mariana e à Sara.

À Rita pela cumplicidade e companhia na realização deste trabalho.

Ao Ricardo por estar sempre presente e por tudo o que significa para mim.



## Sumário

Introdução	9
Parte I. Castelos em Portugal	19
Capítulo 1. Os Castelos Portugueses até ao início do séc. XX	21
Capítulo 2. Os Castelos na ideologia do Estado Novo	33
2.1. Campanhas de intervenção da DGEMN	33
2.2. Critérios de Actuação	41
2.3. Os <i>monumentos nacionais</i> e o seu contexto	53
2.4. Castelos. Ruína e restauro	61
2.5. Intervenção em meados do século XX	69
Parte II. Castelos em Portugal na contemporaneidade (1985-2012)	79
Capítulo 3. Intervenção nos Castelos	81
3.1. Adaptação do monumento a novos usos	81
3.2. Valorização do monumento enquanto lugar	87
3.3. Zonas Especiais de Protecção	91
3.4. Programas de intervenção	99
3.5. A intervenção contemporânea	109
Capítulo 4. Casos de Estudo	127
4.1. Castelo de S. Jorge	127
4.2. Castelo de Pombal	143
Conclusão	153
Referências bibliográficas	165



## Lista de Siglas

AGEMN: Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

CAN: Conselho de Arte Nacional

CIAM: Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna

CMN: Comissões dos Monumentos Nacionais

CSAA: Conselho Superior de Arte e Arqueologia

DGEMN: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

IBI: *Internationales Burgen Institut*

ICOM: Conselho Internacional de Museus

ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPA: Inventário do Património Arquitectónico

IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico

IPPC: Instituto Português do Património Cultural

JNE: Junta Nacional de Educação

POIP: Programa Operacional das Intervenções no Património

PORA: Programa Operacional Regional do Alentejo

RAACAP: Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZP: Zona de Protecção

ZEP: Zona Especial de Protecção



## Introdução

“O que é, em suma a interpretação de um monumento de um sítio?: nada mais nada menos do que o primeiro passo para reintegrar, sem perda de «aura», sem alienação do objecto, o monumento ou o sítio nessa ordem contemporânea: conservando o monumento, valorizando o monumento, explicando e interpretando o monumento, para lhe conferir apenas, esta pequena dose de utilidade e de interacção. Uma pequena dose de utilidade, que se esgueira em filigrana perante a *inutilidade absoluta de qualquer ruína, de qualquer sítio que já foi.*”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 92.



Este trabalho pretende elaborar uma reflexão acerca da intervenção arquitectónica contemporânea nos castelos em Portugal.

O principal objectivo deste estudo é identificar e analisar um conjunto de intervenções realizadas nos últimos vinte e cinco anos nestas estruturas militares medievais, cuja intenção é a valorização e a requalificação dos castelos e da sua relação com o *lugar*. Procura-se compreender as circunstâncias e as condicionantes em que se realizaram.

É indispensável intervir em espaços ou construções que, pela sua natureza patrimonial, detêm um papel e um significado decisivo na identidade e na memória colectiva das comunidades, sendo os castelos um exemplo disso.

Hoje, os castelos reduzem-se na maioria dos casos a lugares de contemplação: observam-se à distância pela sua posição privilegiada e pelo imaginário a que nos transportam. Torna-se necessário que vejam as suas estruturas reabilitadas e passem a ser motivo de procura, isto é, que restabeleçam a sua relação com o meio envolvente e com a comunidade. Porém, tem-se verificado nos últimos anos, um incremento no número de intervenções nestes lugares. Novamente é dada grande atenção à salvaguarda e à dinamização destas estruturas militares históricas. Daí nascem novos problemas, desafios e exigências que se querem analisar neste trabalho. Pretende-se expor e discutir as questões que envolvem as intervenções realizadas nos castelos, em particular através da análise do contexto em que surgem as primeiras intervenções até à vontade contemporânea de lhes dar uma nova vida. Deseja-se também compreender como a arquitectura contemporânea pode contribuir neste processo, com a introdução de novos elementos que atribuam a estes espaços um renovado interesse e dinamismo.

Tomando consciência deste facto, levantam-se as seguintes questões: Como transformar os velhos problemas em novas oportunidades? O que fazer para atrair as pessoas, dinamizar e restituir a fruição destes lugares? Qual o papel da arquitectura contemporânea neste processo?

Para atingir os objectivos propostos estruturou-se o trabalho em duas partes, ambas com dois capítulos. A primeira parte, “Castelos em Portugal”, diz respeito à leitura destas estruturas medievais portuguesas até sensivelmente aos anos oitenta do século XX.

No primeiro capítulo procura-se expor de forma sucinta como os castelos desenharam o território nacional, desde a Idade Média até ao início do século XX.



Igualmente se deseja conhecer o estado de conservação dos castelos na fase anterior às campanhas da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

No segundo capítulo analisam-se algumas considerações relativas ao período de actuação do regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974), em que se organizaram discursos e metodologias que transformaram os *monumentos nacionais* em símbolos de uma nação e a sua conservação numa mensagem política. Em 1929 é criada a DGEMN, empreendedora de uma vasta campanha de obras nos monumentos classificados. Os castelos constituíram-se como elementos fundamentais para a construção de uma ideologia, convertendo-se em símbolos de identidade nacional. Assim, se justifica a pertinência de uma abordagem a este período, marcado por um programa ambicioso de intervenções que procuraram recuperar o perfil militar e a imagem icónica dos castelos. Interessa também perceber quais as repercussões que as políticas patrimoniais em vigor neste período tiveram nas operações realizadas nos últimos anos.

Na segunda parte, “Castelos em Portugal na contemporaneidade”, pretende-se identificar e analisar algumas das intervenções realizadas nos últimos 25 anos nestas estruturas medievais. Procura-se dar atenção às intervenções de maior envergadura que concederam novos valores culturais e funções aos castelos, com a ambição de restituir a fruição dos seus espaços. A partir de meados do século XX, verifica-se uma maior flexibilização nas intervenções efectuadas. A introdução de novas funções, nomeadamente hoteleira, passou a ser uma realidade. Pretende-se investigar as opções dos arquitectos responsáveis pelas intervenções em alguns castelos, procurando perceber quais as potencialidades e dificuldades destas experiências, que cuidados existiram na preservação da identidade dos edifícios e o que implicou a adição de novas funções. Deseja-se realizar uma análise e reflexão crítica sobre as intervenções mencionadas, conhecendo os seus autores e os novos programas.

Ao longo do trabalho será dada especial atenção à relação dos edifícios com os tecidos urbanos e paisagens onde estão inseridos, percebendo como se produz a articulação do monumento com o seu espaço envolvente. Neste sentido, procura-se compreender a influência que algumas Cartas e Convenções Internacionais tiveram na relação entre objecto arquitectónico, envolvente física e contexto social e cultural, gerando diferentes paradigmas de intervenção patrimonial e, conseqüentemente, novos dispositivos legais de protecção do património.



A abordagem ao tema é feita com o recurso a dois casos de estudo: a Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge – intervenção de João Luís Carrilho da Graça, e o Castelo de Pombal – intervenção de Luís Miguel Correia, Nelson Mota e Susana Constantino. A sua escolha prende-se com a importância a nível arquitectónico que tiveram na revitalização cultural dos espaços fortificados, por serem casos de referência no panorama nacional e pela forma como assumem a sua *modernidade*, não só pela utilização de materiais construtivos contemporâneos, mas também pela introdução de novas linguagens arquitectónicas. Pretende-se perceber como o confronto e o equilíbrio entre valores do passado e da contemporaneidade foram integrados na prática de projecto.

Apresentam-se de seguida algumas das principais fontes bibliográficas que serviram de referência para fundamentar as afirmações e os factos que se expõem no decorrer desta dissertação.

Pela sua capacidade de inventariação, os registos da DGEMN, do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) serão importantes fontes para este trabalho. De facto, grande parte da documentação que auxiliará à análise das mudanças operadas nos castelos e, em especial, dos casos de estudo, prende-se com documentos e artigos presentes em publicações técnico-científicas dedicadas à divulgação do património arquitectónico, com produção editorial do IGESPAR e dos já extintos IPPAR e DGEMN. Igualmente as descrições históricas e as fontes gráficas disponíveis no site oficial dos Monumentos Nacionais (Base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU) e nos boletins da DGEMN dedicados aos castelos foram importantes nesta análise.

O catálogo “*100 Anos de Património, Memória e Identidade*”, publicação produzida pelo IGESPAR, reflecte a evolução dos conceitos e da prática no património em Portugal, englobando os antecedentes pré-republicanos e evoluindo até à actualidade. Encontram-se assinalados nesta obra, os diferentes intervenientes e os diversos acontecimentos que, de alguma forma, marcaram este século na área do Património. Este catálogo apresenta-se assim, como um instrumento de divulgação neste campo e será uma referência neste trabalho.

Das leituras efectuadas dá-se também destaque a “*Caminhos do Património*”, sob a direcção da DGEMN, de onde sobressaem os textos de Maria João Neto, também autora



de “*Memória, Propaganda e Poder*”, obra que consiste na análise da acção da DGEMN, desde a sua criação, em 1929, até 1960, historiando as iniciativas protagonizadas por este serviço junto dos monumentos classificados e revelando a tomada de consciência da necessidade de salvaguarda do nosso património arquitectónico.

Salienta-se igualmente o contributo dos textos de Paulo Pereira em “*Pedras Angulares*”. Este volume reúne vários artigos que Paulo Pereira dedicou a temas do património, escritos e publicados entre 1996 e 2002. Trata-se, na sua maior parte, de matérias que abordou tendo por base a sua relação de trabalho com o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

Dedica-se especial atenção ao trabalho de Luís Miguel Correia, “*Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*”. Neste trabalho há o objectivo de confrontar o perfil arquitectónico dos castelos “produzido” no século XX, mais concretamente no período que medeia entre 1929 (ano da fundação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e 1949, e aquele que poderia ter sido o seu “semelhante” no século XVI. O autor faz uma descrição pormenorizada e inventariação das intervenções operadas sob a alçada da DGEMN, com a apresentação de figuras, mapas e gráficos que auxiliarão à realização deste trabalho.

O trabalho de Miguel Tomé – “*Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*”, de João Gouveia Monteiro – “*Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*”, e os artigos de Mário Jorge Barroca, Jorge Custódio e Isabel Cristina Fernandes são algumas das obras que também servirão de referência.



## **Parte I. Castelos em Portugal**



## Capítulo 1. Os Castelos Portugueses até ao início do séc. XX

Solitários ou inseridos em contextos urbanos ou rurais, os castelos encontram-se de Norte a Sul do território, recortando, de forma especial, as paisagens portuguesas. Estas estruturas fortificadas, que surgem em plena Idade Média, eram construídas essencialmente com um desígnio militar e político, sendo geralmente erguidas numa posição estratégica e dominante no território. De acordo com Mário Jorge Barroca o castelo é:

“[...] uma estrutura erguida no alto de um monte, procurando retirar o máximo proveito da topografia do terreno, cujo espaço era delimitado por uma muralha, no qual podia funcionar uma pequena guarnição militar e onde as populações se podiam recolher em caso de ameaça. [...] um castelo não é um local de habitat. É um local destinado ao refúgio temporário, destinado a ser utilizado em caso de necessidade.”<sup>2</sup>

A sua importância derivava do facto de a conquista de um território passar pela conquista do seu castelo e não do seu povoado: “Controla-se um território quando se controla o seu castelo.”<sup>3</sup> Estas estruturas responderam às necessidades da época, pois tanto resolviam os problemas de insegurança que se viviam (incurções, conflitos, ...), como serviam para controlar espaços e populações, sendo instrumentos de exercício do poder e elementos fundamentais no ordenamento do espaço.

Foi com a reforma românica de que foram alvo no século XII<sup>4</sup> que os castelos portugueses adquiriram o perfil arquitectónico que hoje conhecemos, com muralhas ameadas, torreões e torres de menagem. Assim se tornaram elementos de referência na paisagem, conferindo um sentido único a cada local. Conforme afirma Luís Miguel Correia:

“Na planície ou em zonas alcantiladas eles contribuem decisivamente para o desenho territorial sob as formas mais diversas, originando identidades próprias mas também numerosos traços comuns, nomeadamente por via da repetição de vários dos elementos

---

<sup>2</sup> BARROCA, Mário Jorge – “Uma paisagem com Castelos. In *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metápolis.*”, 2003, p. 175.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 176.

<sup>4</sup> Foi necessária uma mudança ao nível dos meios de defesa devido a alterações na filosofia de guerra.



que os compõem, situação que em muito contribui para a generalização e identificação de quadro, ou um cenário, universal da imagem do castelo em Portugal.”<sup>5</sup>

Ainda no decorrer do período da Idade Média, foram realizadas várias campanhas de obras nos castelos portugueses. Ao rei D. Dinis<sup>6</sup> se deve uma vasta acção de reforma na arquitectura militar portuguesa, que levou à transformação do perfil arquitectónico dos castelos e da estratégia de defesa do território. Segundo Mário Jorge Barroca, dessa campanha (que ocorreu entre 1288 e 1310) resultou uma nova geografia militar, em que se investiu sobretudo nas fortalezas situadas junto à raia terrestre.<sup>7</sup>

É também de salientar que durante o reinado de D. Dinis se assistiu “[...] à passagem do sistema de *defesa passiva* para o sistema de *defesa activa*, ou seja, do *castelo românico* para o *castelo gótico* em que, sumariamente, o castelo iria deixar de confiar apenas na resistência da sua muralha para se tornar oposição agressiva sobre o sitiante.”<sup>8</sup>

A partir do século XIV assiste-se a uma nova alteração de fundo, pois se até então a conquista do castelo era sinónimo da conquista de um território, a atenção centra-se agora em torno das cidades, vilas e das suas muralhas, que começam a usufruir de uma progressiva importância estratégica e se tornam alvo de conquista. A preocupação dos monarcas dirige-se então para a protecção das fronteiras e dos núcleos urbanos centrais, o que se traduz no investimento na construção e conservação das cercas destes aglomerados urbanos, em detrimento dos próprios castelos.<sup>9</sup> O seu sucessor, D. Afonso IV<sup>10</sup>, também determinou que se realizassem trabalhos relacionados com a coordenação de obras de conservação nos castelos.

No período de regência de D. Pedro I<sup>11</sup> implementaram-se medidas que tinham como objectivo o combate ao despovoamento das suas praças, através de políticas de *restauro* e de reforço de castelos e cercas. Registam-se várias intervenções, o que revela não só o desejo de preservar e reforçar as estruturas militares, mas também a necessidade de

---

<sup>5</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 30.

<sup>6</sup> D. Dinis reinou de 1279 a 1325.

<sup>7</sup> Nomeadamente nas fortalezas que se alinhavam ao longo da fronteira Norte e Leste do reino.

<sup>8</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 60.

<sup>9</sup> BARROCA, Mário Jorge – “Uma paisagem com Castelos.” In *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metápolis*, 2003, p. 180.

<sup>10</sup> O período de regência de D. Afonso IV decorreu entre 1325 e 1357.

<sup>11</sup> D. Pedro I reinou de 1357 a 1367.



responder a uma nova estratégia de combate, relacionada com a introdução de armas de fogo.

Verifica-se então, de uma maneira geral, que a partir dos reinados de D. Afonso IV e D. Pedro a coroa investe sobretudo na construção ou ampliação de muralhas urbanas. Merecem ainda destaque, as iniciativas produzidas no reinado de D. Fernando: “[...] que no contexto das guerras com Castela, tanto denotaram vontade de reedificar lanços de muralhas de castelos, como de as libertar e desimpedir de edificações inoportunas.”<sup>12</sup>

Com o uso crescente da artilharia a partir do século XVI, os castelos começam a perder gradualmente a sua importância estratégica, e por conseguinte, a sua funcionalidade. De acordo com Mário Jorge Barroca:

“Os castelos que permanecem activos são aqueles que preservam valor estratégico: que se alinham ao longo da raia (que foram desenhados por Duarte d’Armas em 1509-10) ou que se concentram ao longo dos principais eixos viários (isto é, dos eixos viários que conduzem a Lisboa ou a outros centros nevrálgicos do reino).”<sup>13</sup>

Este facto levou a que, a partir desta época, se anunciasse uma nova ciência da arte de fortificação – a abaluartada – que obedecia a critérios de construção distintos<sup>14</sup>. Ainda por este motivo, alguns exemplares foram objecto de algumas obras de intervenção que lhes alteraram significativamente a fisionomia, nomeadamente os que se localizavam nas linhas naturais de entrada no território (Alentejo, Beira Alta e Minho).

Também durante o século XVII, em pleno período da Guerra da Restauração, integradas na estratégia de defesa terrestre do reino, ocorreram importantes operações em algumas das estruturas militares, que lhes alteraram consideravelmente o perfil arquitectónico. Este conceito de defesa manteve-se ainda durante os conflitos da primeira metade do século XVIII, nas guerras de Sucessão de Espanha e dos Sete Anos.

---

<sup>12</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 157.

<sup>13</sup> BARROCA, Mário Jorge – “Uma paisagem com Castelos.” In *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metápolis*, 2003, p. 181.

<sup>14</sup> A fortificação abaluartada é um estilo de fortificação desenvolvido para fazer frente ao desenvolvimento da artilharia, já capaz de destruir facilmente as altas muralhas dos antigos castelos medievais.



Com o início do século XIX, um conjunto de acontecimentos, entre os quais as Invasões Francesas<sup>15</sup> de 1807 a 1811 e a Guerra Liberal de 1832 a 1834, iriam constituir-se como alguns dos principais factores para a alteração da imagem do património edificado, isto é, para um estado de deterioração e abandono. Revelava-se, por esta altura, um cenário generalizado de *ruína*. Esta degradação deveu-se essencialmente, aos conflitos ocorridos e à perda da sua função (militar), mas o abandono e a demolição intencional para aproveitamento de materiais ou para eliminar obstáculos à urbanização, a que estiveram sujeitos, também contribuiu bastante para esta situação.

O facto destas estruturas arquitectónicas serem assumidas como marcos na definição do território nacional, conjugado com o estado de degeneração em que se encontravam, acentuava a necessidade de salvaguarda e de instauração de instrumentos de protecção, nomeadamente através da sua classificação legal.<sup>16</sup> Em 1881 o reconhecimento do valor patrimonial dos castelos resultou na atribuição a esta tipologia do estatuto de *monumento nacional*<sup>17</sup>.

Efectivamente, as ruínas medievais assumiram por esta altura uma importância social e uma função simbólica, o que levou a que se admitissem “(...) acções de restauro na linha da recomposição formal e estilística para recuperação de um possível estado original, embora a situação especial da arquitectura militar, esvaziada da sua função e, no geral, destituída de ocupação, tenha permitido um maior espectro de atitudes e critérios de intervenção.”<sup>18</sup>

De acordo com Miguel Tomé: “No Portugal oitocentista, as intervenções em castelos e noutras construções de natureza militar ora assumiam o carácter de obra de conservação simples, ora se apresentavam como pesadas transformações da sua estrutura física e geralmente da ocupação funcional.”<sup>19</sup> Na realidade, apenas no final do século XIX, foi realizado um projecto de restauro para um castelo. Tratou-se do projecto de

---

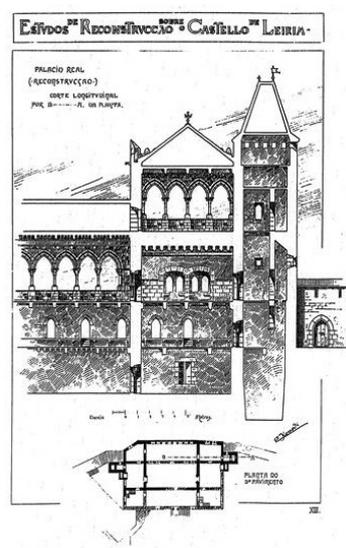
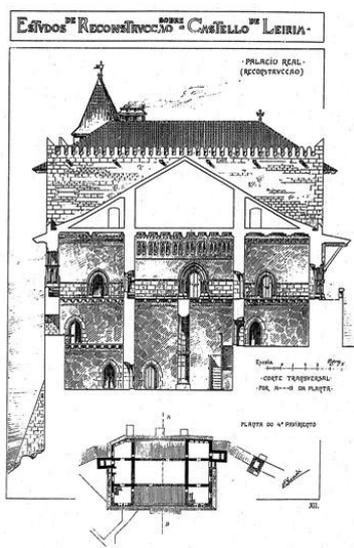
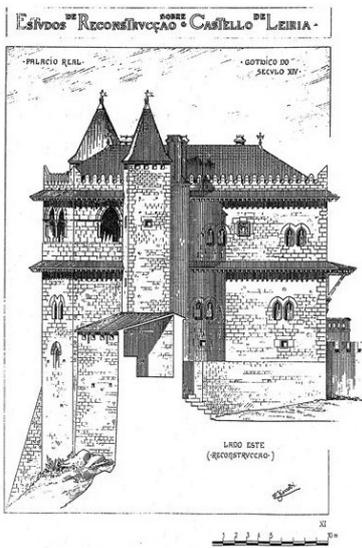
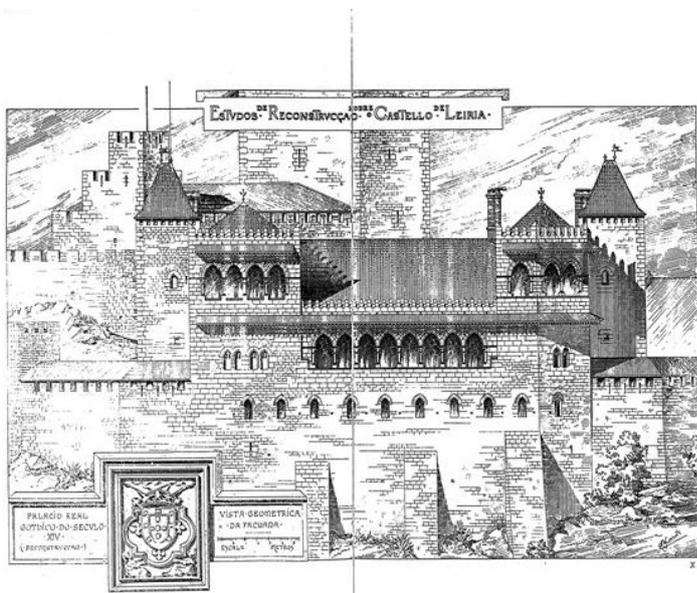
<sup>15</sup> Com a Revolução Francesa de 1789 surge uma significativa onda de destruição que atingiria o património edificado. Contudo, também por interesses políticos e económicos, interessava extinguir alguns objectos do passado, nomeadamente monumentos, pois constituíam-se como símbolos do anterior regime.

<sup>16</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 60-61.

<sup>17</sup> Em 1906 foi classificado o Castelo de Elvas, seguido de outros casos pontuais e, em 1910, foi concretizada a classificação de grande quantidade de monumentos militares. Ver: TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 61.

<sup>18</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 60.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 63.



1-4. Castelo de Leiria, Ernesto Korrodi, 1898

reconstrução do Castelo de Leiria<sup>20</sup>, da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi, que resultou na valorização estética das ruínas, embora recompondo-as e completando-as parcialmente, resultando numa reintegração estilística inventiva. Ernesto Korrodi desenvolveu também um estudo para a reconstrução do Castelo de Porto de Mós, “[...] no qual revelou a mesma vontade de reintegração da forma da habitação e da sua capacidade funcional.”<sup>21</sup>

Nos finais do século XIX, era manifesto que os monumentos históricos recebiam uma crescente importância e atenção por parte da sociedade e da cultura portuguesa. Como esclarece Isabel Cristina Fernandes:

“Desde pelo menos o último quartel do séc. XIX que se tornara acesa a discussão em torno do monumento, da sua conservação, reabilitação e classificação. A grande delapidação e o abandono de importantes exemplares arquitectónicos nacionais [...] gerou fortes movimentações por parte da intelectualidade da época.”<sup>22</sup>

Surgiam então os primeiros protestos contra o descuido a que o Governo e os municípios votaram os *monumentos nacionais* e era flagrante a “[...] inexistência de um inventário do património artístico, de técnicos habilitados para as intervenções a realizar no património arquitectónico e de um serviço de inspecção [...]”<sup>23</sup> Aumenta a vontade de intervenção e o desejo de formulação legislativa adequada à sua defesa. Propõem-se determinadas medidas para inverter esta situação, tal como a criação de um serviço de inspecção ou o estabelecimento de critérios para as intervenções, no entanto, era óbvia a falta de competência dos técnicos, providos de fracos conhecimentos teóricos e práticos.

As sucessivas Comissões dos Monumentos Nacionais que então tutelavam o património edificado português orientavam a sua acção para a selecção dos monumentos a classificar e salvar, sendo auxiliadas pela Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, encabeçada pelo arquitecto Joaquim Possidónio da Silva.<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> Este projecto é datado de 1895, sendo publicado em 1898. A concretização apenas se tornou possível em 1915.

<sup>21</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 64.

<sup>22</sup> FERNANDES, Isabel Cristina – “Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação.”, p. 150.

<sup>23</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 206.

<sup>24</sup> FERNANDES, Isabel Cristina – “Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação.”, p. 150.



O século XX trouxe a Implantação da República e a criação do “[...] primeiro sistema coerente de protecção, salvaguarda, conservação e transmissão da herança cultural portuguesa.”<sup>25</sup>

Ainda em 16 de Junho de 1910, é publicada em decreto a lista oficial dos *monumentos nacionais* aprovada pelo Governo, que compreendia um total de 465 monumentos (mais tarde 558), tendo sido classificados na categoria de *Monumentos Militares* 56 castelos, entre os quais as estruturas de Elvas e Guimarães.<sup>26</sup>

A primeira iniciativa criada no seio da República consistiu no Decreto de 19 de Novembro de 1910, que estabelece novas bases de protecção do património artístico nacional. Em 1915 é criado o Conselho de Arte Nacional (CAN), que entretanto se passou a denominar de Conselho Superior de Arte e Arqueologia (CSAA) e que atribuía a categoria de *monumento nacional* a todos os edifícios com interesse artístico ou histórico. Nenhum dos edifícios classificados poderia sofrer qualquer alteração sem aprovação superior e caso houvesse oposição à respectiva classificação, estava previsto o regime de expropriação.<sup>27</sup>

No seio do Ministério das Obras Públicas é criado em 1920, um organismo destinado à direcção e à execução de obras em edifícios públicos e *monumentos nacionais*, a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN). Em Abril de 1929 nasce a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e a AGEMN deixa de existir. Para o novo organismo, os castelos constituíram-se como elementos fundamentais para a construção de uma ideologia, convertendo-se em símbolos de identidade nacional e passando a ser, por isso, alvo de um programa ambicioso de intervenções que procuraram recuperar o seu perfil militar e a sua imagem icónica.

---

<sup>25</sup> CUSTÓDIO, Jorge – “A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932).” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 85.

<sup>26</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 223.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 228.



5. A Lição de Salazar, Deus, Pátria, Família:  
A Trilogia da Educação Nacional



6. Paço de Sousa - Os arquitectos Adães Bermudes e Baltazar da  
Silva Castro dirigindo os trabalhos de reconstrução do túmulo  
de Egas Moniz

## Capítulo 2. Os Castelos na ideologia do Estado Novo

### 2.1. Campanhas de intervenção da DGEMN

No quadro do regime ditatorial de Oliveira Salazar, que se consagraria como Estado Novo<sup>28</sup>, é criada em 1929 a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que tinha como competência a realização de obras nos monumentos classificados e o objectivo de zelar pela salvaguarda do património arquitectónico da Nação.

Estes serviços foram criados pelo Decreto nº 16791, de 30 de Abril de 1929, no seio do então Ministério do Comércio e Comunicações, com o intuito de reunir os serviços de obras de edifícios e *monumentos nacionais*, formando-se uma escola de técnicos dedicados ao *restauro* dos monumentos.<sup>29</sup> Para o cargo de director-geral foi nomeado um engenheiro militar, Henrique Gomes da Silva, e no corpo dos técnicos dirigentes do serviço, distinguem-se os arquitectos António de Couto Abreu, Baltazar da Silva Castro, Raul Lino e, já nos anos 50 e 60, Humberto Reis, Luís Benavente e João Vaz Martins.<sup>30</sup>

Coube então a este serviço, visitar os monumentos e propor medidas para a sua conservação, bem como actualizar o inventário geral dos imóveis classificados e organizar um catálogo e um arquivo iconográfico. A sua competência passava igualmente por “[...] formular os preceitos técnicos e todas as regras a serem observadas, quer no tratamento e conservação quer na execução das obras de reparação ou restauro dos monumentos nacionais [...]”<sup>31</sup> e acompanhar a “[...] elaboração dos planos de restauro dos Monumentos Nacionais e dos Imóveis de Interesse Público, bem como a emissão de pareceres sobre a estética dos edifícios [...]”<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> Nome do regime político autoritário e corporativista do Estado, que vigorou em Portugal durante quarenta e um anos, desde 1933 até 1974. A designação oficiosa “Estado Novo” foi criada sobretudo por razões ideológicas e propagandísticas, em que se quis assinalar a entrada numa nova era, aberta pela Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926.

<sup>29</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 13.

<sup>30</sup> NETO, Maria João – “Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 160.

<sup>31</sup> NETO, Maria João – “Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 199.

<sup>32</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 208.



A DGEMN transforma-se num dos estandartes do regime, na medida em que é através deste organismo que se procuram exaltar os momentos de triunfo da Nação, fundamental para o estabelecimento da identidade pátria pretendida. Citando Maria João Neto:

“[...] o novo organismo, montado dentro da orgânica do Ministério das Obras Públicas, responde à estratégia política e ideológica do regime. Por um lado, representa a afirmação da mudança, do progresso e da eficácia, apanágio da máquina das Obras Públicas accionada por Duarte Pacheco. E, por outro, assegura a evocação da memória, através do restauro dos monumentos nacionais, que, assim, funcionam como documentos-símbolos, por excelência, da História pátria.”<sup>33</sup>

As acções praticadas neste período traduziam uma vontade de recuperação dos *monumentos nacionais*, justificada pelo estado de “abandono” e *ruína* em que se encontrava algum do património nacional, ficando conhecido, por isso, como *era da restauração*, expressão celebrizada pelo próprio Salazar.

Adoptaram-se filosofias que transformariam os monumentos classificados num instrumento capaz de afirmar os valores ideológicos que o regime almejava afirmar, tornando o seu *restauro* num mecanismo de propaganda dos seus ideais nacionais. Para justificar esta posição e “[...] recolocar a Pátria no caminho da tradição histórica [...]”<sup>34</sup>, as figuras do regime utilizavam o passado para justificar as acções do presente. Como retrata Luís Miguel Correia: “Seria neste contexto que algumas épocas do passado seriam contempladas e evocadas, onde os seus méritos triunfais serviriam de testemunho e justificariam a mesma grandeza e estatuto que se pretendia dar às acções do presente.”<sup>35</sup> Justifica-se assim que os *monumentos nacionais* que seriam alvo de intervenções fossem eleitos segundo critérios assentes na dimensão histórica do seu passado.

Por ocasião das comemorações de datas, factos e figuras significativas da História do País<sup>36</sup>, o plano de acção e propaganda do Estado Novo encontra o momento ideal para

---

<sup>33</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 284.

<sup>34</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 249.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 251.

<sup>36</sup> Comemoravam-se épocas de glória, ou seja, épocas de formação e restauração da Nação e aquelas que representavam a expansão de Portugal no mundo, como o período medieval, os descobrimentos ou a restauração. Também se celebraram figuras, como por exemplo, fundadores ou restauradores da Nação.



explorar o valor simbólico dos monumentos e projectar a imagem de eficácia e competência que se pretendia. “As comemorações centenárias foram um dos principais veículos de propaganda ideológica do regime que contaram com a acção da DGEMN para fazer «renascer» os monumentos coevos das épocas evocadas.”<sup>37</sup> Com o objectivo de regenerar, desenvolver e consolidar o conceito de Pátria: “Assinalam-se efemérides históricas recorrendo a conferências públicas e a publicações a elas alusivas, a colóquios, ao levantamento de estátuas e à realização de cerimónias de autêntica deificação.”<sup>38</sup>

Estas celebrações teriam também um papel na educação e formação cívica da população, uma vez que através dos monumentos históricos se afirmava a consciência patriótica que o regime desejava transmitir. Entre elas distinguem-se as Comemorações dos Centenários: o *VIII Centenário do Nascimento de Portugal* e o *III Centenário da Restauração da Independência*. Celebrados em 1940, alteraram significativamente a imagem do território e dos *monumentos nacionais*, o que foi comprovado pelo número de intervenções e pelo esforço financeiro despendido. A obra da DGEMN aparece igualmente com destaque na exposição evocativa dos *15 Anos de Obras Públicas*<sup>39</sup>, organizada no Instituto Superior Técnico, em 1948, com o intuito de demonstrar que a iniciativa do Estado Novo pela valorização dos monumentos não se tinha ficado pelo ano de 1940. Na senda das iniciativas comemorativas destacam-se ainda as festividades por ocasião da visita da rainha Isabel II de Inglaterra ao país, em 1957 e o *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, em 1960.

Este programa de comemorações constituiu-se como um dos períodos de maior actividade da DGEMN, *restaurando* muitos dos mais emblemáticos *monumentos nacionais*.

Devido ao seu papel na formação de Portugal e de vários momentos dedicados à história portuguesa, o Estado Novo empreendeu um vasto programa de intervenções nas estruturas militares em apreciação. Estas estruturas assumiram sucessivamente a função de congregar o patriotismo nacional, sendo considerados símbolos pátrios. Tendo então em conta a sua função simbólica e a sua situação, ou seja, um avançado estado de degradação e *ruína*, promoveu-se um conjunto de acções sobre os castelos portugueses de maneira a recuperar o seu domínio visual (a sua forte imagem), que se constituía como uma forma de afirmação do regime (que os tinha restaurado). Convertiam-se em objectos de interesse não

<sup>37</sup> NETO, Maria João – “Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 162.

<sup>38</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 306.

<sup>39</sup> Vinte e três castelos integram esta exposição.



só pelo seu valor artístico e histórico, mas também como instrumento portador de mensagens ideológicas. Neste sentido, a DGEMN assumiu as directrizes do regime relativamente às intervenções patrimoniais, tendo nesse contexto restaurado inúmeros castelos.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> SANTOS, Joaquim Rodrigues dos – “Compor ameias em castelos como dentes em dentaduras: a reabilitação funcional de fortificações medievais em Portugal.” In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*, 2011, p. 98-99.



## 2.2. Critérios de Actuação

Nas propostas e nas obras realizadas durante as primeiras décadas desta direcção política (Estado Novo), os monumentos recebiam uma atenção central aos quais o “ambiente” se deveria adaptar de acordo com a intenção pretendida. O monumento, objecto do passado e do presente, enquadrava e transmitia um conjunto de valores históricos e simbólicos, sendo por isso entendido como o ornamento primário e insubstituível da paisagem que o enquadra. As intervenções patrimoniais revelavam o papel central dos monumentos relativamente ao seu contexto (fosse urbano ou rural), uma vez que: “Determinados por apetências políticas, sociais, culturais e turísticas, os *monumentos nacionais* iriam assumir-se como motores da reestruturação do respectivo *contexto* e não como meros componentes de um projecto de âmbito e escala mais alargados.”<sup>41</sup>

Nesta formulação centrada no objecto arquitectónico, que teve a sua origem no século XIX, os monumentos são então o instrumento para a concretização da exaltação dos valores de índole nacionalista e tradicionalista apetecida pelo regime, aos quais, o lugar se deveria adaptar. Nos projectos e intervenções utilizaram-se procedimentos de maneira a que a atenção se dirigisse para o monumento, nomeadamente com a possibilidade de “limpeza” em seu redor, com o recurso à demolição ou à desobstrução de elementos. Esta orientação centrada na submissão do contexto ao objecto arquitectónico resultaria na maioria das situações no seu isolamento físico. De acordo com Miguel Tomé: “Geralmente transformavam-na [a envolvente] num quadro neutro que devia acentuar o carácter de excepcionalidade do edifício, pelo seu isolamento físico em amplos espaços e largas perspectivas.”<sup>42</sup> De facto, havia a possibilidade de expropriar construções e de eliminar elementos (construídos ou vivos) que por algum motivo atentassem contra a conservação e leitura de um monumento ou que desvirtuassem a imagem que se pretendia recriar. Mas pelo contrário, também se podiam salvaguardar determinados elementos, que contribuíssem para a composição do quadro pretendido.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 184.

<sup>42</sup> TOMÉ, Miguel – “Arquitectura: conservação e restauro no Estado Novo.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 171.

<sup>43</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 187.



Dirigida a atenção para o monumento, os trabalhos da DGEMN seguiam uma orientação no sentido de privilegiar a *unidade de estilo* e a antiguidade de cada imóvel histórico, procedendo ao restauro integral dos edifícios. Segundo Maria João Neto havia o objectivo de “[...] conferir aos monumentos «a pureza da sua traça primitiva» [...]”<sup>44</sup>, obrigando muitas vezes à reinvenção literal de partes de monumentos “em falta” ou entretanto transformados.

Durante este período, procurava-se então recuperar a “feição primitiva” ou imagem “original” dos edifícios e, por isso, os critérios de actuação utilizados implicavam o uso de técnicas muito semelhantes às primitivas.<sup>45</sup> As intervenções “[...] pautaram-se por uma reintegração arquitectónica com base numa pureza de estilo [...]”<sup>46</sup>, com o sacrifício de elementos de outras épocas (do século XVII e XVIII<sup>47</sup>), considerados como “atentados estéticos à harmonia dos edifícios.”<sup>48</sup> Desejava-se repor os monumentos ao seu estado “original”, de acordo com o momento histórico evocado, suprimindo os acrescentos posteriormente concebidos, que pudessem prejudicar a sua mensagem simbólica.<sup>49</sup> Efectivamente, a sua acção baseava-se em critérios de validação histórica que visavam a reintegração do monumento na sua “[...] beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens.”<sup>50</sup>

As obras realizadas revelam que os princípios adoptados tiveram em consideração a realidade presente, “[...] caracterizada pela ausência de matéria, programa e ocupação [...]”<sup>51</sup> No entanto, como descreve Miguel Tomé:

<sup>44</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 234.

<sup>45</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 85.

<sup>46</sup> NETO, Maria João – “Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 160.

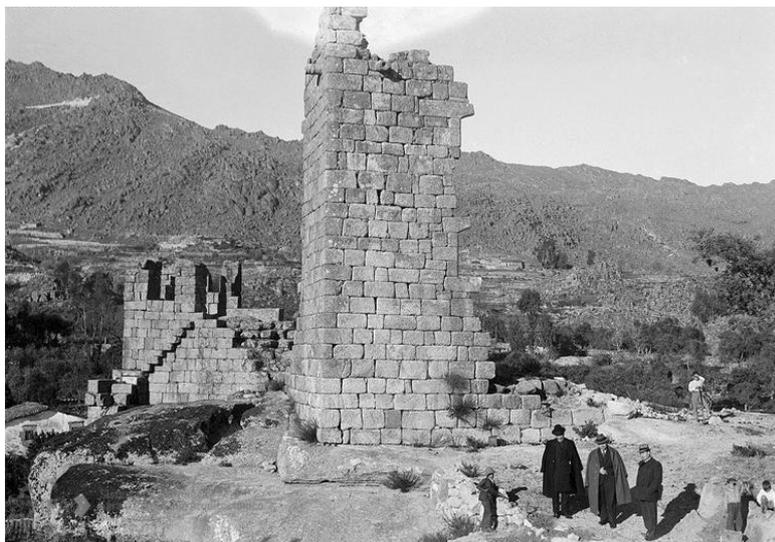
<sup>47</sup> A campanha da DGEMN serviu-se da imagem do castelo no início do século XVI para delinear o seu perfil arquitectónico no século XX.

<sup>48</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 236.

<sup>49</sup> Contam-se entre as intervenções mais inventivas, os restauros levados a cabo no Castelo de S. Jorge (Lisboa), Igreja Matriz de Lourosa, Igreja de S. Pedro de Rates e Paço dos Duques de Guimarães. [de que falaremos adiante] p. 14 PP

<sup>50</sup> Henrique Gomes da Silva – “Monumentos Nacionais: orientação técnica a seguir no seu restauro.” In *Actas do 1º Congresso da União Nacional*, 1934. Por: PEREIRA, Paulo – “Acerca das intervenções no Património Edificado. Alguma História.” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 14.

<sup>51</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 359.



7. Castelo de Castelo Novo, antes das intervenções



8. Castelo de Castelo Novo, depois das intervenções

“[...] apesar da fórmula romântica de «reintegração na feição primitiva» ser invocada em quase todas as intervenções, na prática prevaleciam critérios díspares, por vezes ambíguos, mas atentos às circunstâncias de cada projecto. No geral, recusavam a invenção aleatória e procuravam recuperar a «traça original» empregando processos de desocultação que eliminavam os estratos mais recentes, entre os quais os elementos decorativos e os revestimentos datados da época moderna [...]”<sup>52</sup>

O ambiente que se vivia foi determinante na selecção dos edifícios a restaurar, pois importava que servissem o programa ideológico-cultural traçado pelo regime. Neste sentido, igualmente os edifícios medievais deviam aparentar a sua época de construção “como exemplos vivos da ancestralidade da Nação”, sem que elementos de épocas posteriores perturbassem essa identificação.<sup>53</sup> Assim, depois da intervenção, “cada monumento oferecia-nos uma imagem estável, monoestilística e completamente asseptizada, desprovida de quaisquer «impurezas».”<sup>54</sup>

Todavia, na década de 30, a par da crescente importância dada à envolvente dos monumentos, dá-se uma mudança de pensamento no que diz respeito às soluções construtivas utilizadas nos restauros. Se por um lado se difundia agora a noção do valor patrimonial do monumento alargado à dimensão cultural da paisagem, por outro, aumentava a ideia de restauro minimalista e da dispensa de qualquer intervenção criativa.<sup>55</sup> Objectivava-se o respeito pelos sinais da antiguidade, por um lado reutilizando materiais antigos (provenientes de demolições ou artificialmente envelhecidos) e por outro, dissimulando os novos materiais e tecnologias para não alterar visualmente o carácter do monumento.<sup>56</sup>

Estas alterações de pensamento dão-se, em particular, por via das recomendações descritas nas conclusões da conferência realizada em 1931 em Atenas, que deu origem à

---

<sup>52</sup> TOMÉ, Miguel – “Arquitectura: conservação e restauro no Estado Novo.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 169-170.

<sup>53</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 258.

<sup>54</sup> PEREIRA, Paulo – “Acerca das intervenções no Património Edificado. Alguma História.” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 14.

<sup>55</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 17.

<sup>56</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 81.



9. Pormenor interior do Castelo da Feira durante as obras



10. Pormenor interior do Castelo da Feira depois das obras

*Carta de Atenas*<sup>57</sup>. Revelava-se agora uma consciência legal e política pelo facto de um monumento, ou qualquer edifício, ser resultado dos seus valores intrínsecos, mas também da sua envolvente, o dito contexto do lugar.<sup>58</sup> Sentia-se a preocupação em manter os conjuntos urbanos, pelo que se recusava qualquer “limpeza” da envolvente.

“Contudo, a interpretação do teor da *Carta de Atenas*, e o que nela se encontrava implícito em relação ao *contexto* dos *monumentos*, deparou-se com outra realidade em Portugal.”<sup>59</sup> Neste período e nos anos seguintes, encontrava-se no auge a valorização dos *monumentos nacionais* e as práticas de *restauro*, contrárias às resoluções de Atenas.<sup>60</sup>

Salienta-se, no entanto, que a forma como se entendia o monumento e a sua relação com o cenário envolvente encontraria oposição nos próprios quadros técnicos da DGEMN, nomeadamente por influência de Raul Lino<sup>61</sup>, que de algum modo defendia os preceitos enunciados na futura Carta de Veneza.<sup>62</sup>

Em síntese, verificava-se uma dualidade de preceitos, pois se por um lado se reforçava uma vontade de conservação, por outro ficava claro o desejo de isolamento físico e simbólico dos *monumentos nacionais* e por isso, na mesma intervenção podiam existir critérios *conservacionistas* e *devastadores-restauradores*. Miguel Tomé afirma: “A salvaguarda patrimonial resultava, assim, de duas linhas de actuação simultâneas: a conservação dos monumentos e a destruição do tecido envolvente.”<sup>63</sup> Esta diferença na abordagem e nos critérios de intervenção – conservação ou restauro – teria em conta o objecto intervencionado e o seu contexto. Citando novamente Miguel Tomé:

“O confronto de ideologias de restauro e conservação, contemporâneo da intervenção em monumentos desde a sua consagração como património histórico e artístico no século XIX, apresentava-se, no entanto, como uma falsa bipolarização, uma vez que os dois

---

<sup>57</sup> A Carta de Atenas para o Restauro dos Monumentos Históricos foi adoptada aquando do I Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado entre 21 e 30 de Outubro de 1931.

<sup>58</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 177.

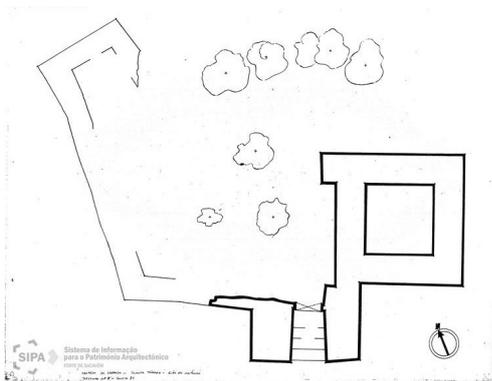
<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

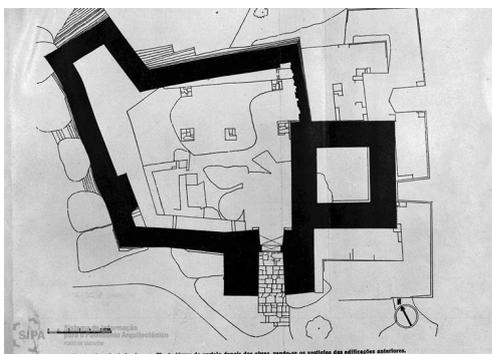
<sup>61</sup> Raul Lino (1879-1974) formou-se em Inglaterra e na Alemanha. Foi discípulo de Albrecht Haupt, um conhecedor da arquitectura portuguesa do século XVI.

<sup>62</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 192.

<sup>63</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 98.



11. Planta térrea do Castelo de Lanhoso, antes das obras



12. Planta térrea do Castelo de Lanhoso, após as obras



13. A entrada do castelo, antes das obras



14. A entrada do Castelo de Lanhoso, depois das obras de reconstituição

conceitos raramente eram aplicados na íntegra, afirmando a prática uma constante revisão e cruzamento de teorias, que se contrariavam frequentemente. Se o mítico confronto entre as atitudes restauradoras e reintegradoras de Viollet-le-Luc e as conservadoras de Ruskin se completou na síntese de Boito, a ambiguidade e utopia que todas encerravam proporcionaram a riqueza de interpretações que as inúmeras intervenções em monumentos foram confirmando.”<sup>64</sup>

No que diz respeito às intervenções realizadas nas estruturas militares, Luís Miguel Correia refere que:

“Os castelos, devido ao seu estado físico calamitoso, a ruína, seriam objecto desta aparente ambiguidade de tratamento. Embora pudessem ser integrados numa comunhão conjunta de princípios de intervenção, foram caso a caso objecto de actos particulares que dependeram, também eles, entre vários aspectos, do grau de degradação do próprio objecto e do “estado” do cenário que os rodeava.”<sup>65</sup>

Assim, além de coexistirem no mesmo castelo obras de consolidação e reconstrução, notava-se também uma maior contenção nas operações realizadas devido à sua incapacidade funcional e ao estado de *ruína* em que se encontravam muralhas, torres e ameias.

Relativamente aos critérios de actuação empregues pelo corpo de técnicos dirigentes da DGEMN verifica-se então que, apesar de enunciados certos preceitos de acção, não existiu um debate teórico de princípios de intervenção nos monumentos.<sup>66</sup> Neste sentido, os *Boletins*<sup>67</sup> editados por este organismo revelaram-se essenciais, pois comprovam este leque de critérios díspares. Estes resultam da necessidade de documentação dos trabalhos realizados (acentuada pela Carta de Atenas), visto que uma das tarefas da DGEMN era precisamente fazer a divulgação dos restauros. Publicados de 1935 a 1966, e depois espaçadamente até 1990, documentam as intervenções levadas a cabo

---

<sup>64</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 128.

<sup>65</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 267.

<sup>66</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 233.

<sup>67</sup> MOP/DGEMN, 1935-1990



15. Boletim dedicado à Igreja de Leça do Bailio, 1935



16 Boletim dedicado ao Castelo de Guimarães, 1937



17. Boletim dedicado ao Castelo de Sesimbra, 1943-44

e as metodologias empregues em cada monumento.<sup>68</sup> Neles consta uma pequena monografia histórica sobre o edifício (encomendada a personalidades exteriores à Direcção-Geral), um registo dos trabalhos realizados e o levantamento gráfico elaborado pelos técnicos responsáveis pela obra, como plantas e fotografias, que traduziam a situação do edifício antes e depois da intervenção.<sup>69</sup> Ainda assim, é de notar que, por norma, estes boletins não justificam ou defendem os critérios utilizados e não expressam uma filosofia de acção, o que resultou em intervenções muito distintas.

---

<sup>68</sup> Foram editados 129 números, sendo que o primeiro *Boletim* era dedicado à Igreja de Leça do Bailio. O primeiro dedicado a um castelo português reporta ao número oito desta publicação e refere-se ao Castelo de Guimarães, em 1937.

<sup>69</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 233.



### 2.3. Os *monumentos nacionais* e o seu contexto

Para Gustavo Giovannoni (1873-1947), um dos principais redactores da Carta de Atenas, “[...] os monumentos inserem-se na matriz urbana e ambiental que os envolve e integra, considerando deste modo imprudente qualquer intervenção que pretenda o seu isolamento físico, eliminando para tanto elementos que se oponham à sua limpeza visual.”<sup>70</sup> É assim fulcral, para o autor italiano, a relação do objecto arquitectónico com a sua envolvente, compreendendo que um monumento não é independente do ambiente em que se insere – o contexto do lugar.

Se no âmbito internacional, a Carta de Atenas de 1931 se revela importante na discussão de uma nova dimensão do monumento histórico e do seu contexto, em Portugal irá coincidir, como se viu anteriormente, com o advento político do Estado Novo e com o auge das campanhas de valorização dos *monumentos nacionais*. Verifica-se portanto, que os critérios relativos à prática de *restauro* dos monumentos praticada na realidade portuguesa eram contrários às resoluções de Atenas.<sup>71</sup>

Os instrumentos e procedimentos legais, como também a maioria dos projectos e das intervenções realizadas, revelam que os imóveis e o seu contexto não eram objecto de uma salvaguarda conjunta, sendo antes considerada a sua envolvente, como o lugar de enquadramento dos monumentos.<sup>72</sup> “Destes instrumentos de ordem jurídica destacam-se o Decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932, o Decreto n.º 21875, de 18 de Novembro de 1932 e, ainda, o Decreto-Lei n.º 28468, de 15 de Fevereiro de 1938 que, em si, clarificariam as competências das instituições que tutelavam os *monumentos nacionais*, empreendendo uma reforma diligente nos processos e instrumentos de gestão, classificação e intervenção.”<sup>73</sup> Estes decretos revelam de uma forma clara, quais os propósitos ideológicos do regime e a forma como se entendia a relação do monumento com o seu lugar, em que “[...] aos

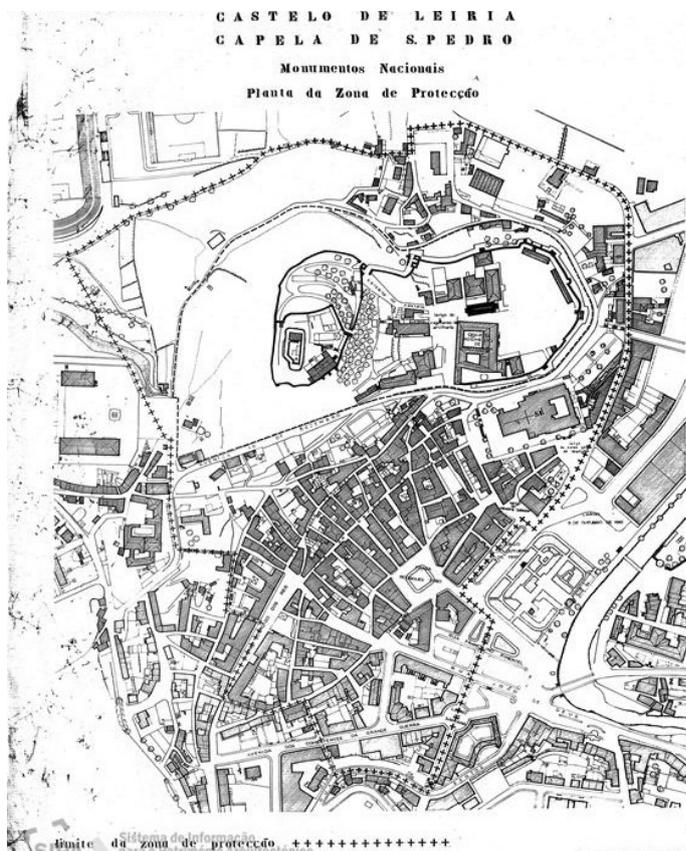
---

<sup>70</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 296.

<sup>71</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 181.

<sup>72</sup> CORREIA, Luís Miguel – “O lugar dos monumentos nacionais no contexto das Cartas de Atenas. Discurso e prática do moderno.” In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*, 2011, p. 372.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 367.



18. Zona de Protecção do Castelo de Leiria

monumentos caberia uma representação central, aos quais o ambiente se deveria domesticar.”<sup>74</sup>

Com o Decreto nº 20985, de 7 de Março de 1932, definia-se a subordinação dos terrenos e construções em redor dos monumentos numa área de 50 metros, bem como “[...] a possibilidade de expropriar construções que por algum motivo desvirtuassem ou atentassem contra a conservação e leitura do *monumento*.”<sup>75</sup>

Ainda em 1932, pelo Decreto nº 21875 de 18 de Novembro, legislou-se no sentido de todos os monumentos classificados usufruírem de uma zona de protecção, “[...] *não inferior a 50m, dentro da qual nenhuma construção, demolição ou instalação de carácter temporário ou permanente* que viesse modificar o aspecto local podia ser levado a efeito sem aprovação superior.”<sup>76</sup> Na sequência deste juízo prevêm-se áreas mais alargadas que podiam incluir uma “área vedada à construção”, não obedecendo a critérios de delimitação gerais.<sup>77</sup> A este propósito, o primeiro parágrafo do preâmbulo do decreto referido dizia:

“O valor e a beleza arquitectónica de um grande edifício ou de um monumento artístico não provêm somente da harmonia das suas proporções, da elegância das suas linhas, do arrojo da sua concepção, da riqueza ou bom gosto dos seus materiais; resultam ainda, e por vezes muitíssimo, do ambiente em que o edifício vive, da moldura em que o enquadra o conjunto de edificações que o cercam”.<sup>78</sup>

Em 1936, com a criação da Junta Nacional de Educação (JNE) no seio do Ministério da Educação Nacional, as questões relacionadas com os *monumentos nacionais*, como a definição do perímetro de protecção ou dos *imóveis de interesse público*, passam a ser atribuídas à 1ª subsecção da 6ª Secção das Belas-Artes desta junta. É importante referir que em relação às zonas de protecção: “Sempre que se revelasse insuficiente a regra generalista

---

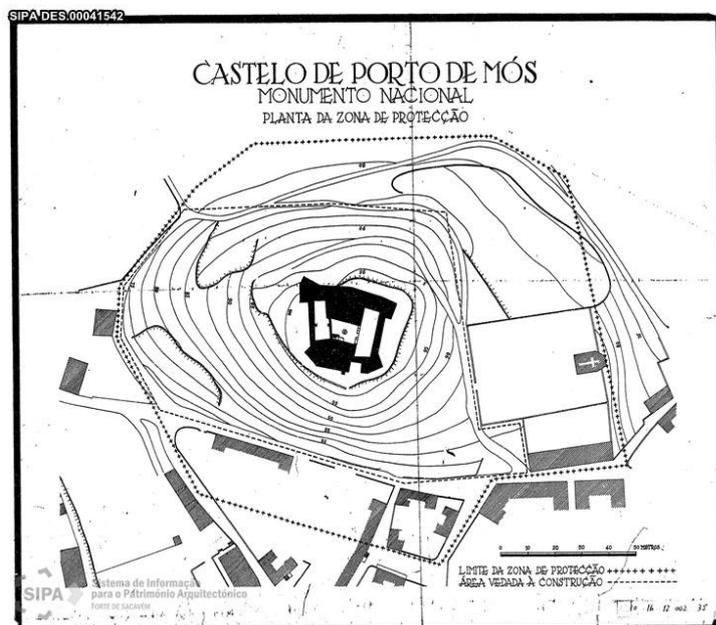
<sup>74</sup> CORREIA, Luís Miguel – “O lugar dos monumentos nacionais no contexto das Cartas de Atenas. Discurso e prática do moderno.” In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*, 2011, p. 367.

<sup>75</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 177.

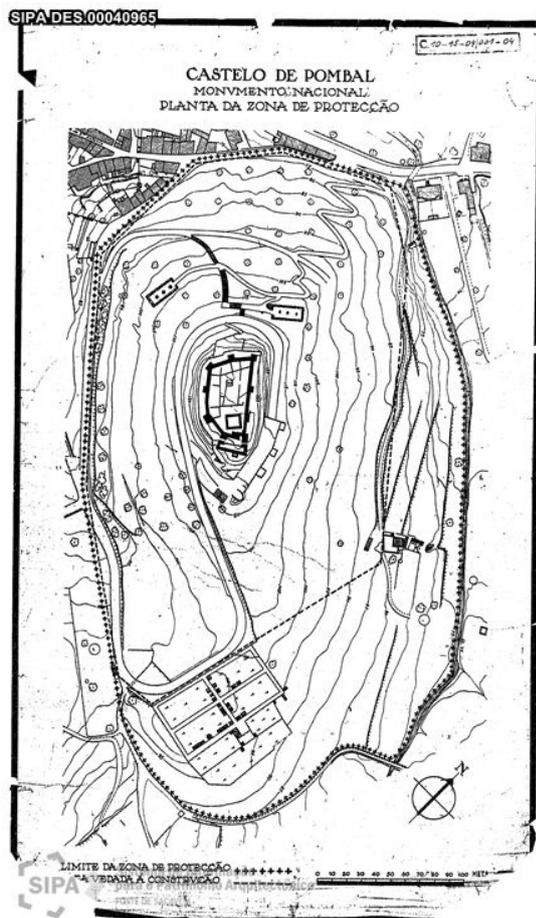
<sup>76</sup> NETO, Maria João – “Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 199.

<sup>77</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 178.

<sup>78</sup> Decreto nº 21875 de 18 de Novembro. Por: CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 266.



19. Zona de Protecção e Área vedada à construção do Castelo de Porto de Mós



20. Zona de Protecção e Área vedada à construção do Castelo de Pombal

dos 50 metros, ficava a cargo da DGEMN e da JNE a proposta de territórios mais vastos, nos quais se distinguia uma zona *non aedificandi* e uma zona de protecção «ambiental».<sup>79</sup> Dentro destas áreas, podiam ser definidos espaços vedados à construção – as mais tarde designadas áreas *non aedificandi*. A sua fixação era da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, embora com parecer do Conselho Superior das Obras Públicas e, geralmente, segundo proposta da DGEMN, implicando ainda um parecer do Conselho Superior de Belas-Artes.

Sustentava-se que a beleza arquitectónica de um edifício ou monumento ia muito para além das suas linhas, riqueza ou materiais, resultando também do “ambiente em que vive” e da moldura do enquadramento. Assim, qualquer construção, reconstrução ou alteração na envolvente dos monumentos, carecia de aprovação superior e não apenas do município, sendo que o Estado poderia recorrer à expropriação, caso o entendesse.

Com o Decreto-Lei nº 28468, de 15 de Fevereiro de 1938, revela-se uma consciência da moldura decorativa dos *monumentos nacionais* e da paisagem circundante, abrindo-se mediante autorização “[...] a possibilidade do corte e o derrube de árvores em jardins, parques, matas ou manchas de arvoredo existentes em «zonas de protecção dos monumentos nacionais», edifícios de interesse público ou edifícios do Estado de reconhecido valor arquitectónico.”<sup>80</sup> Deste modo, era possível a realização de operações com o intuito de eliminar elementos construídos ou vivos, ou pelo contrário, salvaguardá-los.

Em algumas situações, as zonas de protecção incluíam vários monumentos, embora noutras se verificasse a necessidade de definição de áreas individuais para cada imóvel de um mesmo aglomerado. Em relação ao estabelecimento de zonas de protecção para monumentos como muralhas e fortificações, permitia-se a inclusão na área de salvaguarda de tecidos urbanos completos, fazendo “[...] coincidir monumento e espaço urbano, o que possibilitava a gestão integrada das intervenções realizadas nesses núcleos.”<sup>81</sup>

Em resultado da sua escala e presença no território, os castelos constituíram-se como um meio desta forma de exercício. O contexto deveria ser compreendido como uma ampliação formal e funcional destas estruturas. Tendo como objectivo a monumentalização

<sup>79</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 162.

<sup>80</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 179.

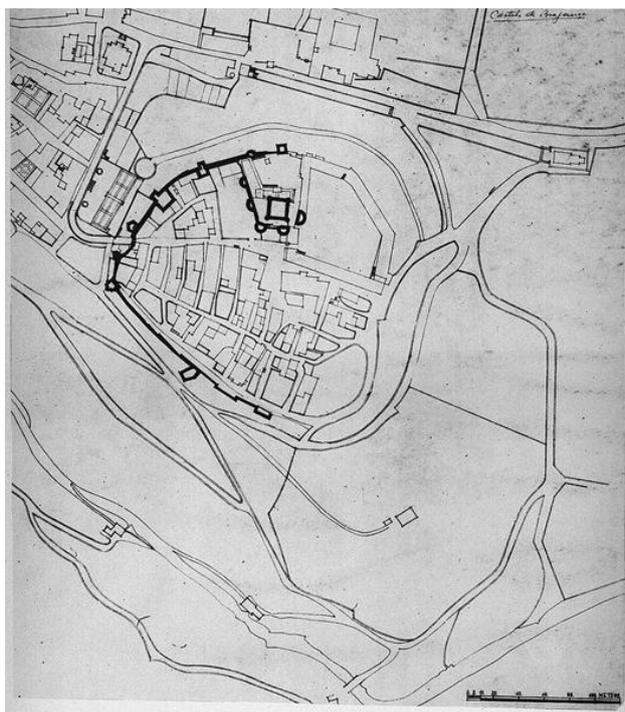
<sup>81</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 163.



dos castelos na paisagem, “[...] as obras acentuaram a artificialidade do objecto e da correspondente localização, traçando de novo a envolvente, enquanto protecção territorial e zona de conveniência mútua, adoptando como soluções preferenciais a reestruturação do guarhecimento arborescente em função de cenários seleccionados, a demolição de edificações, consideradas espúrias ao local e a criação de eixos visuais ou caminhos viários de deleite visual.”<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> CORREIA, Luís Miguel – “O lugar dos monumentos nacionais no contexto das Cartas de Atenas. Discurso e prática do moderno.” In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*, 2011, p. 368.



21. Planta geral do Castelo de Bragança



22. Vista geral do Castelo de Bragança

## 2.4. Castelos. Ruína e restauro

Devido à sua importância histórica, os monumentos medievais como castelos e catedrais, são os que em maior número sofrem intervenções, sendo alvo de uma vasta campanha de obras pela DGEMN. Na realidade, as operações efectuadas demonstram o lugar destacado e a importância que os castelos portugueses assumiram neste processo, tanto no que diz respeito ao número de acções, como ao investimento realizado. Contudo, esta actividade também se justificava pela situação de *ruína* em que a maioria se encontrava. Para a DGEMN “[...] as ruínas não representavam o sublime mas a degradação da memória nacional.”<sup>83</sup> De acordo com Maria João Neto os castelos são então objecto de várias iniciativas de intervenção, assumindo a segunda posição em relação ao número de monumentos intervencionados (sendo responsáveis por 18% das intervenções).<sup>84</sup> Os principais problemas e patologias que estas estruturas apresentavam deviam-se a sintomas de degradação por abandono e não tanto a transformações físicas e funcionais que lhes tivessem alterado significativamente a imagem. No entanto, salienta-se que, devido à perda de funções, várias destruições foram feitas por acção do Homem. “Este aspecto, associado à especificidade do sentido territorial e ao carácter tipológico dos castelos, impôs metodologias de restauro específicas e logicamente diferenciadas dos critérios que enformaram as intervenções em edifícios religiosos medievais.”<sup>85</sup>

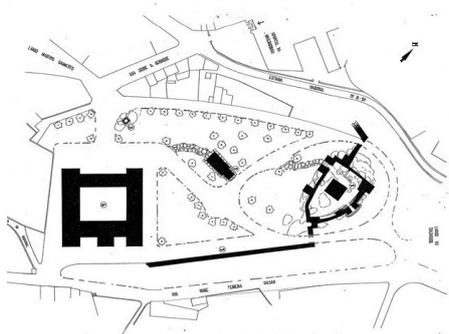
Relativamente aos procedimentos que conformavam a estratégia de actuação da DGEMN, verifica-se que as intervenções procuravam sobretudo restituir a fisionomia fortificada e por isso “[...] os programas de intervenção nos castelos foram essencialmente de carácter estrutural, parciais na sua grande maioria, sustentando-se sobretudo nos vestígios existentes e nos que resultavam de escavações realizadas antes e durante as obras.” Objectivava-se a reconstituição do traçado perimetral – o perfil arquitectónico – ou seja, dos “[...] elementos que que integravam e definiam a forma destas construções (muralhas, torres de configuração vária, adarves, ameias, escadas, etc.), condição que naturalmente expressava o domínio territorial que estas estruturas militares deveriam simbolizar.”<sup>86</sup> A reposição destes elementos era então desejada, pois estes destacavam o

<sup>83</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 64.

<sup>84</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. p. 253.

<sup>85</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 64.

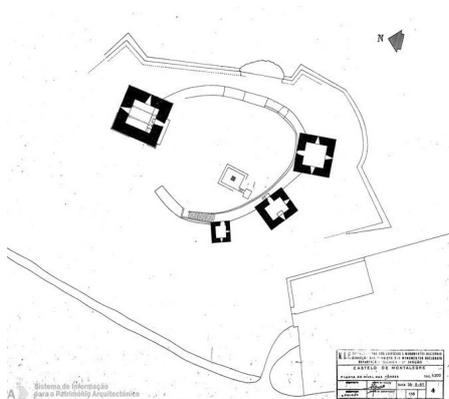
<sup>86</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 391.



23. Planta geral do Castelo de Guimarães



24. Vista do conjunto depois das obras de restauração do Castelo de Guimarães



25. Planta do Castelo de Montalegre



26. Aspecto geral do Castelo de Montalegre

conjunto fortificado na paisagem e permitiam a sua fácil identificação como elemento dominante. As tecnologias e materiais utilizados, similares aos ancestrais garantiam a autenticidade apetejada pelo regime. Citando Miguel Tomé:

“As operações de restauro efectuadas pela DGEMN podem ser caracterizadas pelo âmbito dos trabalhos, pelo impacto que tiveram sobre as estruturas e pelos princípios conceptuais que as determinaram. A consciência da necessidade de distinção metodológica dos trabalhos a efectuar traduziu-se no emprego de terminologia diferenciada (reparação, consolidação, beneficiação, conservação, restauração, desafogo, reconstrução, reconstituição e reintegração) nos textos que acompanhavam os orçamentos dos trabalhos projectados. No âmbito dos trabalhos de menor envergadura encontravam-se os que se destinavam à prevenção, manutenção ou correcção de patologias.”<sup>87</sup>

As primeiras operações de *restauro*<sup>88</sup> efectuaram-se nas muralhas de Bragança e no Castelo de Guimarães em 1932<sup>89</sup>, tendo sido mais tarde intervencionados os castelos de Montalegre (1934) e de Póvoa de Lanhoso (1937)<sup>90</sup>. As intervenções mais significativas em termos políticos, foram as operadas no Castelo de Guimarães<sup>91</sup> e no Castelo de S. Jorge (1938-40), castelos que se destacam pela sua posição privilegiada e por motivações de carácter político, relacionadas com o seu simbolismo (eram, respectivamente, a capital e o “berço da Nação”).<sup>92</sup>

O projecto de restauro da DGEMN para o Paço Ducal de Guimarães, conduzido por Rogério de Azevedo, teve por base uma observação dos paços senhoriais franceses.

---

<sup>87</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 80.

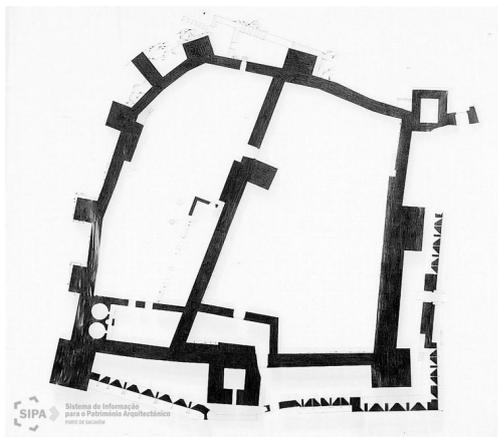
<sup>88</sup> “O restauro (também designado por reconstrução, reconstituição ou reintegração) enquadrava um conjunto de acções que visavam essencialmente a transformação física do monumento, procurando redefinir a sua unidade estrutural e figurativa (normalmente por aproximação a um estado de legibilidade que apontava para a uniformidade estilística).” Ver: TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 80.

<sup>89</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 64.

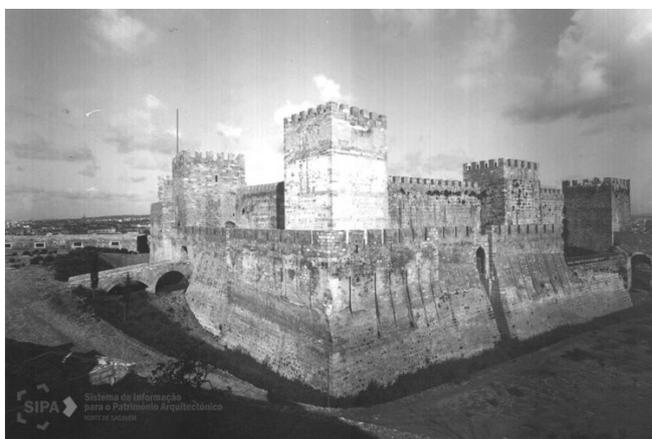
<sup>90</sup> Outros casos: Almourol, Tomar, Pombal, Porto de Mós, Leiria, Óbidos e Torres Novas.

<sup>91</sup> No projecto do Paço dos Duques de Bragança, Rogério de Azevedo recorreu a uma grande variedade de representações (plantas, alçados e perspectivas), assumindo o esquisso como instrumento de investigação formal. Ver: TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 83.

<sup>92</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 315.



27. Planta do Castelo de S. Jorge



28. Aspecto geral do Castelo de S. Jorge

“Optou-se pela recriação arquitectónica de todo o edifício como ele *deveria ser* – sem porém nunca o ter sido.”<sup>93</sup>

De acordo com Miguel Tomé, a intervenção no Castelo de S. Jorge foi talvez a mais radical no processo de transformação e por isso a mais dispendiosa. No livro “Património e restauro em Portugal (1920-1995)” afirma ainda que, segundo Vieira da Silva, “[...] foi deliberado proceder a obras de restauro do castelo que o reconstituiu com a estrutura e aspecto que devia ter em uma época indefinida.”<sup>94</sup>

Deve salientar-se que as operações podiam divergir quanto a vários factores, tais como os critérios programáticos, as motivações, os objectivos, as características do próprio objecto, o momento de intervenção e os autores.

Para valorizar a imagem exterior destas estruturas e, assim, recuperar a sua capacidade simbólica, em vários casos reconstruíram-se alguns dos seus elementos. No entanto, noutras situações julgava-se que para comunicar o passado, o monumento já não tinha de estar tão próximo do original e por isso considerava-se que a reintegração das estruturas não tinha que ser total, podiam permanecer incompletas, limitando-se as intervenções à reconstrução de torres e de alguns panos de muralha. “Para os castelos de Guimarães e de Bragança, eliminou-se a hipótese de refazer as alcáçovas primitivas, assim como no Castelo da Feira se deixaram os vestígios de muros e os elementos arquitectónicos incompletos no interior da torre. Eram também frequentemente mantidas as lacunas nos panos de muralha ou nas muralhas que formavam barbacãs e que no geral se encontravam reduzidas às fundações.”<sup>95</sup>

Por todo o País, os castelos são então alvo de um vasto conjunto de operações que acentuaram a sua fisionomia militar, nomeadamente com a reposição de coroamentos ameaçados e de merlões. Com o objectivo de preservar as marcas da antiguidade, estes trabalhos procuraram atribuir-lhes uma fisionomia medieval, retrato dos tempos da Reconquista.<sup>96</sup> Em síntese, mais que o valor formal ou o sentido de unidade estilística, era o sentido icónico que se procurava recuperar e acentuar. Para Miguel Tomé:

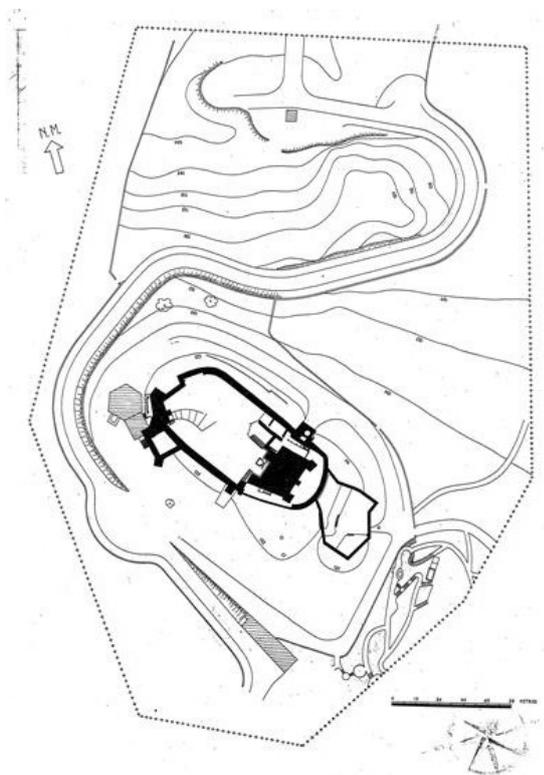
---

<sup>93</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 15.

<sup>94</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 65.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>96</sup> NETO, Maria João – “Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 162.



29. Planta do Castelo da Feira depois das obras com indicação da zona de protecção



30. Vista geral do Castelo da Feira

“Dois factores parecem ter orientado grande parte das operações: o carácter de antiguidade e o sentido simbólico-paisagístico.”<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 2002, p. 69.



## 2.5. Intervenção em meados do século XX

As intervenções no património arquitectónico de maior importância foram produzidas da década de 40, a propósito das comemorações centenárias, contudo, os últimos anos da década de 50 também se constituíram como um dos momentos altos da DGEMN, ao serviço da componente ideológica do regime, uma vez que a Direcção-Geral se confrontava com um crescente número de imóveis classificados.<sup>98</sup> Luís Miguel Correia refere que: “Tal facto decorria da necessidade de valorizar a reserva do passado, mas era igualmente fruto da emergente e contumaz atitude de elogio das actividades do presente: as intervenções.”<sup>99</sup> Graças a esta doutrina intervencionista, imbuída de significação política e ideológica, continuar-se-ia a dar grande atenção aos castelos portugueses e, por isso, se constatou um incremento no número de campanhas de classificação e intervenção nestas estruturas.<sup>100</sup> No seio desta actividade intervencionista, alguns castelos foram objecto de maior protagonismo do que outros por terem estado implicados nas comemorações do regime. No entanto isto não significaria que sofressem obras de maior envergadura, pois o importante para a Direcção-Geral era o significado ideológico e político que estas estruturas, com forte conotação histórica, deviam propagandear.

Assiste-se à classificação em série de vários imóveis como *monumentos nacionais* e *imóveis de interesse público*. Em simultâneo, entre as décadas de 1940 e 1960, assiste-se à criação de um grande número de zonas de protecção. “Nestes anos são estabelecidas mais de duas centenas, atingindo o seu auge nos anos 60, para decair à entrada de 1970, e a sua definição estava, muitas vezes, associada a obras de restauro ou a intervenções na envolvente dos monumentos.”<sup>101</sup> Estas áreas de protecção traduziam a vontade de congelar no espaço a qualidade material de um dado objecto, simbolizador de acontecimentos históricos e tradições seculares. De uma maneira geral, a importância destes espaços e das

<sup>98</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, p. 251

<sup>99</sup> CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 274.

<sup>100</sup> Salienta-se que, “(...) entre 1929 e 1949 a DGEMN interveio em 92 castelos, 72 dos quais classificados e 20 não classificados. Se alargarmos o espaço temporal até 1960, a contabilidade passa a ser a seguinte: 113 castelos, 85 classificados e 28 não classificados. Por conseguinte, apura-se que até 1949 a DGEMN interveio em 50,5% da lista das 182 estruturas<sup>100</sup>, percentagem que passa para 62,1%, se alargarmos o período até 1960.” Ver: CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, 2010, p. 283.

<sup>101</sup> OLIVEIRA, Cláudio Guiomar de – “As zonas de protecção dos monumentos no Estado Novo.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 200.



obras neles ocorridos, relacionam-se então, com o seu contributo para a identidade do território.

O ano de 1960 ficou marcado pelas comemorações centenárias da morte do Infante D. Henrique, tendo sido a última vez que o regime se associava a um acontecimento festivo e propagandístico desta ordem.<sup>102</sup>

A criação de instrumentos legais que apelassem à classificação de conjuntos arquitectónicos remonta a 1949, mas a consagração do conjunto verificar-se-ia com Carta de Veneza – *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*.<sup>103</sup>

Entre 25 e 31 de Maio de 1964, realizou-se em Veneza o segundo *Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos dos Monumentos Históricos* (em sequência da Carta de Atenas) que tinha o objectivo de elaborar uma carta internacional sobre a conservação e o *restauro* dos monumentos.<sup>104</sup> Esta data determinará uma alteração profunda dos paradigmas, sendo o início de uma nova fase da história do movimento português da salvaguarda do património cultural. Como refere Luís Miguel Correia:

“Entre as suas resoluções destacam-se, em relação à *Carta de Atenas*, o alargamento da noção de *monumento histórico*, para além das consagradas criações arquitectónicas isoladas, aos sítios e a recomendação, explícita, para que a conservação de um monumento implique a *manutenção do contexto*.”<sup>105</sup>

Considerava-se que não era só a criação arquitectónica isolada que deveria obter a acção legislativa, mas também o conjunto urbano ou rural, e que todos os monumentos

---

<sup>102</sup> É também o ano do fim da longa vigência do Engenheiro Henrique Gomes da Silva à frente da Direcção-Geral, sendo substituído pelo Engenheiro José Pena Pereira da Silva. “Pereira da Silva tem a difícil tarefa de liderar uma situação de mudança no espírito dos serviços, cujos sinais já vinham sendo anunciados, a par do envelhecimento do Estado Novo que caducava nas tentativas de reforma formuladas já nas costas do velho e doente Oliveira Salazar.” Ver: NETO, Maria João – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal*. In *Caminhos do Património*, 1999, p. 38.

<sup>103</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 199.

<sup>104</sup> Em 1964 atingira-se um certo grau de internacionalização, trabalhando já, no âmbito do património cultural, organismos como a UNESCO, o ICOM e o ICOMOS. Ver: CUSTÓDIO, Jorge – “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1873-1964).” In *Dar Futuro ao Passado*, 1993, p. 60.

<sup>105</sup> CORREIA, Luís Miguel – “A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo.” In *Estudos do Século XX*, 2011, p. 176.



eram merecedores de intervenção. Evidenciou-se a necessidade de respeito pelos testemunhos de todas as épocas, dado que a *unidade de estilo* (já) não era um dos objectivos das operações de *restauro*, e por isso, rejeitou-se a falsificação dos documentos da arte e da história em nome da autenticidade. Segundo Jorge Custódio: “Para os obreiros da Carta de Veneza, restaurar era antes uma operação que deveria guardar um carácter excepcional com o fim de conservar os valores estéticos e históricos de um monumento, com base no respeito pelos seus elementos ou essência antiga e pelos documentos autênticos que os constituíam.”<sup>106</sup>

Por outro lado, relativamente às intervenções de conservação e restauro, a Carta de Veneza veio dar prioridade à conservação pura e simples e ao restauro documentado e científico, propondo ainda que as adições de obra nova (que inerentes à sobrevivência de um imóvel começavam agora a aparecer) marcassem a diferença entre o antigo e o novo.<sup>107</sup>

É indiscutível a importância e o alcance do texto acordado em Veneza. Os seus princípios “[...] ajudaram a fortalecer uma nova era na DGEMN, com o respeito pelas diferentes épocas de cada imóvel e pelo seu envolvimento urbano, a par da compreensão e do reconhecimento das noções de conjuntos e sítios monumentais.”<sup>108</sup>

Um ano depois, em 1965, era fundado o *Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios* (ICOMOS), cujo objectivo seria o de promover a salvaguarda e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios. Deste modo, em vez da protecção exclusiva de um monumento histórico, passou-se a proteger e valorizar *conjuntos e sítios*, onde esses monumentos se integram como um todo, ou seja, o monumento e a sua envolvente.<sup>109</sup>

Gradualmente, Portugal aproximou-se da Europa em matéria de salvaguarda patrimonial: em 1965 o IBI<sup>110</sup> faz uma viagem de estudo ao nosso país com um programa de várias visitas aos nossos principais monumentos, em 1968 Lisboa recebe os participantes do “Colloque sur la Sauvegarde du Paysage et des Sites Historiques” e no ano

<sup>106</sup> CUSTÓDIO, Jorge – “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1873-1964).” In *Dar Futuro ao Passado*, 1993, p. 61.

<sup>107</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 12.

<sup>108</sup> NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. p. 241

<sup>109</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 12.

<sup>110</sup> O IBI – *Internationales Burgen Institut* – foi um centro de estudos sobre castelos históricos criado no início da década de 50, ao qual Portugal vem a aderir por intermédio da DGEMN. Apadrinhado pela UNESCO e pelo Conselho da Europa, faziam parte deste centro, conceituados técnicos como Piero Gazzola. O intercâmbio então estabelecido permitiu aos técnicos portugueses a participação em questões internacionais de defesa do património arquitectónico através de visitas, colóquios e da leitura do boletim editado pelo Instituto.



seguinte, decorre em Viseu, a “IX Reunião Científica do IBI”, presidida por Gazzola sob o tema “A Carta de Veneza aplicada ao restauro dos castelos.”<sup>111</sup>

Apesar dos principais *monumentos nacionais* se encontrarem restaurados, assistia-se por esta altura, a uma dispersão do regime jurídico do património e a uma inconveniente divisão de competências. Em 1974, 10 anos após a elaboração da Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza), um despacho conjunto das Obras Públicas e da Educação e Cultura, “[...] afirmava a urgente precisão de criar *uma instituição que se responsabilizasse pela protecção do nosso património regida por meio de legislação adequada e eficiente.*”<sup>112</sup>

O ano de 1975 foi proclamado o Ano Europeu do Património Arquitectónico, sendo desenvolvido, por isso, um grande esforço para sensibilizar a opinião pública para os valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios. Neste sentido, elaborou-se um texto com os princípios gerais que deviam guiar a acção das entidades responsáveis pelos monumentos – a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Nesta Carta reafirma-se a vontade de promover uma política europeia comum e uma acção concertada de protecção do património arquitectónico, apoiando-se nos princípios da conservação integrada. Considera-se que a conservação do património arquitectónico depende, em grande parte, da sua integração na vida quotidiana dos cidadãos. Além disso, apresenta um conceito mais alargado de património arquitectónico que não se restringe aos monumentos mais importantes, abrangendo também os conjuntos de construções dos centros históricos, vilas e aldeias. Considera-se, portanto, que os conjuntos devem ser valorizados tendo em conta o contexto envolvente para que não se perca o seu carácter.<sup>113</sup>

O Engenheiro João Miguel Caldeira de Castro Freire é nomeado em 1976 novo Director-Geral. A fim de enfrentar os desafios e dificuldades que a nova era política colocava, formulam-se novas leis orgânicas. O número de imóveis classificados aumenta, com grande número de classificações segundo as categorias de *Interesse Público* e *Valor Concelhio*.

---

<sup>111</sup> NETO, Maria João – A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos. *Património Estudos* 9, 2006, p. 96.

<sup>112</sup> NETO, Maria João – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal.” In *Caminhos do Património*, 1999, p. 39.

<sup>113</sup> IGESPAR – Carta Europeia do Património Arquitectónico.



Devido à importância que agora era atribuída à envolvente dos monumentos (necessitada de igual modo de cuidados de conservação), realizavam-se projectos de zonas de protecção que implicavam o alargamento das áreas a salvaguardar.

Confrontados com as novas causas de degradação dos monumentos, como os crescentes níveis de poluição provocados pelas concentrações industriais, nomeadamente nos centros urbanos em crescimento descontrolado, os técnicos e responsáveis compreendiam que o processo de salvaguarda do património construído dependia do trabalho de uma equipa interdisciplinar. Por outro lado, “[...] o crescente desenvolvimento da indústria do turismo implicava uma relação estreita de cooperação com as entidades responsáveis pelo património ambiental, cultural e artístico.”<sup>114</sup> Entre os projectos concretizados pela DGEMN, destacam-se aqueles que consistiam na transformação dos monumentos em pousadas, como é exemplo a adaptação do antigo Mosteiro de Santa Marinha (em Guimarães), pelo arquitecto Fernando Távora, ou a adaptação do Castelo de Óbidos (em 1950), que residiu na primeira experiência de adaptação de uma fortificação medieval para funções hoteleiras<sup>115</sup>.

Em 1980, é criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), mais tarde convertido em Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), organismo que tutela a aplicação das leis relativas à protecção e salvaguarda do património arquitectónico, emitindo pareceres vinculativos, classificando e criando áreas de protecção e aplicando a legislação em vigor. Coube-lhe, também, a gestão dos mais importantes *monumentos nacionais* bem como vastas atribuições na área de obras de conservação e restauro, a par com a DGEMN.<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>115</sup> Outros exemplos de adaptação a pousada: Castelo de Estremoz (1970), Castelo de Palmela (1979), Castelo de Alvito (1993), Castelo de Alcácer do Sal (1997).

<sup>116</sup> PEREIRA, Paulo – “Acerca das intervenções no Património Edificado. Alguma História.” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 19.



## **Parte II. Castelos em Portugal na contemporaneidade (1985-2012)**

Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal



31-32. Pousada do Castelo de Óbidos



33. Pousada do Castelos de Marvão



34. Pousada do Castelos de Estremoz



35-36. Pousada do Castelo de Alvito



37. Pousada do Castelo de Cerveira



38. Pousada do Castelo de Alcácer do Sal

## Capítulo 3. Intervenção nos Castelos

### 3.1. Adaptação do monumento a novos usos

Os programas de adaptação dos monumentos a novas funções tiveram o seu início no século XX, época em que os trabalhos de restauro e valorização realizados se constituíram por intervenções de grande escala. Esta acção foi desencadeada pelo Estado<sup>117</sup> e atingiu castelos, conventos e mosteiros um pouco por todo o país. Em alguns casos, procedeu-se à conversão dos monumentos em escolas superiores, museus ou centros culturais. Outra solução aplicada consistiu na sua transformação em espaços hoteleiros, daí que este período ficasse conhecido como *ciclo das pousadas*<sup>118</sup>. A adaptação de monumentos a esta actividade foi praticada desde a década de 50 até à década de 70, das quais se destacam algumas intervenções em castelos, como é o caso da adaptação a pousada do Castelo de Óbidos (1950), do Castelo de Marvão, de Estremoz (1970) e do Castelo de Alvito (1993). Os projectos referidos reportam-se a situações em que não é adicionada obra nova, enquanto que com obra nova foram objecto deste tipo de intervenção, o Castelo de Cerveira<sup>119</sup> (1982) ou o Castelo de Alcácer do Sal (1997). Relativamente aos casos em que é acrescentada nova edificação, os critérios adoptados “[...] foram os da interpretação estrita (talvez até integrista) da Carta de Veneza. Tratou-se de harmonizar obra de raiz e obra antiga, uma vez que os programas de afectação dos monumentos a pousada eram quase sempre incompatíveis com a realidade física das pré-existências.”<sup>120</sup>

Com o desígnio de respeitar o monumento, uma vez que a sua grande maioria se encontrava em situação crítica, a distinção entre pré-existência e obra nova começa a adquirir maior importância<sup>121</sup> e por isso uma das soluções encontradas passava pela construção de novos volumes, dotados de uma linguagem contemporânea, conforme se

<sup>117</sup> Com o acesso aos fundos comunitários, nesta altura.

<sup>118</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 21.

<sup>119</sup> O Castelo de Cerveira é o primeiro exemplo deste ciclo, projectado em 70, embora só concluído na década de 80.

<sup>120</sup> PEREIRA, Paulo – “Acerca das intervenções no Património Edificado. Alguma História.” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 20.

<sup>121</sup> Mais uma vez, seguindo os preceitos enunciados na Carta de Veneza.



pode verificar na intervenção efectuada no conjunto fortificado de Vila Nova de Cerveira.<sup>122</sup>

Devido às exigências dos programas das pousadas<sup>123</sup>, Paulo Pereira considera que a maioria destas unidades hoteleiras é incompatível com o monumento onde se instalam:

“E por isso vêmo-las extravasar o próprio monumento, fazer dele uma utilização residual e pretextual, vemos a arquitectura crescer para fora dele e impôr-se, esmagando-o e estragando-o. Para responder a determinados e – às vezes, absurdos – níveis de conforto e de serviços, as pousadas pura e simplesmente obrigam à total remodelação da organização do espaço interno, reduzem áreas de circulação, implantam equipamentos de difícil controlo do ponto de vista de conservação global do edifício (quer na obra nova, quer na obra antiga) e, às vezes, instalam um inenarrável mobiliário «d’*époque*».”<sup>124</sup>

No entanto, “[...] se nos anos 80 se acreditava na bondade do destino hoteleiro e se acreditava na capacidade de resgate e regeneração que esta utilização poderia implicar [...]”, durante os anos 90, as opções de projecto eram mais ponderadas, pois havia a noção de que “[...] a densidade da construção nova retirava «aura» ao monumento.”<sup>125</sup> “De um modo geral, assiste-se hoje a uma maior reserva relativamente às propostas de reutilização e de introdução de obra nova, e a um avanço no que respeita a soluções integradas, de restituição.”<sup>126</sup> Consta-se, sobretudo, a irreversibilidade destas obras que os modificam para sempre.

Tendo em consideração este facto, procuram-se novos critérios e filosofias de actuação, que considerem prioritária a salvaguarda do monumento e que tenham como estratégia a sua consolidação, objectivando uma intervenção mínima. Procuram-se realizar operações bastante mais leves que tenham como prioridade a protecção do objecto, atendendo ao estado em que se encontra antes de qualquer acção, o que significa que se respeita cada vez mais o património pré-existente.

<sup>122</sup> SANTOS, Joaquim Rodrigues dos – “Compôr ameias em castelos como dentes em dentaduras: a reabilitação funcional de fortificações medievais em Portugal.” In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*, 2011, p. 100.

<sup>123</sup> Exigências de habitabilidade, conforto, funcionalidade, acessibilidade, segurança e outras próprias da função hoteleira.

<sup>124</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 84.

<sup>125</sup> PEREIRA, Paulo – “Acerca das intervenções no Património Edificado. Alguma História.” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 20.

<sup>126</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 23.



De facto, contemporaneamente, consideram-se novos princípios de intervenção patrimonial “[...] desde o «não tocar», valorizando a ruína, até ao restauro criativo, passando pelos restauros mediados por novos materiais, ou pelos projectos de conservação minimalistas, tudo foi proposto e feito.”<sup>127</sup> Todos são passíveis de ser adoptados, mas o monumento e o seu lugar ditam a intervenção apropriada. Quando se objectiva a reutilização dos imóveis classificados, é fundamental que a intervenção faculte ao monumento características que se revelem vantajosas, interessantes e úteis para o mesmo. No livro “Intervenções no Património 1995-2000” expõe-se a ideia de que:

“De facto, uma intervenção num imóvel classificado não é um processo linear. Anote-se que nunca se trata de uma simples empreitada de construção civil, mas antes sim de uma empreitada levada a cabo num bem sobre o qual recaem responsabilidades acrescidas, uma vez que é nosso dever preservá-lo e transmiti-lo a gerações futuras. Se chegou até nós, não poderemos desperdiçá-lo mediante uma intervenção leviana ou demasiado simplista.”<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 24.

<sup>128</sup> CALADO, Luís Ferreira; LEITE, Joaquim Passos; PEREIRA, Paulo – “As áreas de actuação do IPPAR (algumas questões concretas).” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 33.



### 3.2. Valorização do monumento enquanto lugar

Alinham-se novos paradigmas de intervenção patrimonial que consistem na ideia de que, sempre que o estado dos monumentos o permite, a manutenção das estruturas na sua condição de *ruína* é legítima. Uma vez que perderam a sua função, os castelos são abrangidos por esta ideologia e por isso as práticas de salvaguarda destes imóveis têm, a partir de agora, alguma reserva relativamente a eventuais usos inadequados. Na publicação “Intervenções no Património 1995-2000” fica claro que:

“Intocado, o monumento mantém o seu valor simbólico. É essa a sua mais valia, é esse o seu papel, um papel de comunicação no seio da linguagem dos homens e da paisagem construída pelos homens. Neste, reclama-se, enfim, para alguns monumentos, o máximo paradoxo: o do direito à inutilidade.”<sup>129</sup>

Por outro lado, verifica-se que a noção de classificação já não se fica apenas pelos monumentos, expandindo-se também para a área envolvente. A salvaguarda dos imóveis classificados passa a incluir a avaliação e protecção da sua relação com o contexto, preservando o seu meio e o ambiente local. Cresce a ideia de que a protecção dos monumentos não deveria limitar-se apenas à sua envolvente mais imediata, mas sim fazer a conjugação com as paisagens urbanas ou rurais que lhes estão, eventualmente, associadas.<sup>130</sup> Para Paulo Pereira:

“De facto, a noção de monumento isolado, que se mantinha de pé para os efeitos práticos, dava agora lugar a uma concepção alargada do *imóvel de valor cultural*, motivando um novo regime de classificação que tomava em linha de conta o alargamento territorial do imóvel a classificar.”<sup>131</sup>

Com a visão alargada que agora se tem do património imóvel, integrando as paisagens envolventes, verifica-se que é necessário implementar novos instrumentos, que

<sup>129</sup> CALADO, Luís Ferreira; LEITE, Joaquim Passos; PEREIRA, Paulo – “As áreas de actuação do IPPAR (algumas questões concretas).” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 36.

<sup>130</sup> FIGUEIREDO, Ana ; SANTOS, M. Helena – Intervenções em áreas urbanas na envolvente de edifícios classificados. *Património Estudos* 2, 2002, p. 109.

<sup>131</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 168.



regulem e salvaguardem os imóveis classificados e o seu contexto de lugar. Neste sentido, são implementados nos anos oitenta, novos dispositivos legais de protecção, que visam a classificação dos monumentos e a atribuição de áreas protegidas, completando os já existentes. Estas medidas são devesas importante, não só no que concerne à defesa e salvaguarda dos imóveis classificados, mas também pelo valor evocativo que encerram.



### 3.3. Zonas Especiais de Protecção

Em 1985 é criada a Lei do Património Cultural Português (Lei 13/85<sup>132</sup>), que definia automaticamente as áreas de protecção para os imóveis classificados como *Monumento Nacional* ou de *Interesse Público*.

Como já referido<sup>133</sup>, as *zonas de protecção* (ZP) eram automaticamente definidas e teriam à partida 50 metros, contados a partir dos limites exteriores do imóvel, podendo incluir uma *zona non aedificandi* (zona vedada à construção). Sem prévia autorização do Ministro da Cultura e sem parecer da administração central (neste caso do IPPAR), não era permitido qualquer tipo de acção sobre as zonas em causa, especialmente se fosse diferente da traça original, tendo essas transformações que ser elaboradas por técnicos especializados de qualificação reconhecida, como arquitectos.

Com a implementação da nova Lei 13/85, para além de *zonas de protecção* (ZP), definiam-se agora *zonas especiais de protecção* (ZEP), que podem abranger zonas mais vastas e englobar vários imóveis classificados<sup>134</sup>. São mais precisas, isto é, a sua delimitação resulta de um levantamento prévio da envolvente imediata, das ligações patrimoniais que o monumento detém com o seu contexto e das referências na paisagem (cristas de montes, cumeadas, servidões de vistas, cursos de água, etc.).<sup>135</sup> Segundo os autores do documento “Intervenções no Património 1995-2000”:

---

<sup>132</sup> A classificação dos bens materiais imóveis de interesse cultural encontra-se legislada por diplomas: Decreto-Lei nº 20/985, de 7 de Março de 1932, Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949 e Lei 13/85. Consoante o seu valor relativo, os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados como “Monumento Nacional”, “Imóvel de Interesse Público” e “Valor Concelhio”, sendo que a Lei 13/85 procedeu ainda a uma diferenciação, estatuidando as categorias de “Monumento”, “Conjunto” e “Sítio”. Como a Lei 13/85 carece de regulamentação, são ainda as categorias determinadas pelos diplomas de 1932 e 1949 que se encontram em vigor. (confirmar esta informação) Ver: CALADO, Luís Ferreira; LEITE, Joaquim Passos; PEREIRA, Paulo – “As áreas de actuação do IPPAR (algumas questões concretas).” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 40.

<sup>133</sup> Capítulo 2.3. Os *monumentos nacionais* e o seu contexto (Parte I).

<sup>134</sup> Embora se encontrem previstas desde 1932, sob legislação específica, a primeira *zona especial de protecção* instituída em Portugal só aconteceria em 1945 com o Castelo de Sesimbra. Porém, a denominação *zona especial de protecção* só chegaria com a Lei 13/85.

<sup>135</sup> CALADO, Luís Ferreira; LEITE, Joaquim Passos; PEREIRA, Paulo – “As áreas de actuação do IPPAR (algumas questões concretas).” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 40.



“Depois da publicação da Lei 13/85 (Lei do Património Cultural, 1985) verificou-se um aumento dos imóveis classificados. Desde então, também, as zonas de protecção passaram a ser definidas em escalas cada vez maiores e de maior alcance, incorporando elementos urbanísticos vizinhos ou elementos paisagísticos, ou seja: muitas dessas zonas de protecção deixaram de ser tao só e apenas «automáticas», isto é, definidas a partir dos 50 m em redor dos vértices mais eminentes dos imóveis, respondendo assim a maiores exigências protectivas e a uma lógica intrínseca (histórica e técnica) quando do seu estabelecimento – agora menos «geométrico» e menos discricionário.”<sup>136</sup>

Em suma, de acordo com a publicação “Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006”):

“As zonas de protecção (ZP’s) são definidas automaticamente durante a instrução do processo. Trata-se de uma medida administrativa cautelar que impõe uma área de servidão administrativa determinada a partir dos limites exteriores do imóvel a classificar. Já as zonas especiais de protecção (ZEP’s) são tecnicamente determinadas dependendo de um traçado que resulta de um estudo do conjunto e das relações existentes entre o imóvel classificado e a sua envolvente.”<sup>137</sup>

No âmbito da delimitação das ZEP, também foi usual definir-se zonas *non aedificandi*, as quais tinham como objectivo isolar o imóvel, “destacando-o de qualquer proximidade construída, e impedindo que qualquer urbanização futura pudesse vir a prejudicar esta sua leitura.”<sup>138</sup>

De notar que enquanto uma *zona non aedificandi* traduz uma proibição total da construção, uma ZEP não é um impedimento à edificação, trata-se de assegurar o controlo da qualidade do construído na sua relação com o património. No entanto, estas ZEP acabariam por se revelar bastante restritivas e os projectos que incluíssem alterações nestas áreas necessitavam igualmente de aprovação superior.

<sup>136</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 165.

<sup>137</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos - *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 82.

<sup>138</sup> FIGUEIREDO, Ana ; SANTOS, M. Helena – *Intervenções em áreas urbanas na envolvente de edifícios classificados. Património Estudos 2*, 2002, p. 109.



Por serem áreas protegidas, em que a edificação é completamente proibida, os proprietários dos imóveis abrangidos pelas *zonas non aedificandi* podiam requerer ao Estado a sua expropriação. Paulo Pereira refere que:

“Em contexto urbano ou nas envolventes de monumentos, de núcleos e de aglomerados classificados, as *zonas non aedificandi* têm de ser estabelecidas com significativas garantias de fiabilidade. Em rigor, o Estado assume aqui um papel determinante e com responsabilidades acrescidas, como seja a de responder obrigatoriamente e positivamente aos pedidos de expropriação que lhe sejam endereçados pelos proprietários de terrenos ou imóveis construídos que venham a encontrar-se abrangidos por este tipo de servidão administrativa.”<sup>139</sup>

Tendo algumas das *zonas non aedificandi* sido estabelecidas há mais de quarenta ou cinquenta anos, é natural que algumas se encontrem desactualizadas e desenquadradas da realidade actual. Muitas delas foram estabelecidas numa altura em que o enquadramento urbano e as condições sociais eram bastante diferentes, uma vez que as cidades ou povoações circundantes eram pequenas, com escassos serviços e recursos patrimoniais. Por tudo isto, tem sido crescente a dificuldade em gerir algumas das *zonas de protecção* ou *zonas especiais de protecção* com *zona non aedificandi* inclusa. Esta desactualização das servidões administrativas pode, em alguns casos, constituir-se como uma dificuldade para a boa prática da gestão municipal e patrimonial, sendo por isso fundamental que sejam revistas, principalmente as mais antigas, como é o caso da extensa *zona non aedificandi* de protecção do Castelo de Palmela.<sup>140</sup>

Por este facto, foram tomadas algumas medidas pelo IPPAR, no que se refere à gestão das servidões administrativas que protegem o património (tanto os imóveis classificados, como a paisagem). Além da classificação dos monumentos, competia-lhe o

<sup>139</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 170.

<sup>140</sup> “A inexistência de uma revisão das *zonas non aedificandi* tem-se ficado essencialmente a dever a um risco eminente – e que infelizmente, é mais real do que aparente, especialmente num país onde os interesses da especulação fundiária e da construção civil se sobrepõem muitas vezes ao interesse público: a abertura de precedentes. Efectivamente, eliminada uma destas *zonas non aedificandi*, porque não fazer o mesmo a todas as outras? É evidente o perigo que tal acto administrativo de revisão ou eliminação acarreta se, por acaso, o que estiver em jogo for a especulação imobiliária – o que tornaria uma zona de protecção, numa potencial *zona expectante*, pronta a ser densificada em termos de ocupação do solo.” Ver: PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 171.



estabelecimento das respectivas áreas protegidas e a emissão de pareceres vinculativos. Os pareceres incidem sobre os planos de obras em imóveis classificados situados em ZP ou ZEP.<sup>141</sup>

Para conceder maior eficácia a estes dispositivos de protecção legal, definiram-se então novas soluções legislativas. Nesta perspectiva, surge a Nova Proposta de Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001 de 8 de Setembro), que “[...] avançou com uma nova interpretação das zonas de protecção.”<sup>142</sup> Assim, o acto de classificação e de criação das *zonas especiais de protecção* passa a implicar a produção de instrumentos de gestão urbana e intervenção mais precisos para as zonas abrangidas, como por exemplo *planos de pormenor de salvaguarda*, *projectos urbanos* ou *programas de gestão de área*.<sup>143</sup> Estes programas visam a qualificação das áreas protegidas através da emissão de determinadas regras, que procuram regular as intenções de obras e edificações nessas zonas. Deste modo, estes planos definiriam: *a ocupação e usos prioritários; as áreas a reabilitar; os critérios de intervenção nos elementos construídos e naturais; o recenseamento de todas as partes integrantes do conjunto e as normas específicas para a protecção do património arqueológico existente*<sup>144</sup>. Verifica-se então (em termos jurídicos) o alargamento do campo de acção no que diz respeito à protecção dos imóveis, nomeadamente os próprios conceitos a que obedecem as ZEP, estendendo-se agora para o âmbito da paisagem, quer urbana, quer rural. A 23 de Outubro de 2009 é publicado um novo decreto – Decreto-lei n.º 309/2009 – que estabelece, actualmente, os procedimentos de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das *zonas de protecção* e dos *planos de pormenor de salvaguarda*. Neste decreto pode ler-se:

“É tarefa fundamental do Estado proteger e valorizar o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e identidade nacionais.”<sup>145</sup>

<sup>141</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas. *Património Estudos* 1, 2001, p. 103.

<sup>142</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos - *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 82.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>144</sup> Artigo 56.º. Ver: CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos - *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 82.

<sup>145</sup> Decreto-Lei n.º 309/2009, p. 7976.



### 3.4. Programas de intervenção

“[...] os Castelos Portugueses constituem, ainda hoje, não apenas um símbolo acarinhado e reconhecido de soberania nacional, mas também, e sobretudo agora, um símbolo de identidade regional, municipal e local. Por outro lado, marcam o perfil das cidades e povoações, pelo que servem de pólo de referência para esses aglomerados. [...]

Ainda, o seu papel evocativo, faz de cada castelo uma peça única, capacitada como poucas para dinamizar a interacção cultural, educativa e social, a que acrescenta a dimensão turística, como parte constituinte da gestão dos recursos culturais.”<sup>146</sup>

O texto acima citado demonstra que, no que se refere à simbologia e identidade local, pouco ou nada se alterou relativamente ao período de actuação da DGEMN. Ainda hoje, incontestavelmente, o perfil dos castelos marca o território e serve de referência para o desenvolvimento dos locais onde se inserem. Porém, as intervenções contemporâneas, que servem de estudo para este trabalho, perspectivam um futuro para os castelos nacionais diferente “[...] daquele que foi imprimido pela campanha de restauros empreendida na década de 40 e que, em rigor, recuperou apenas o «esqueleto» dos imóveis. Hoje em dia, é de facto possível equacionar um destino mais humanizado – e não apenas residual, como acima se qualificou para estes monumentos desafectos.”<sup>147</sup> Citando Paulo Pereira:

“Os castelos e fortalezas, essas velhas máquinas do poder, hoje obsoletas, sem qualquer função, esqueletos abandonados ou ruínas puras, algumas delas apropriadas e habitadas no seu interior, outras completamente isoladas e à espera de um visitante curioso que procure desentranhar a sua história.”<sup>148</sup>

Pelo facto de durante muito tempo os monumentos não terem sido zelados, é que “[...] nascem tempos depois as *medidas excepcionais* ou os programas «verticais», extremamente dispendiosos – mas necessários –, como seja por exemplo o actual conjunto

---

<sup>146</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 258.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 259.

<sup>148</sup> PEREIRA, Paulo – “Lugares de passagem” e o resgate do tempo. *Património Estudos* 1, 2001 p. 8.



de operações POLIS<sup>149</sup>, para proceder à requalificação de tudo o que entretanto – teimosamente, e inevitavelmente – foi sendo... desqualificado.”<sup>150</sup>

É indispensável garantir intervenções nestes espaços que, pela sua natureza patrimonial, detêm um papel e um significado decisivo na identidade e na memória colectiva das comunidades, tal como aconteceu no período de actuação do Estado Novo. É por este motivo que foram criados alguns planos e programas para guiar estas operações, pois a arquitectura contemporânea pode dar um contributo, no sentido de inverter a situação em que se encontram, com a introdução de novos elementos que atribuam aos castelos um novo interesse e dinamismo. Como se expõe na publicação “Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)”:

“Uma intervenção global no património castelológico nacional é [...] um imperativo, sobretudo quando se sabe que desde a década de 40-50 – a que se seguiram operações pontuais, algumas de porte considerável – nunca este património foi objecto de campanhas globais de restauro e requalificação.”<sup>151</sup>

Já na primeira década do presente milénio, preparou-se um Programa Operacional das Intervenções no Património (POIP), desenvolvido pelo IPPAR. Este programa tinha como objectivo o reforço das intervenções realizadas nos *monumentos nacionais*, nomeadamente nos palácios, nos conjuntos monásticos, nas sés catedrais e nos castelos.<sup>152</sup>

Tendo em conta a sua importância e simbologia, as estruturas militares foram alvo de um projecto específico, que visava a sua conservação e valorização, denominado *Programa de Recuperação dos Castelos*. Este proporcionou a realização de um significativo número de intervenções que procuraram consolidar, recuperar, restaurar e reabilitar os castelos, bem como devolvê-los à fruição do público. Era também seu objectivo a sua

---

<sup>149</sup> O Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – foi criado tendo como objectivo a qualificação urbanística e ambiental das cidades.

<sup>150</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas. *Património Estudos* 1, 2001, p. 104.

<sup>151</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 262.

<sup>152</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 101.



adaptação para funções culturais, dotando-os, designadamente, de espaços com condições expositivas.

As directrizes gerais de actuação que o *Programa de Recuperação dos Castelos* propôs foram<sup>153</sup>:

1. Obras de conservação e restauro de emergência;
2. *Limpeza* de muros e de cercas de castelos; obras de *conservação* e *manutenção* correntes;
3. Obras de *restauro* e de *consolidação* estrutural;
4. Obras de *valorização*;
5. Operações de *divulgação* e *animação*.

Em vários casos verifica-se que os castelos necessitam de intervenção imediata, dado que as suas estruturas se encontram em estado crítico ou mesmo em risco de perda. Algumas das situações que podiam levar a uma acção de emergência de consolidação estrutural seriam por exemplo: a desestruturação dos panos de muralha; o desabamento ou derrocadas de terras; a fracturação e fissuração de paredes; entre outros.

Averigam-se também vários casos em que os castelos carecem de trabalhos de limpeza de muros e cercas, que podem ser de natureza diversas. Noutras circunstâncias, verifica-se a necessidade de se proceder a trabalhos de manutenção, tais como: recalçamento de muros; reposição de elementos “perdidos”; limpeza e revisão dos sistemas de drenagem; revisão ou substituição de equipamentos já existentes (como escadas, corrimões, portas, caixilharias, etc.) Entre os trabalhos de restauro e consolidação estrutural estão: o restauro de vãos ou outros elementos arquitectónicos; a recomposição de trechos de muralha e de torres; a limpeza da pedra e dos murários; a reparação de elementos estruturais secundários (tais como acessos, escadarias e sobrados); etc.

Relativamente aos trabalhos de valorização pode-se fazer referência: aos arranjos exteriores com reposição de circuitos; à marcação de elementos estruturais eventualmente repostos pelos trabalhos arqueológicos; à instalação de guardas ou de sistemas de protecção para a circulação do público; à instalação de sinalética genérica e específica (referências à história do monumento e à sua evolução); entre outros.

---

<sup>153</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 262-265.



De maneira a tornar o castelo num pólo activo, propôs-se recorrer a acções de divulgação, tais como: a organização de percursos temáticos; a colocação de estandartes e bandeiras; a publicação de textos, estudos ou elementos de divulgação para o grande público; a animação dos castelos com o recurso a alguns eventos; etc.

Em suma, este plano tem o objectivo de tornar o castelo numa entidade viva e o “[...] destino final será a fruição do castelo não tanto como resíduo, mas antes como marca activa na paisagem urbana ou rural [...]”.<sup>154</sup>

De notar que houve programas específicos para determinadas áreas, como é o caso do que se produziu para os castelos situados no Alentejo. Neste território é possível encontrar-se importantes conjuntos arquitectónicos que, por diversas razões (como é o caso da desertificação da região), se encontram um pouco esquecidos e inclusive, fora dos circuitos turísticos tradicionais. Por este facto, a Direcção Regional de Évora do IPPAR desenvolveu um projecto de recuperação e valorização patrimonial, designado Programa de Valorização dos Castelos do Alentejo, inserido no Programa Operacional Regional do Alentejo (PORA), já que se julgava que esta acção seria um factor de atracção, promoção e divulgação da região. O seu objectivo fundamental é conseguir devolver os castelos à fruição pública, conferindo-lhes capacidade de acolhimento de visitantes em condições de segurança. Fazem parte deste plano, projectos de intervenção nos castelos de Viana do Alentejo, Belver, Castelo de Vide, Évoramonte, Mértola, Terena e no castelo de Amieira do Tejo.<sup>155</sup>

É importante que as intervenções contemporâneas que se inserem nestes programas, se revelem favoráveis para a valorização destas estruturas, pois já não interessa somente salvaguardar os monumentos, é necessário dar-lhes condições para atrair turistas e fazer a “reconciliação” com as populações locais. Além disso, segundo os autores Luís Ferreira Calado, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite:

“[...] a «intervenção» no património não é matéria que se possa reduzir à intervenção “física” de recuperação e restauro de um ou outro imóvel e da sua envolvente imediata. Pelo contrário, a *intervenção no património abrange todas as componentes em presença, sejam as obras de*

<sup>154</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 265.

<sup>155</sup> PAIS, Ana Cristina – Projecto de recuperação, conservação e valorização do Castelo de Viana do Alentejo. *Património Estudos* 7, 2004, p. 133.



*restauro propriamente ditas, a classificação ou a protecção administrativa dos bens, mas também a sua gestão em termos latos do ponto de vista territorial e de usos (ou reafecção de usos) – como também a gestão no sentido mais estrito, ou seja, em termos económicos e financeiros.”*<sup>156</sup>

---

<sup>156</sup> CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas. *Património Estudos* 1, p. 106.



### 3.5. A intervenção contemporânea

Muitos destes testemunhos continuam a carecer de trabalhos de valorização e reafecção de uso, no entanto, é possível identificar um considerável número de castelos que foi alvo de operações importantes, algumas das quais ainda em curso e que tornam por isso pertinente a sua análise.

De uma maneira geral, estas operações ambicionam não só assegurar um novo ciclo de vida para os castelos, concedendo-lhes novas funções e valores (nomeadamente culturais), mas também a distinção entre monumento e obra contemporânea. Procura-se então o diálogo entre pré-existência e adição nova e, conseqüentemente, entre materiais construtivos e linguagens arquitectónicas (que se querem diferenciadas das anteriormente existentes). Joaquim Rodrigues dos Santos alude que:

“[...] depois das intervenções efectuadas pela DGEMN no Estado Novo, que em muitos casos efectuaram operações «fachadistas», as intervenções mais contemporâneas assumiram notoriamente a sua modernidade não só mediante a utilização de materiais construtivos contemporâneos, mas também com a introdução de linguagens arquitectónicas distintamente modernas.”<sup>157</sup>

Antes das intervenções, verifica-se que os castelos se encontram em estados diferentes de conservação e por isso as suas condições e características, como a sua monumentalidade e “centralidade”, são bastante diversas. Em vários casos, os castelos apresentam-se apenas como lugar de contemplação sobre a cidade ou povoações circundantes, num diálogo silencioso entre monumento e envolvente. Por esse facto, manifesta-se a intenção de que estas intervenções possam, gradualmente, contribuir para inverter o estado de “abandono” em que muitas destas estruturas se encontram, procurando com os novos programas, atrair mais visitantes, sobretudo os habitantes das áreas próximas.

Neste processo de valorização e requalificação dos conjuntos fortificados, encontram-se vários desafios e dificuldades. Os castelos são tipologias patrimoniais de difícil tratamento, uma vez que perderam a sua antiga função de uso e, por isso, as novas

<sup>157</sup> SANTOS, Joaquim Rodrigues dos – “Compôr ameias em castelos como dentes em dentaduras: a reabilitação funcional de fortificações medievais em Portugal.” In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*, 2011, p. 101.



intervenções devem ser actuais e sensíveis. Um dos desafios encontrados passa precisamente por garantir que a intervenção revele respeito pela integridade patrimonial.

Constata-se o cuidado que foi tido nas mais recentes, no sentido em que se procura garantir o diálogo entre pré-existência e obra nova, sem prejuízo para o património edificado, para a sua caracterização e identidade.

De um modo geral, estas intervenções recorrem a um conjunto de operações e opções arquitectónicas, que visam dinamizar o lugar e restituir características de fruição ao público, mas tendo sempre como prioridade a salvaguarda do monumento arquitectónico. “Quer isto dizer que se trata [...] de trazer para primeiro plano a pura e simples salvaguarda do monumento, atendendo ao estado em que o vamos encontrar antes de qualquer acção de obra.”<sup>158</sup> Isto significa que se torna cada vez mais importante a relação mínima com o objecto a intervencionar, o que leva a que sejam cada vez mais utilizadas estratégias de consolidação que passam pelo uso de materiais de alta tecnologia, recém-aplicados e reversíveis, e que se tenha em atenção a escala e o rigor dos programas. Outra das preocupações verificadas tem a ver com a relação com a envolvente, em que os critérios de intervenção são eleitos com o intuito de preservar a paisagem.

De facto, esta estratégia de dar prioridade ao monumento e de fazer com que as intervenções tenham um menor impacto no conjunto edificado, refutando propostas mais agressivas, decorre dos projectos com programas bastante impositivos face à pré-existência, efectuados no decurso dos anos 80 e início dos anos 90. No livro “Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)” fica manifesto que:

“Tendo, portanto, em conta, o carácter normativo destas intervenções, e conhecendo alguns efeitos, eventualmente perversos, das reafecções em causa, convirá agora tornar predominantes as intervenções «leves», que visem restituir a fruição do castelo, conferir-lhe, bem entendido, capacidade de acolhimento público, mas reservá-lo em termos de valor ou perfil construído sem adições ou propostas mais agressivas que dificilmente assimilam valores de obras de raiz.”<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> CALADO, Luís Ferreira; LEITE, Joaquim Passos; PEREIRA, Paulo – “As áreas de actuação do IPPAR (algumas questões concretas).” In *Intervenções no Património 1995-2000*, 1997, p. 35.

<sup>159</sup> CALADO, Luís Ferreira; LEITE, Joaquim Passos; PEREIRA, Paulo – *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, 2000, p. 261.



Os programas solicitados contemplam, para além da conservação e valorização das estruturas existentes, a adição de novas funcionalidades ao castelo, transformando-o num espaço que promova a permanência de quem o procura. Com estas propostas pretende-se reforçar a relação com o território e associar o castelo ao conjunto que o envolve, tornando-o num centro activo e atractivo, que estimula relações mais complexas, que estão para além de uma funcionalidade. Pretende-se reutilizar as velhas estruturas como objecto de contemplação cénica, lúdica e cultural. Assim, é importante que a elaboração destes projectos de revitalização dos castelos se enquadre num plano conjunto de tratamento e dinamização das áreas onde se implantam.

Estes projectos visam restituir a memória dos castelos, designadamente com a adição de novas construções e novas valências. Procuram estimular uma dialéctica entre *novos* e *velhos* elementos, entre referências passadas e quotidianas (possivelmente futuras).

Serão agora mencionados alguns exemplos de intervenções contemporâneas que foram realizadas nos últimos anos, ou que se encontram em curso, cuja intenção é a valorização e a requalificação dos castelos em Portugal, com a introdução de nova arquitectura e espaço público. Deste modo, para além dos casos de estudo que a seguir serão aprofundados, far-se-á uma referência breve a algumas intervenções que merecem igualmente ser identificadas, constituindo-se como exemplos da prática arquitectónica que tem sido realizada nestes monumentos, identificando os programas, objectivos, processos e opções de projecto. O objectivo é que se conheça, de uma maneira geral, as principais intervenções executadas, de maneira a compreender as circunstâncias em que se realizaram, onde e como actuam e o que acrescentam a estas estruturas.

Para responder às necessidades de reafecção de usos e atendendo ao número de visitantes de alguns monumentos, as opções de projecto passam pela inclusão de áreas expectantes de público. “Quando se fala na instalação de equipamentos «grande público», tais como lojas, cafetarias e restaurantes, deve encarar-se tal acto como algo que visa não apenas corresponder a um padrão (muitas vezes esgotado ou esgotável) de intervenção, mas sobretudo à criação de áreas de acolhimento que sirvam de filtragem de público, de áreas necessárias de *descompressão e retenção temporária*.”<sup>160</sup> Sente-se a necessidade de criar espaços públicos, de fruição e consumo, que retenham e reencaminhem os fluxos de visita.

---

<sup>160</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 85.



É importante que o imóvel mantenha a capacidade de merecer a atenção do público, reforçando a sua capacidade evocativa e introduzindo-lhe novas valências de utilização<sup>161</sup>, como é o caso dos espaços explicativos e expositivos. “A instalação de centros explicativos e de acolhimento impõe-se sempre que existam preexistências que possam acolher um conjunto de material informativo, que capacite o visitante a perceber o lugar e as sucessivas fases de transformação por que passou [...], *encaminhando-o*.”<sup>162</sup> Por norma, estes centros resultam da adaptação de determinados espaços dos castelos a esta função, em que o objectivo é a sua salvaguarda e fruição. Na maioria dos casos esta apropriação acontece nas torres de menagem dos castelos, como se perceberá adiante.

No sentido de proteger e valorizar o património, estas opções de projecto passam também pelo (re)arranjo e (re)definição de percursos, circuitos de visita, com áreas reservadas ou inacessíveis.

As operações efectuadas nas torres de menagem<sup>163</sup> dos castelos, elementos marcantes do seu perfil arquitectónico, constituem-se como um dos exemplos importantes de intervenção contemporânea nestas estruturas, uma vez que lhes concedem novos acessos, características expositivas, museológicas (ou outros desígnios de apoio ao turismo). Destacam-se as intervenções realizadas nas torres de menagem dos castelos de Leiria, Amieira, Algoz, Pombal ou Mértola, onde é manifesta a preocupação de compatibilizar a adição contemporânea com o monumento pré-existente.

Concluído em 1998, o projecto para a intervenção na Torre de Menagem do Castelo de Leiria, projecto da autoria dos arquitectos Luís Miguel Correia e Augusto da Costa, fazia parte de um plano conjunto de revitalização para o Castelo, em que se ambicionava o tratamento e dinamização do centro histórico<sup>164</sup>. Verificou-se que as estruturas do imóvel se encontravam em avançado estado de degradação, nomeadamente a Torre de Menagem, que por este motivo se encontrava encerrada ao público. A proposta de intervenção ambicionava conceder-lhe características expositivas e o acesso à cobertura. Adoptaram-se materiais como madeira, ferro e cobre e “[...] pretendeu-se não só que a

<sup>161</sup> Controladamente, ao contrário do que foi feito no ciclo de trabalho de 90 a 95.

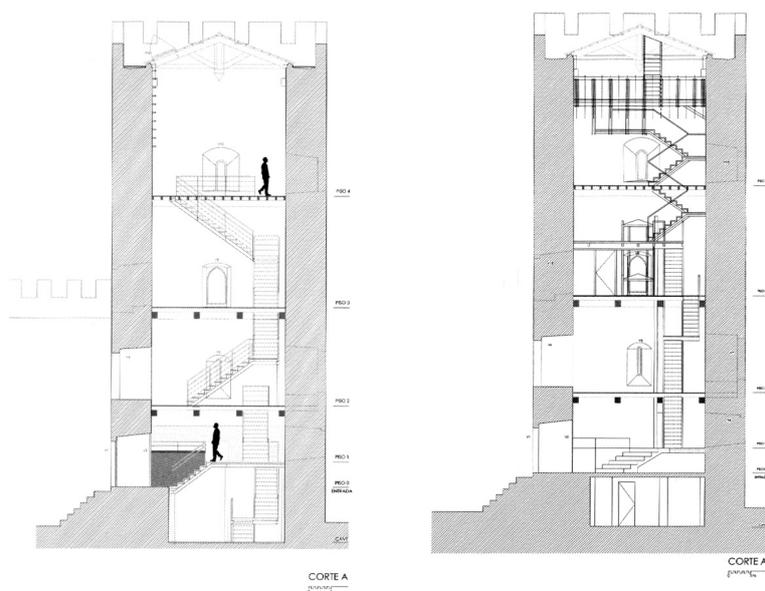
<sup>162</sup> PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*, 2004, p. 85.

<sup>163</sup> As torres de menagem são uma estrutura central de um castelo medieval que permitia uma visão ampla do perímetro da muralha. Podiam localizar-se no centro do perímetro amuralhado ou estar adossadas à muralha, prevalecendo em Portugal as torres de planta quadrangular ou rectangular.

<sup>164</sup> Só a intervenção na torre de menagem foi concretizada.



39. Vista aérea do Castelo de Amieira do Tejo



40-41. Cortes torre de menagem, Castelo de Amieira do Tejo



42. Castelo de Algosó



43. Cobertura em camarinha de cobre e circulação à cota alta, Castelo de Algosó

estrutura interior e cobertura se soltassem da *casca* em pedra, a envolvente, mas também que se conseguisse fazer uma leitura global da Torre que evidenciasse toda a sua magnitude.[...] não se quis a Torre de Menagem como mero lugar de passagem para a cobertura. [...] pretendeu-se assegurar uma lógica dinâmica e dicotómica entre os seus espaços, numa função que contempla outro tipo de finalidades (exposições) e que reveste como característica central a representação activa entre objecto e sujeito, como se da sua própria encenação se tratasse.”<sup>165</sup>

A intervenção na Torre do Castelo de Amieira do Tejo resulta da candidatura ao Programa Operacional da Região do Alentejo (PORA) e integra-se no Programa de Valorização dos Castelos do Alentejo. É um projecto do arquitecto João Nasi Pereira, concluído em 2010. “A necessidade de proceder à remodelação dos espaços visitáveis desta fortificação resulta da falta de condições de segurança, de comodidade, de integridade, afinal, de fruição, decorrentes das alterações introduzidas em consequência de intervenções anteriores.” A intervenção procura alternativas assumidamente diferenciadas do existente, mas tendo como objectivo o respeito pela integridade patrimonial do monumento. O programa proposto pelo IPPAR para a torre de menagem abarcava um espaço de acolhimento e vendas (piso 1), instalações de apoio (piso -1), um centro interpretativo (piso 2) e um centro museológico (pisos 3 e 4). Propõe-se a libertação do interior da torre (da ocupação dos pisos intermédios e dos vários lances de escadas) com o intuito de recuperar a verticalidade austera dos pés-direitos e de ter um acesso à cobertura mais simplificado (alçapão e escada).

Outro exemplo é a intervenção na torre de menagem (de polígono hexagonal irregular) do castelo de Algosó, que se insere no plano para a revitalização e valorização do castelo. O projecto, da autoria do arquitecto Paulo Anes, iniciou-se em finais de 1998 e tinha como máxima o respeito pelo “espírito do sítio”. Ao contrário, por exemplo, da operação na torre de menagem de Amieira, aqui desde logo se excluiu a possibilidade de se proceder à inclusão de um centro interpretativo/centro de acolhimento no interior da torre, devido à exiguidade do espaço. “Um dos objectivos mais importantes da intervenção foi possibilitar a circulação de perímetro na cota mais elevada da torre.”<sup>166</sup> O arquitecto

<sup>165</sup> CORREIA, Luís Miguel – A Torre de Menagem do Castelo de Leiria. *Monumentos* 10, p. 92.

<sup>166</sup> ANES, Paulo – Reabilitação e valorização do Castelo de Algosó. Enquadramento conceptual e fundamentação técnica. *Património Estudos* 7, 2004, p. 203.

Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal



44-46. Plataforma metálica, Castelo de Algozo



47-52. Paiól do Castelo de Campo Maior



53-55. Paiól do Castelo de Vide

procurou que a trajectória da escada que faria a sua circulação vertical correspondesse, (ao que parecia) a um antigo itinerário. Esta escada, que chegada à cota alta rompe a cobertura, desenhou-se com uma forma elementar, sendo executada em chapa de aço *inox*, e em que o contacto com o monumento se quis mínimo. “Sentiu-se a necessidade de cobrir a torre – um modo de proteger a ruína.”<sup>167</sup> Optou-se por uma cobertura metálica (em cobre), tipo sanduiche, de secção reduzida, pousada no topo da torre, que evitaria operações de manutenção a curto/médio prazo. Sobre o adarve<sup>168</sup> colocou-se um passadiço em chapa de *inox* nervurada.

Verificam-se também algumas intervenções nos antigos paióis de pólvora dos castelos, com trabalhos de manutenção ou reparação, como é exemplo as operações realizadas no paiol do castelo de Campo Maior, com intervenção de Carrilho da Graça ou no de Castelo de Vide, a cargo do arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Nuno Malato e Alberto Cruz. A reabilitação do antigo paiol existente no recinto do castelo de Castelo de Vide, datado do século XVIII, foi uma obra executada em 2004.

Noutros casos pode dizer-se que a *ruína* é utilizada como matéria de projecto, isto é, a sua própria imagem é mantida e inclusivamente utilizada como parte integrante da obra nova, como ocorre nas intervenções efectuadas nos paços dos castelos de Montemor-o-Velho e Castelo Rodrigo, ou nos castelos de Silves, Castelo Novo e no conjunto fortificado de Marialva.

Em 2000, o arquitecto João Mendes Ribeiro desenhóu um projecto para a implantação de uma Casa de Chá no espaço envolvente da ruína do Paço da Alcáçova, no Castelo de Montemor-o-Velho. É intenção que a operação respeite a pré-existência e deixe em aberto a leitura actual da ruína. De acordo com o arquitecto: “Tentamos, assim, enfrentar uma leitura coerente da ruína, salvaguardo-a quer de excessos afirmativos, quer de fantasiosas especulações.”<sup>169</sup> Criou-se uma estrutura com autonomia geométrica e material, que se solta da ruína e até do solo, já que a laje de pavimento e o estrado da esplanada ficam levemente erguidos. “Essa edificação é marcada por alguns elementos

<sup>167</sup> ANES, Paulo – Reabilitação e valorização do Castelo de Algosó. Enquadramento conceptual e fundamentação técnica. *Património Estudos* 7, 2004, p. 202.

<sup>168</sup> Caminho estreito no topo dos muros de uma fortificação, com a função de ronda dos sentinelas e de distribuição dos defensores.

<sup>169</sup> RIBEIRO, João Mendes – Projecto para uma Casa de Chá no Castelo de Montemor-o-Velho. *Património Estudos* 1, 2001, p. 173.

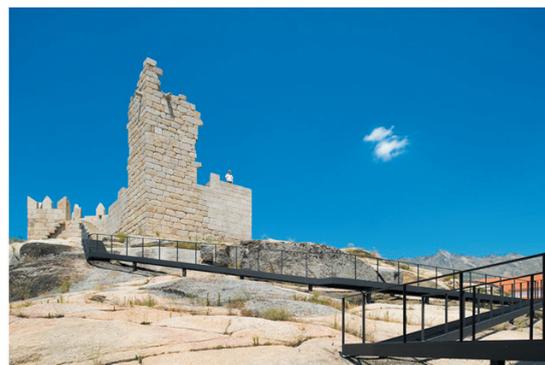
Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal



56 Casa de Chá Montemor-o-Velho



57-59. Casa de Chá Montemor-o-Velho



60-66. Intervenção no Castelo de Castelo Novo

maciços, a saber: dois planos horizontais substancialmente fortes – cobertura e pavimento –, unidos por um paralelepípedo cromaticamente distinto, que corresponde às áreas de serviço da Casa de Chá. [...] Os pilares da estrutura de suporte das lajes de pavimento e de cobertura são perfis de ferro que funcionam pelo interior e os paramentos verticais em vidro simples, modulado e liberto de prumos de caixilharia, com excepção das portas, marcadas por aro e caixilho de ferro.”

O projecto para o castelo de Castelo Novo, no Fundão (Castelo Branco), é uma intervenção da autoria dos arquitectos Luís Miguel Correia, Nelson Mota, Susana Constantino e Vanda Maldonado, concluída em 2008. O programa contempla a adição de uma nova “funcionalidade” ao castelo e a solução encontrada passou pela criação de “um corpo sem um contorno demasiado rígido, por isso orgânico, que não se impõe sobre as estruturas existentes, mas que pelo contrário se sustenta nelas.”<sup>170</sup> Este elemento transforma-se em rampa e escadas, desenhando um percurso de visita pelo interior do castelo e que se implanta sobre as escavações arqueológicas. “Este culmina na Torre [de menagem] onde uma caixa que se introduz no seu interior cumpre função desejada e permite estabelecer um contacto visual privilegiado com a paisagem circundante.”<sup>171</sup>

Na intervenção no Castelo de Algosó também se verifica o desejo de integrar a ruína no projecto, pois o arquitecto Paulo Anes afirma: “Sentimos a necessidade de reforçar e perpetuar essa longa página da história do monumento – a ruína. [...] Evidenciámos sobretudo o valor simbólico, histórico e estético da ruína, não muito distanciados do exacerbo dos conceitos românicos, do período iluminado.”<sup>172</sup>

Inserido no Programa de Valorização dos Castelos do Alentejo, o programa do projecto para a operação no castelo de Viana do Alentejo, terminado em 2005, “inclui [...] o desenvolvimento de estudos de carácter histórico e arqueológico que, para além de apoiarem as intervenções de conservação, deverão trazer conteúdos actualizados para a produção de uma exposição interpretativa do conjunto monumental, bem como para a posterior publicação de uma monografia.”<sup>173</sup> Numa primeira fase de intervenção o projecto

---

<sup>170</sup> Comoco.

<sup>171</sup> Habitar Portugal.

<sup>172</sup> ANES, Paulo – Reabilitação e valorização do Castelo de Algosó. Enquadramento conceptual e fundamentação técnica. *Património Estudos* 7, 2004, p. 200.

<sup>173</sup> PAIS, Ana Cristina – Projecto de recuperação, conservação e valorização do Castelo de Viana do Alentejo. *Património Estudos* 7, 2004, p. 133.

Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal



67. Castelo de Viana do Alentejo



68. Castelo de Viana do Alentejo



69. Castelo de Mogadouro



70. Castelo de Mogadouro

envolveu trabalhos de reparação, limpeza, consolidação e restauro de diversas estruturas do castelo. Encetaram-se posteriormente intervenções nos cinco torreões cilíndricos, arranjos exteriores dentro do perímetro da muralha e na envolvente próxima, bem como as principais operações estruturais, quer nas muralhas, quer nos edifícios dentro do perímetro amuralhado. A antiga igreja da Misericórdia é objecto de estudo e de um projecto de conservação, uma vez que apresenta patologias estruturais de alguma importância. As salas existentes na área outrora ocupada pelos Paços do Concelho são motivo de intervenção de readaptação a novos usos, destinando-se a acolher o espaço interpretativo do castelo, para além da bilheteira e da loja do IPPAR. O projecto, a cargo dos arquitectos Maria Manuela Fernandes e João Seabra Gomes, é desenvolvido com a coordenação da Divisão de Obras da Direcção Regional de Évora do IPPAR e inclui ainda a criação de instalações sanitárias públicas e o tratamento das acessibilidades para visitantes com mobilidade reduzida.

O território raiano transmontano, delimitado pelos concelhos de Vinhais e Mogadouro, corresponde a uma linha fronteira pontuada, no que diz respeito à arquitectura militar, pelos castelos de Chaves, Vinhais, Bragança, Outeiro, Vimioso, Algosó, Penas Róias e Mogadouro.<sup>174</sup> Algumas destas estruturas receberam intervenções importantes, das quais se destacam as operações realizadas nos castelos de Vimioso, Algosó e Mogadouro.

A intervenção no castelo de Mogadouro, a cargo do arquitecto Amândio Cupido, consistiu na consolidação da torre de menagem e das muralhas do castelo, que já não era intervencionado há cerca de vinte e cinco anos. O projecto teve como principais objectivos a clarificação da relação do monumento com a envolvente e a hierarquização de áreas e percursos, de modo a restituir a fruição dos espaços. Este inclui entre outros trabalhos: a reabilitação da torre do relógio e do pelourinho, a remoção da cisterna municipal, a revisão do sistema de iluminação exterior, a criação de uma plataforma de “chegada” ao castelo e a definição de percursos, nomeadamente na ligação entre o adarve e a torre de menagem. Relativamente à torre, não se prevê a sua musealização, mas apenas a reabilitação dos seus espaços interiores (escada e pavimentos) e caixilharia. Segundo o autor: “Assume-se a contemporaneidade da intervenção, sabendo-se que este castelo, fundado no século XII,

---

<sup>174</sup> CUPIDO, Amândio; BARROS, Márcia – Castelo de Mogadouro: uma intervenção. *Património Estudos* 9. 2006. p. 173.

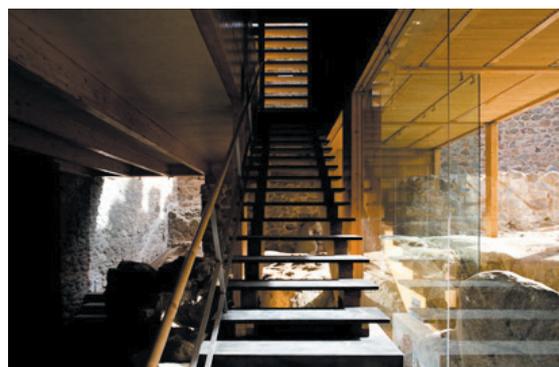
Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal



71. Castelo de Óbidos



72. Castelo de Óbidos



73-78. Castelo de Portalegre

sofreu múltiplas alterações e continuará a sofrer ao longo do tempo. Ainda assim, considera-se que contribuirá para induzir novas vivências a nível local e regional.”<sup>175</sup>

Outro caso que podemos assinalar é a intervenção no Castelo de Óbidos (concluída em 2000) que teve como objectivo a valorização da cerca do castelo (a Norte do antigo Palácio dos Alcaldes e a actual pousada) e o seu enquadramento paisagístico, em particular as encostas Poente e Nascente. Pretendeu-se modernizar as velhas estruturas, admitindo “a possibilidade de trabalhar *sobre* o património como acto criativo, valorizando-o, respeitando-o e aceitando a necessidade estimulante de introdução de novos elementos construídos, percursos, edificações, muros, árvores, pavimentos e iluminação como trabalho de valorização integrado.”<sup>176</sup> O programa propõe a reestruturação da cerca, criando espaços arborizados e percursos pelas muralhas do castelo, explorando o espaço de maneira a proporcionar a realização de espectáculos ao ar-livre. Outra das propostas do projecto do arquitecto José Manuel Lamas passava pela criação de um anfiteatro ao ar livre com um café-restaurante e esplanada abrindo sobre a nova praça, que não foi concretizado.

Realizaram-se também intervenções de maior dimensão que concederam aos castelos novos valores, nomeadamente culturais, e de que são exemplo as intervenções realizadas nos castelos de S. Jorge em Lisboa ou a efectuada no castelo de Portalegre. São consideradas por Joaquim Rodrigues dos Santos “[...] como as que tiveram maior impacto ao nível arquitectónico na valorização e revitalização cultural dos conjuntos fortificados.”<sup>177</sup>

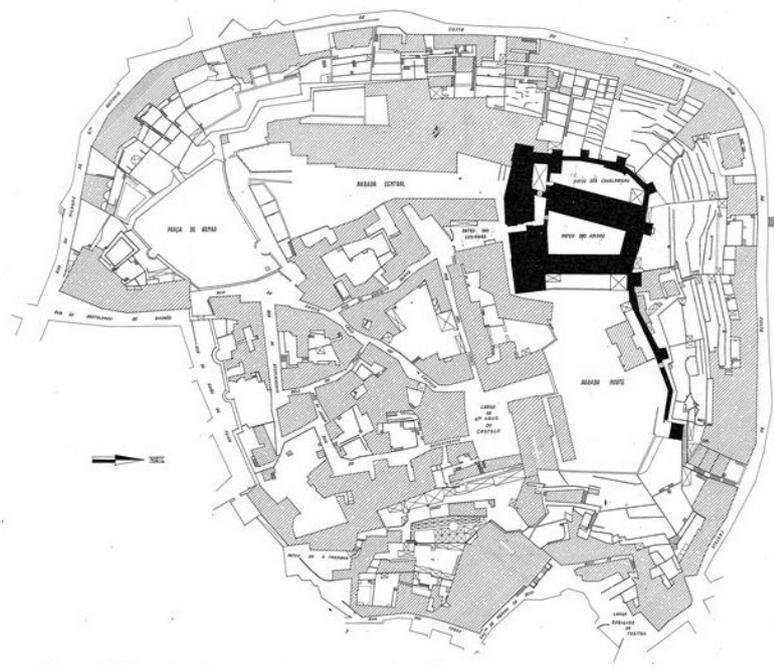
A recuperação da barbacã e do castelo de Portalegre (2007) inseriu-se no projecto de requalificação da cidade para o Programa Polis. A intervenção, projecto do arquitecto Cândido Chuva Gomes, destaca-se pela solução implementada em que a obra nova é totalmente assumida e em que a madeira, o vidro e a pedra são os protagonistas. O programa deseja assegurar o enquadramento e a interligação da nova estrutura (um volume de madeira lamelada) nas muralhas envolventes e dotando o castelo com novas áreas culturais e de lazer, com a inclusão de um restaurante, uma galeria e um anfiteatro ao ar-livre.<sup>178</sup>

<sup>175</sup> CUPIDO, Amândio; BARROS, Márcia – Castelo de Mogadouro: uma intervenção. *Património estudos* 9. 2006. p. 179.

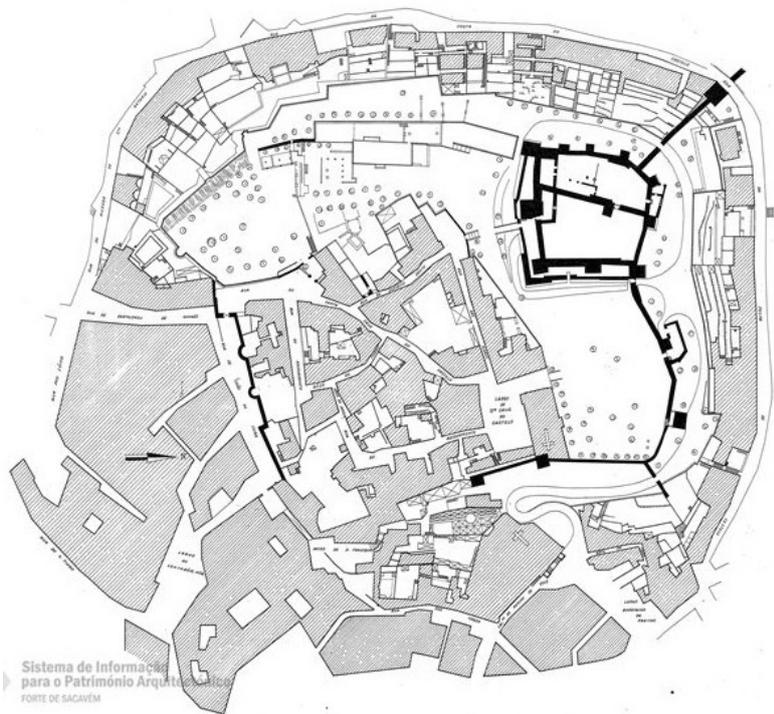
<sup>176</sup> Valorização da Cerca do castelo da Vila de Óbidos. *Arquitectura Ibérica* 12, p. 201.

<sup>177</sup> SANTOS, Joaquim Rodrigues dos – “Compor ameias em castelos como dentes em dentaduras: a reabilitação funcional de fortificações medievais em Portugal.” In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*, 2011, p. 102.

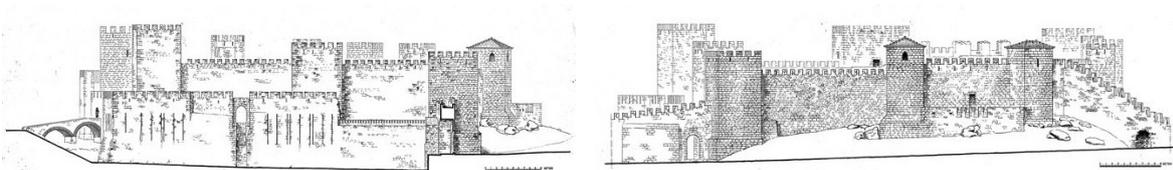
<sup>178</sup> Castelo no ar. *Arquitectura e Construção* 39, 2006, p. 37-38.



79. Planta geral das muralhas antes das obras



80. Planta geral das muralhas depois das obras



81-82. Alçados nascente e norte depois das obras

## Capítulo 4. Casos de Estudo

### 4.1. Castelo de S. Jorge

#### PRÉ-EXISTÊNCIA: O Castelo de S. Jorge

“A colina hoje ocupada pelo Castelo de São Jorge é o sítio primeiro da ocupação humana — datada da Idade do Ferro — que transfiguraria em lugar a elevação estratégica sobre o estuário do Tejo e o seu território interior que deu origem à cidade de Lisboa. No conjunto amuralhado, a Praça Nova do Castelo ocupa um promontório intramuros, delimitado por estruturas defensivas a Norte e a Oeste, e pela Igreja da Santa Cruz a Sul, promontório com um domínio visual que se estende, por sobre as muralhas a Este, desde a cidade aos seus pés até ao horizonte do estuário.”<sup>179</sup>

Protecção:

Situação Actual: Classificado

Categoria de Protecção: Classificado como MN – Monumento Nacional

Cronologia: Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910

Zona *Non Aedificandi*: Não

Abrangido por ZP: Sim, Despacho de 18-10-2011

Considerado o monumento mais emblemático da cidade de Lisboa, o Castelo de S. Jorge é um importante testemunho de momentos ímpares da história de Portugal.

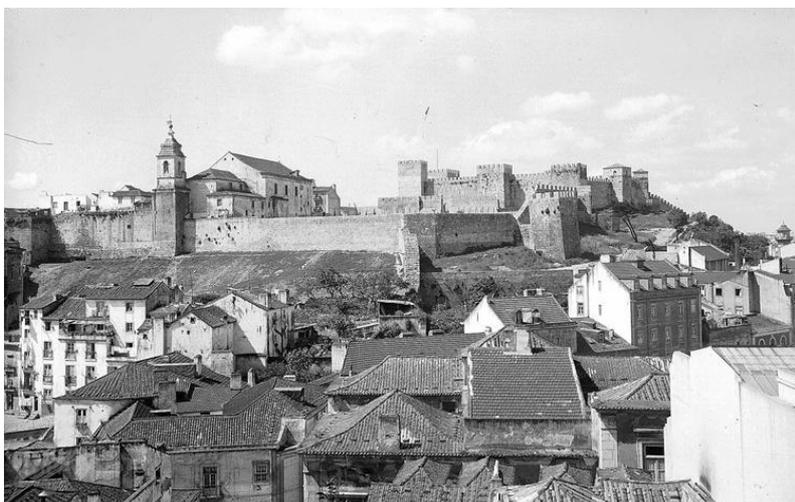
A 16 de Junho de 1910, D. Manuel II (último Rei de Portugal), manda publicar o decreto de classificação do património nacional com estatuto de *monumento nacional*, onde se incluía o Castelo de S. Jorge. A área classificada em 1910 era constituída pelo castelo e suas muralhas, por alguns edifícios que outrora faziam parte do antigo Paço Real da alcáçova e por uma área designada hoje, por Praça Nova, que encerra vestígios de várias épocas, com

---

<sup>179</sup> HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.



83. Vista panorâmica do Castelo de S. Jorge antes das obras



84. Vista panorâmica do Castelo de S. Jorge depois das obras



85. Vista aérea do sul após o restauro

destaque para o conjunto residencial da época Islâmica<sup>180</sup>. É nessa zona a nascente do castelo, a Praça Nova, onde hoje se situa o Núcleo Arqueológico. Neste espaço encontram-se os mais antigos vestígios de ocupação, que remontam à Idade do Ferro, época em que provavelmente aí se localizava um povoado fortificado.

Esta estrutura militar sofreu várias adaptações ao longo dos séculos, mas tal situação não diminuiu o seu mérito e significado, que mantém ainda hoje.

De meados do século XIII até ao início do século XVI, o Castelo de S. Jorge conheceu o seu período áureo. Nos edifícios onde hoje se encontra o Núcleo Museológico, o Café do Castelo e o Restaurante Casa do Leão, localizava-se o antigo palácio do alcaide mouro que se converteu em Paço Real. O Paço Real da alcáçova foi a residência dos reis de Portugal quando estavam em Lisboa, sendo alvo de obras ao longo dos séculos. Parte da sua área ocupada foi transformada em quartel no século XVI, para aí instalar o Governador e a sua guarnição militar, sofrendo obras de adaptação e modernização defensiva.

Também nos sessenta anos de integração do reino de Portugal na coroa de Espanha, entre 1580 e 1640, se introduziram alterações significativas no castelo, que reassumiu um papel de comando político e defesa.

No entanto, foi nos séculos XVIII e XIX que a fortificação recebeu as modificações mais profundas, pois com o terramoto de 1755 todas as construções existentes<sup>181</sup> ficaram em ruínas. Sobre os escombros dos antigos edifícios foram construídos outros (os espaços foram-se adaptando às necessidades da vida militar), que esconderam as ruínas existentes.<sup>182</sup>

“É no decorrer do século XX que se redescobre o castelo, os vestígios do antigo Paço Real, a alcáçova islâmica e as vivências de outrora. As intervenções de 1938-40 promovidas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais conferiram-lhe a

---

<sup>180</sup> A área residencial (dos séculos XI e XII) posta a descoberto no âmbito das escavações arqueológicas, caracteriza-se por um conjunto de estruturas habitacionais, entre as quais se destacam duas casas geminadas de dimensões generosas (respectivamente 160 m<sup>2</sup> e 187 m<sup>2</sup>), enquadradas por três ruas, encontrando-se na rua empedrada de acesso às casas o sistema de saneamento próprio das cidades islâmicas. As casas apresentam acabamentos de qualidade, particularmente nos salões onde as paredes ostentam estuques pintados e decorados com motivos geométricos e com o “cordão da felicidade” motivo típico da cultura islâmica. Também os pavimentos apresentam um acabamento cuidado de argamassa branca ou do tipo “almagre” (argamassa pintada a vermelho). Numa das casas também as paredes do pátio revelam vestígios de terem recebido um acabamento de estuque decorado com motivos geométricos.

<sup>181</sup> As muralhas, o castelo, o antigo Paço Real, os palácios, ermidas e igreja.

<sup>182</sup> Ou seja, os vestígios das edificações palatinas antigas. Só a igreja de Santa Cruz foi reconstruída posteriormente.



86. Vista aérea Castelo de S. Jorge, 1992



87. Vista aérea Castelo de S. Jorge

imponência actual, resgatada no meio das demolições então levadas a cabo, atestando materialmente fragmentos das construções do passado documentadas amiúde nas fontes escritas.”<sup>183</sup>

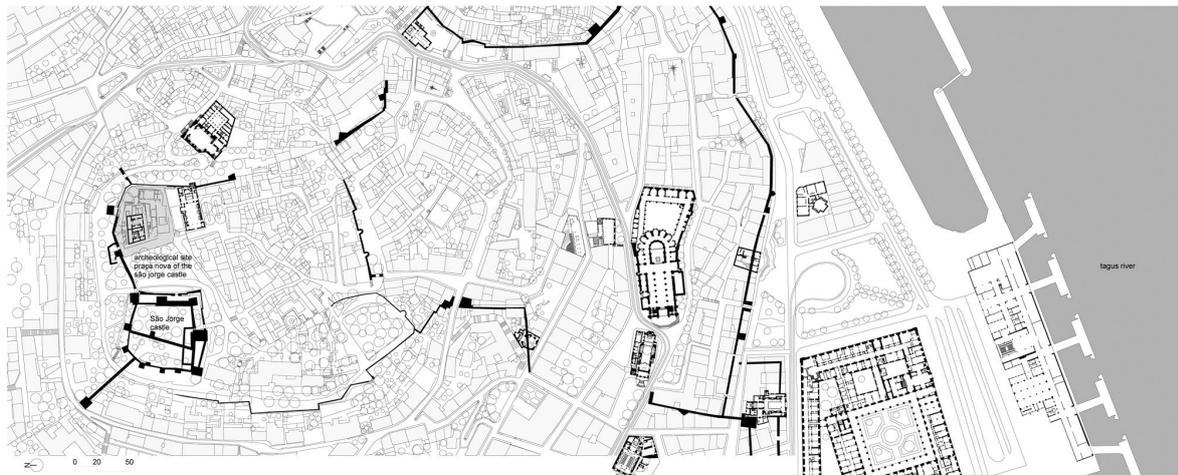
As outras que se seguiram, em particular as que se iniciaram na última década do século XX, contribuíram para avivar a memória e lembrar a antiguidade da ocupação no topo da colina.

“Neste percurso de muitos séculos o Castelo de S. Jorge é ele próprio um testemunho único dessa dinâmica tão própria da arquitectura que atravessa os séculos reinventando-se e adaptando-se na continuidade e diversidade ao sabor da vontade humana que nas suas obstinações constrói e desconstrói, e, sem se dar conta, escreve e apaga páginas da História.”<sup>184</sup>

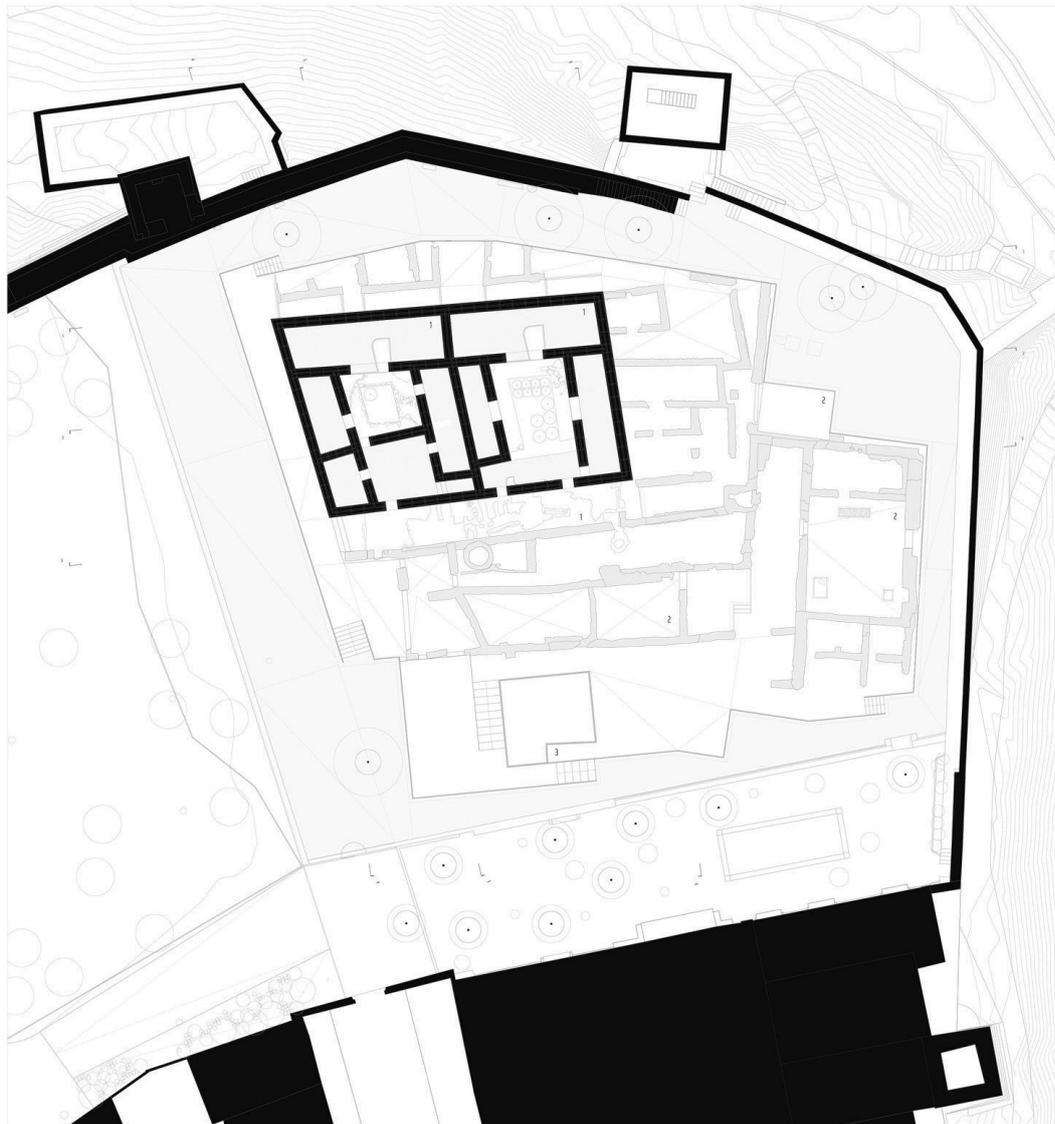
---

<sup>183</sup> Castelo de São Jorge.

<sup>184</sup> *Ibidem*.



88. Planta de implantação, Castelo de S. Jorge



89. Planta, Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge

## INTERVENÇÃO: Programa e Projecto

Ficha técnica:

Local: Lisboa, Portugal

Início do projecto: 2008

Conclusão da obra: 2010

Área de intervenção: 3.500 m<sup>2</sup>

Arquitectura: João Luís Carrilho da Graça

Colaboradores: João Gomes da Silva (paisagista); Francisco Freire, Monica Ravazzolo,

Pedro Abreu e Vasco Melo (arquitectos); Paulo Barreto e Vanda Neto (maquetistas)

Fundações e estrutura: Estudos Betar - José Pedro Venâncio e Paulo Mendonça

Instalações hidráulicas: Estudos Betar - Jorge Pinheiro e Marta Azevedo

Instalações eléctricas: Ruben Sobral

Instalações de segurança: Gipic - Alexandre Martins

Sinalização: Henrique Cayatte, Mónica Lameiro e Pedro Gonçalves

Promotor: Egeac (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural)

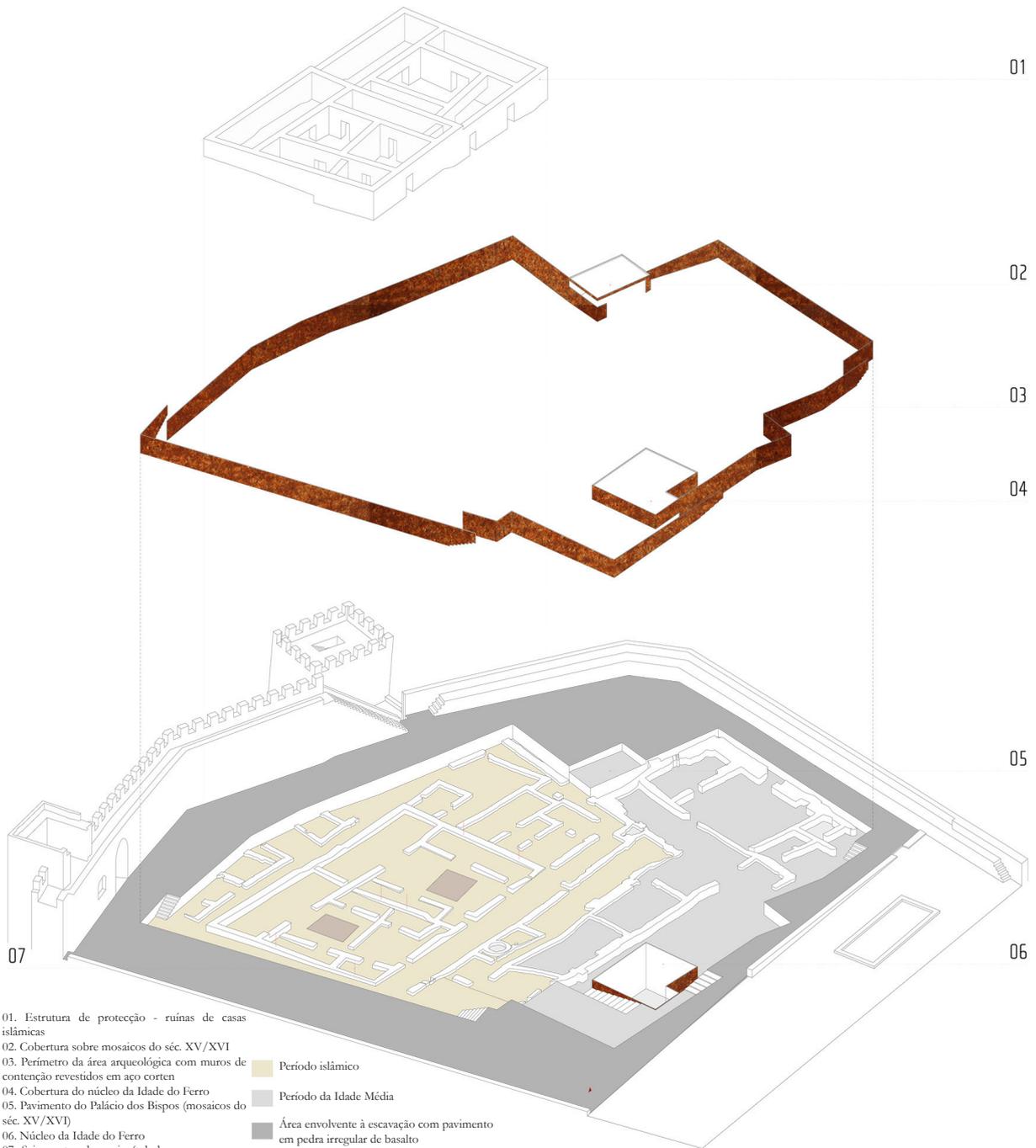
Em 1996 teve início neste local uma extensa campanha arqueológica que pôs a descoberto vestígios de diferentes momentos da sua ocupação<sup>185</sup>. São descobertos remanescentes de três períodos históricos: um conjunto de estruturas habitacionais da Idade do Ferro, restos de paredes e pavimentos de duas casas do período de ocupação muçulmana e uma superfície pavimentada de um palácio do século XV. Os objectos mais importantes encontrados foram removidos e expostos no Núcleo Museológico do Castelo, ficando a escavação aberta e apta a receber uma intervenção de protecção e musealização das três áreas distintas, dispersas por entre a topografia do campo arqueológico.

---

<sup>185</sup> A partir de 1995 o Castelo de S. Jorge é palco de importantes trabalhos arqueológicos, coordenados por Ana Gomes e Alexandra Gaspar (IPPAR), que revelaram níveis islâmicos e cristãos pós-reconquista. Vários espaços foram objecto de investigação arqueológica. Na Praça Nova escavou-se um bairro (segunda metade do século XI e XII) com casas de padrão islâmico mediterrânico, com pátio aberto, paredes pintadas e pavimentos de argamassa. No Beco do Forno registaram-se silos e fossas também com material do século XI e posterior. Merece referência, dentro do castelo, a escavação do Palácio dos Bispos e dos Condes de Santiago, com ocupação entre os séculos XIV e XVIII. Ver: FERNANDES, Isabel Cristina – “Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação.”, p. 154-158.



90. Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge



91. Axonometria, Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge

A Praça Nova localiza-se num promontório na extremidade nascente do castelo, ladeada a norte pelas muralhas e a sul pela Igreja de Santa Cruz. A nascente abre-se numa relação de dominância visual sobre a cidade e o rio.<sup>186</sup>

Propôs-se a musealização das ruínas com um projecto do arquitecto João Luís Carrilho da Graça, distinguido em 2010 com o Prémio Piranesi Prix de Roma (para a arquitectura de patrimónios arqueológicos). “Carrilho concebeu um projecto pouco convencional para a seara arqueológica: uma espécie de cenografia explícita e com ares de efémera, que interpreta a espacialidade grandiosa daquelas casas construídas em torno de pátios.”<sup>187</sup> O arquitecto afirma: “*É naturalmente uma intervenção incomum. Ouvi em Espanha comentários de que por lá não se permitiriam projectos como este. Respondi que em Portugal também não, foi uma luta apoiada pelas arqueólogas*”.<sup>188</sup>

“Esta intervenção abordou os temas da protecção, revelação e leitura do palimpsesto que qualquer escavação arqueológica representa, com um intuito pragmático de clarificar o carácter palindrómico que as estruturas expostas sugerem na sua distribuição espacial.”<sup>189</sup>

Procurou-se em primeiro lugar estabelecer com rigor o limite da área das escavações. Um conjunto de muros de contenção revestidos a aço *corten* definem todo o perímetro do espaço, demarcando com precisão a zona protegida e encerrando no seu interior, a uma cota mais baixa, as escavações e as ruínas postas a descoberto.<sup>190</sup> Esta delimitação do sítio arqueológico permite quer o acesso, quer uma leitura panorâmica do sítio. Exteriormente, a uma cota mais alta, os muros de aço *corten* sustentam um percurso periférico pavimentado a cubos de basalto, que circunda todo o conjunto arqueológico, promovendo os acessos e estabelecendo uma relação com as muralhas, a igreja, a cidade e o

---

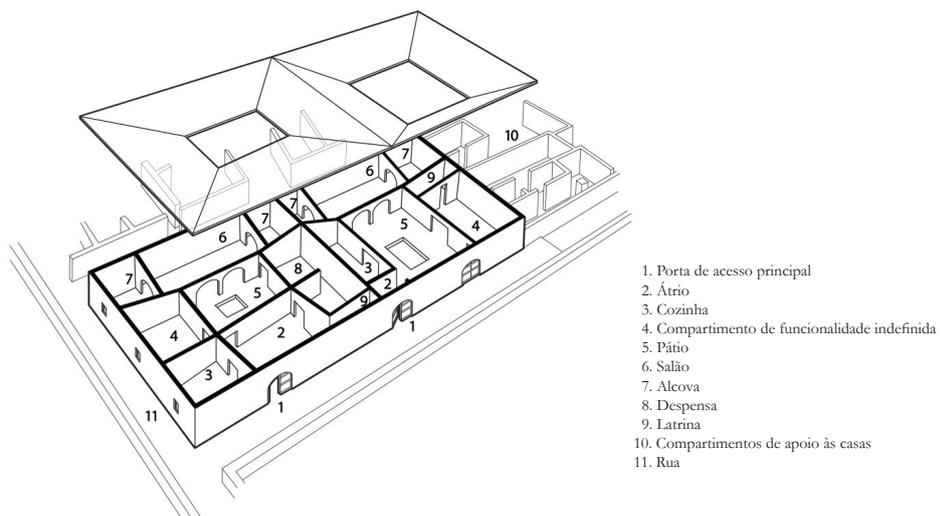
<sup>186</sup> Carrilho da Graça / Musealização da área arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Arq|a Arquitectura e Arte. Ações Patrimoniais*, 2010.

<sup>187</sup> GRUNOW, Evelise – Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge, Lisboa. *Arxoneb*, 2011.

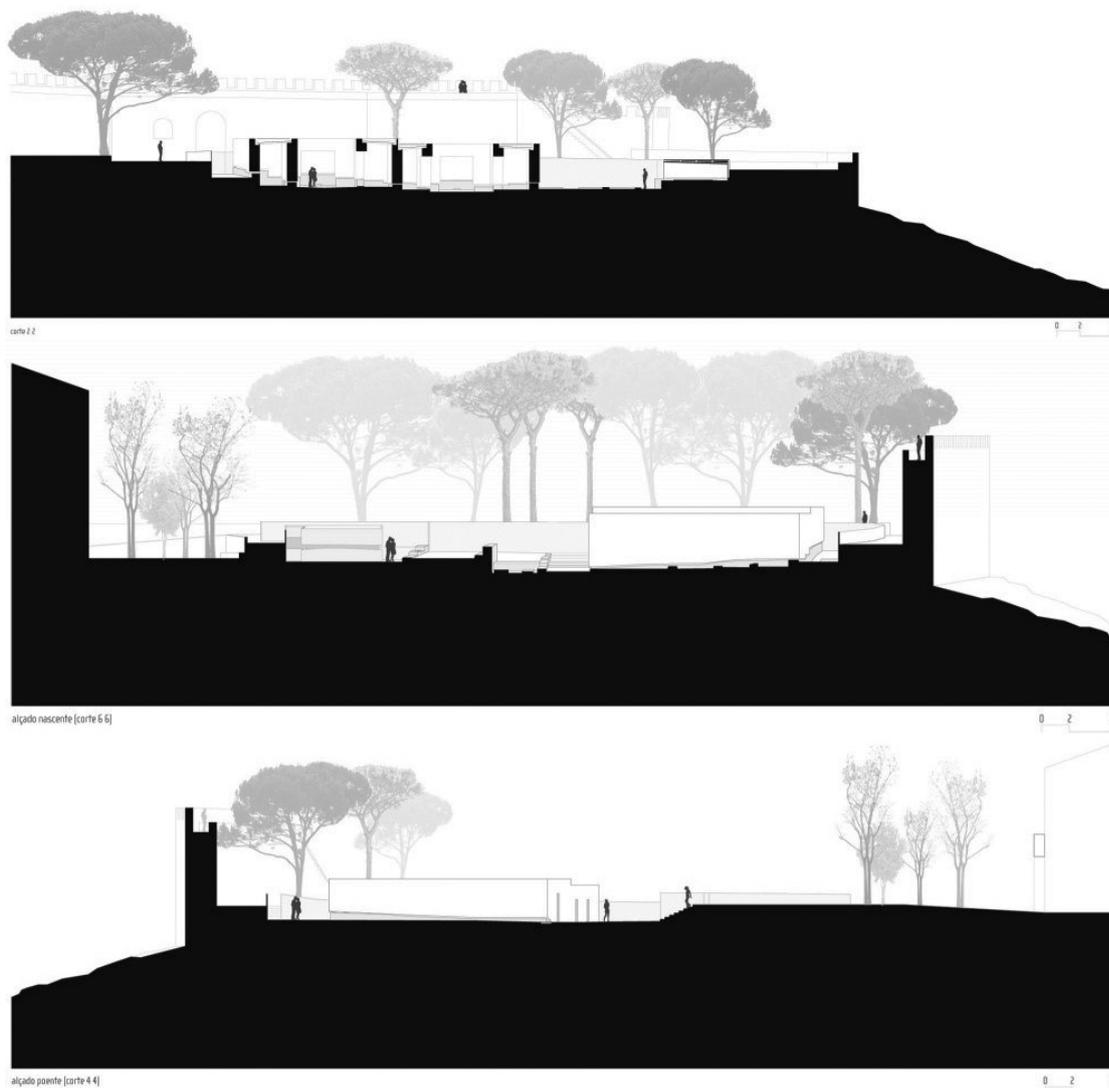
<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.

<sup>190</sup> Carrilho da Graça / Musealização da área arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Arq|a Arquitectura e Arte. Ações Patrimoniais*, 2010.



92. Axonometria, Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge



93-95. Perfis, Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge

rio. Além de cumprir a função de contenção do solo, as chapas de aço *corten* constituem o mobiliário e as peças de sinalização do complexo arqueológico.<sup>191</sup> O arquitecto afirma:

*“Era importante organizar um dispositivo estável para dar a ver este conjunto de ruínas e este ambiente da cidade que existiu neste espaço. Utilizei um dispositivo que tem esse objectivo, a primeira operação foi a criação desta espécie de muro que cria uma varanda à volta deste espaço, e este muro que está construído com uma guarda de aço corten, que com o tempo há-de ficar bastante mais escura e ganhar um ar orgânico e esta operação define o espaço que cenograficamente nós vamos observar enquanto escavação.”*<sup>192</sup>

Os elementos inseridos, que proporcionam a vivência do espaço pelos visitantes, como degraus e patamares (em mármore), distinguem-se da rugosa textura das paredes e fundações expostas.<sup>193</sup>

No interior da área de escavação as circulações estabelecem-se pelos percursos originais. Revestidos a saibro, garantem a infiltração das águas pluviais do solo. Pontualmente, soleiras e lancis em lioz, regularizam pavimentos, resolvem ressaltos e estabelecem pequenas contenções.<sup>194</sup>

Descendo à superfície escavada, ao primeiro nível espacial e último de ocupação, encontram-se os vestígios do pavimento de um palácio do século XV. “Para os pavimentos do Palácio dos Condes de Santiago, elevados relativamente ao nível do percurso de aproximação, propôs-se um tecto levemente inclinado em tela tencionada preta, brilhante, espelhada, imatérica, cujo reflexo nos oferece uma outra forma de olhar.”

Avançando no espaço, encontram-se os restos de paredes e pavimentos de duas casas islâmicas do século XI e os frescos que sobre estas subsistem. Estas estruturas foram tomadas como oportunidade para reproduzir a sequência espacial anteriormente existente. Um volume branco suspenso sobre as escavações, que toca as ruínas de pedra em apenas seis pontos, permite percepcionar as várias áreas, organizadas em torno de pátios, que

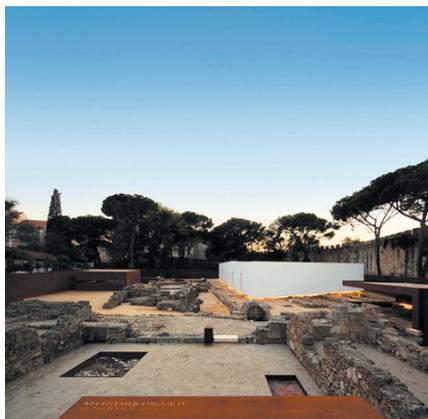
---

<sup>191</sup> HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.

<sup>192</sup> Inaugurado Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge.

<sup>193</sup> HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.

<sup>194</sup> Carrilho da Graça / Musealização da área arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Arg|a Arquitectura e Arte. Acções Patrimoniais*, 2010.



96-103. Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge

introduziam a luz e ventilação nas casas geminadas, encerradas para o exterior.<sup>195</sup> Carrilho da Graça esclarece: “*Sempre me pareceu desproporcional a relação da arquitectura com o objecto nos núcleos arqueológicos. Constroem-se belas e dispendiosas estruturas de protecção e, depois, põe-se o visitante sobre passarelas a olhar para pedras. A sensação é a de que os meios são gigantescos demais. Fazem palácios para ver o chão.*”<sup>196</sup>

As novas paredes, brancas, abstractas e cenográficas, encenam a espacialidade doméstica das duas habitações escavadas. São reproduzidas com recurso a estruturas treliçadas em aço, revestidas a placas de aglomerado de cimento e madeira, barradas e pintadas a branco. Têm o mesmo traçado das antigas, reproduzindo fielmente os seus ângulos e inclinações. Não há janelas, apenas estreitas passagens e a cobertura filtra a luz solar incidente através da combinação de placas de policarbonato com ripado de madeira.<sup>197</sup> Os pátios permanecem a descoberto. Visto de cima, a partir das muralhas que o circundam, o conjunto adquire plasticidade e grafismo.<sup>198</sup>

O objectivo é então o entendimento da distribuição espacial das casas, de uma maneira completamente diferente daquela a que estamos habituados, percepção a escala, as distâncias e as perspectivas das divisões. O resultado é a interacção entre a nova arquitectura e as ruínas de pedra. “*É este o truque, o paradoxo interno do projecto: espacializamos a ruína, mas de forma a parecer reversível. É como uma maquete.*”<sup>199</sup>, observa o arquitecto. Trata-se explicitamente de uma interpretação do *lugar*, em que se procura enfatizar a verticalidade dos ambientes domésticos, de modo a sugerir a grandiosidade que as casas islâmicas tiveram no seu tempo.<sup>200</sup>

As estruturas habitacionais da Idade do Ferro, localizadas numa cota mais baixa relativamente ao nível de circulação, são protegidas por um volume fechado sobre si mesmo. “Com um carácter massivo, dramático, desenvolve-se a partir dos muros em *corten* e desenha-se numa quase espiral, sugerindo um movimento de circulação em seu torno.

---

<sup>195</sup> HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.

<sup>196</sup> GRUNOW, Evelise – Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge, Lisboa. *Arcoweb*, 2011.

<sup>197</sup> *Ibidem*.

<sup>198</sup> HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.

<sup>199</sup> GRUNOW, Evelise – Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge, Lisboa. *Arcoweb*, 2011.

<sup>200</sup> *Ibidem*.



Um rasgo horizontal abre-se nas suas superfícies, convidando a um olhar mergulhante sobre os vestígios abrigados mais abaixo, no seu interior.”<sup>201</sup>

O projecto articula as diversas escalas expositivas através das superfícies em aço *corten* e do volume branco em placas de aglomerado de cimento e madeira. O distanciamento entre esta estrutura e as ruínas de pedra cria um interessante grafismo, enfatizado pela iluminação nocturna. O arquitecto declara: “*Olhar para a pedra pode ter uma atracção romântica, mas, para mim, vistas ao sol, elas adquirem um desenho gráfico muito bonito. O [prémio] Piranesi ajudou-me a entender a relatividade das ruínas. Apesar de sua importância histórica, como objecto museológico são um pouco limitadas.*”<sup>202</sup>

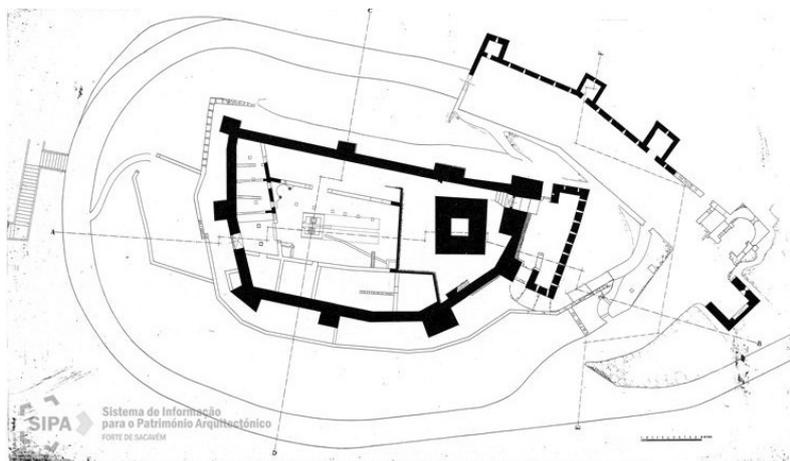
“O palimpsesto da história do sítio é assim descodificado e a possibilidade da sua leitura palindrómica temporal e espacial clarificada: não apenas através da leitura da informação escrita que acompanha a visita, mas sobretudo, e significativamente, através da experiência construída pela materialização da sua protecção e musealização.”<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> Carrilho da Graça / Musealização da área arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Arq|a Arquitectura e Arte. Ações Patrimoniais*, 2010.

<sup>202</sup> GRUNOW, Evelise – Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge, Lisboa. *Arcoveb*, 2011.

<sup>203</sup> HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Arquitectos. *Archdaily Brasil*, 2012.



104. Planta geral do Castelo de Pombal depois das obras



105. Castelo de Pombal, 1940

## 4.2. Castelo de Pombal

### PRÉ-EXISTÊNCIA: O Castelo de Pombal

Protecção:

Situação Actual: Classificado

Categoria de Protecção: Classificado como MN – Monumento Nacional

Cronologia: Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910

Zona *Non Aedificandi*: Sim (Portaria publicada no DG, II Série, n.º 12, de 15-01-1947)

Abrangido por ZP ou ZEP: Sim (Portaria publicada no DG, II Série, n.º 12, de 15-01-1947)

Em 1128, o Castelo de Pombal foi doado à Ordem do Templo, a quem Afonso Henriques atribuiu a defesa da cidade de Coimbra, então capital do reino. Esta doação prova que a localidade já tinha, por essa altura, um valor militar elevado, provavelmente por ter sido um ponto fortificado nos séculos imediatamente anteriores, em que esta parcela de território havia sido disputada por cristãos e muçulmanos.

A fortaleza românica construída pelos templários iniciou-se na década de 50 e prolongou-se até praticamente ao final do século. Os trabalhos terão começado pela cerca da fortaleza, só depois se erguendo a torre de menagem, que data de 1171. A conclusão do projecto foi assinalada com uma inscrição sobre a porta da torre, como foi usual nos empreendimentos militares promovidos por D. Gualdim Pais<sup>204</sup>.

Durante a Idade Média, a fortificação românica de Pombal não foi objecto de reformas assinaláveis. Só com D. Manuel (1495-1521), numa altura em que a guerra se havia transformado radicalmente, com inclusão de dispositivos adaptados à pólvora, se verifica uma primeira reformulação da estrutura, ainda mal estudada, mas que poderá ter passado pela definição de barbacãs e pelo reforço das muralhas.

No século XVII, o conde de Castelo Melhor reformou o antigo castelo, adaptando-o a residência senhorial. No início do século XIX, aquando das Invasões Francesas, foi

---

<sup>204</sup> Posteriormente retirada e depositada no Convento de Cristo, em Tomar, onde ainda hoje se encontra.



106-110. Torre de Menagem, Castelo de Pombal

vítima de saque e de um incêndio. Abandonado posteriormente, perdeu a importância e com isso conheceu a *ruína* e o crescimento desmesurado da vegetação à sua volta.

Entregue ao desgaste provocado pelo tempo e transformado em *ruína*, no século XX foi classificado como *Monumento Nacional*, por Decreto publicado em 23 de Junho de 1910. Porém, só receberia uma intervenção na década de 1940, quando lhe foram promovidas obras de consolidação e restauro parcial, a cargo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Novas campanhas de intervenção e restauro tiveram lugar em 1975 e entre 2000 e 2001, voltadas para a recuperação e valorização da torre de menagem.<sup>205</sup> Um dos objectivos programáticos dos autores do projecto, seria tornar possível o acesso ao interior da torre e contemplar o castelo e a paisagem circundante. Também o desenho sobre o existente predisps-se a inventar um novo olhar sobre a torre. Criou-se uma escada para fazer o seu acesso, ao qual está associada uma moldura (plataforma). A nova matéria transmite-lhe escala e movimento. Esta percorre os vários níveis, desde o piso da entrada até à cobertura.

Construtivamente, a proposta revela um aspecto duro e sem acabamento, que se pretende que resista e que envelheça com o tempo e com o uso. Os materiais utilizados foram o ferro, betão, chapa autoportante, aço *corten* e pedra *ataíja* azul.<sup>206</sup>

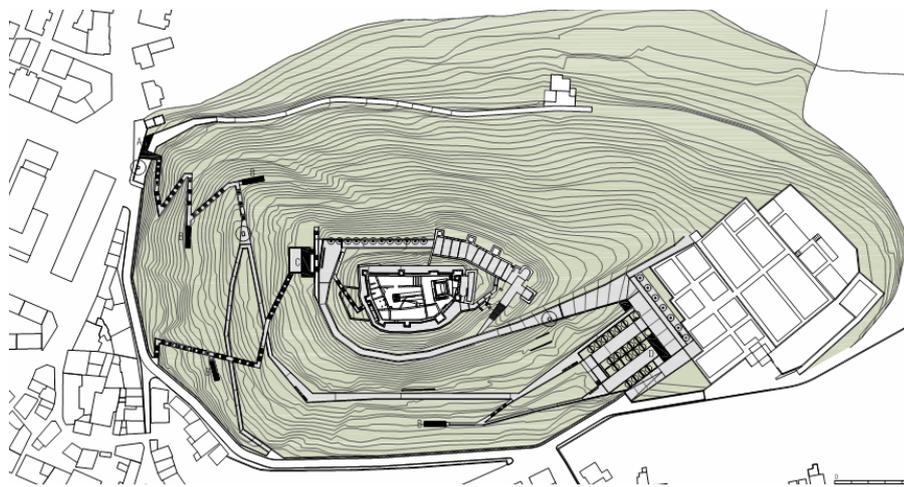
---

<sup>205</sup> Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

<sup>206</sup> CORREIA, Luís Miguel – Torre de Menagem. Castelo de Pombal. Um olhar (in)discreto. *Monumentos* 18, 2003. p. 118-121.



111. Vista aérea sobre o Castelo de Pombal



112. Planta de Implantação



113-116. Intervenção no Castelo de Pombal

## INTERVENÇÃO: Programa e Projecto

Ficha técnica:

Local: Pombal, Portugal

Início do projecto: 2004

Conclusão da obra: 2012

Área de intervenção: 48.650 sqm?

Arquitectura: Luís Miguel Correia, Nelson Mota e Susana Constantino

Arquitectura Paisagística: Luís Guedes de Carvalho, Luís Miguel Correia, Nelson Mota, Susana Constantino

Estrutura, Instalações hidráulicas e acústicas: ABL – Gabinete de Projectos Lda

Instalações eléctricas: Luís Ribeiro

Construção: JRSF Joaquim Rodrigues e Silva Lda, Ibersilva, Argoconstrutora, Construção Civil Lda

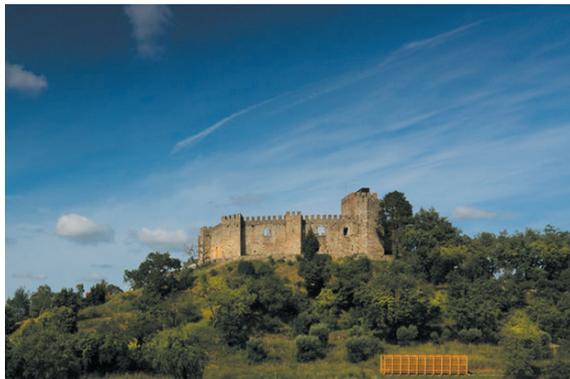
Promotor: Câmara Municipal de Pombal

Nas últimas décadas, o Castelo de Pombal e a sua área envolvente estiveram condenados ao isolamento do centro da cidade. Para o cidadão comum, o castelo era somente um ambiente de fundo para o dia-a-dia, uma referência de identidade da história da cidade e uma marca na paisagem. Este espaço não tinha a capacidade de atrair a população, não criando experiências e vivências. A ‘Rua do Castelo’, por exemplo, que define o perímetro Sul e Oeste da colina, fazia a ligação da cidade com o recinto amuralhado, delimitando os dois espaços, mas o seu estado de conservação foi piorando progressivamente ao longo dos anos, dificultando o seu uso público. Já a vegetação da colina (hoje em dia muito apreciada pela população), resulta do abandono a que esta zona ficou votada durante a maior parte do século XX.<sup>207</sup>

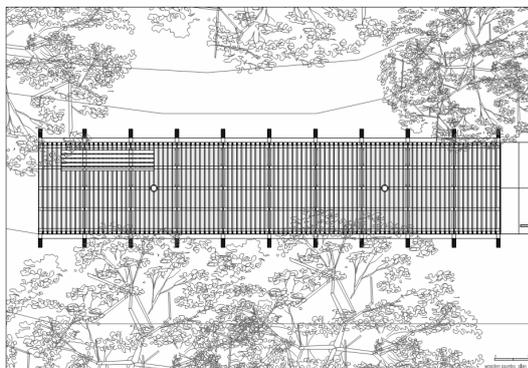
O projecto para a reorganização da colina do Castelo de Pombal foi lançado pela Câmara Municipal da cidade com o propósito de promover o local e o monumento nele inscrito. O principal objectivo era conceber um projecto que ajudasse a dinamizar esta área

---

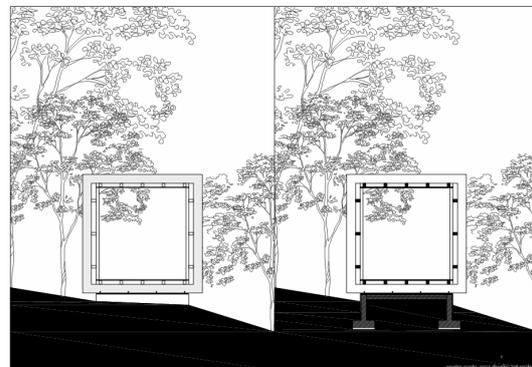
<sup>207</sup> Reorganization of Pombal Castle’s Hill. *Archdaily*, 2012.



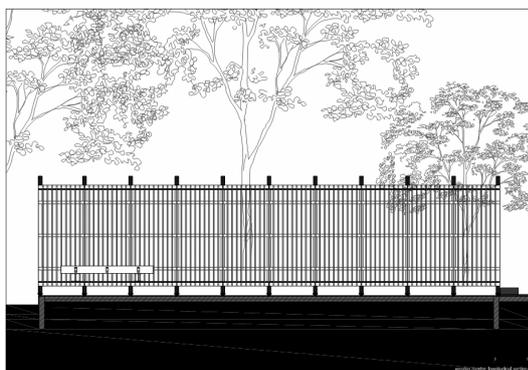
117-120. Estrutura em madeira



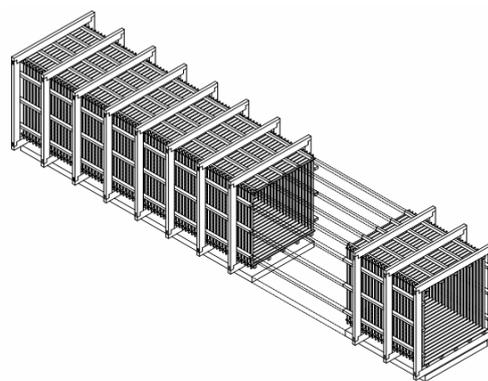
121. Planta da estrutura em madeira



122. Alçado e Corte da estrutura em madeira



123. Corte da estrutura em madeira



124. Axonometria da estrutura em madeira

histórica, promovendo a fruição do local, tanto pelos residentes, como pelos turistas. O programa foi desenvolvido pelos arquitectos Luís Miguel Correia, Nelson Mota e Susana Constantino, com a colaboração dos responsáveis do município e enriquecido ainda pelos comentários da população, recebidos numa etapa preliminar da proposta.

A premissa básica era que o projecto melhorasse as relações, tanto entre as zonas urbanas situadas na parte inferior da colina e a área envolvente ao castelo, como entre essa mesma área envolvente e o recinto amuralhado. A articulação com o castelo, marca da identidade e do perfil da cidade, devia abordar-se tendo em conta o valor patrimonial e simbólico do monumento.<sup>208</sup>

Para aumentar os factores de atracção e colmatar carências de determinadas infra-estruturas, deveriam criar-se novas instalações, como estacionamento, percursos cómodos e seguros, zonas de descanso e contemplação e uma cafetaria. Trabalhos arqueológicos e de preservação também foram fundamentais para valorizar a estrutura, respeitando a história do local.<sup>209</sup>

Uma das principais intenções de projecto foi desenhar os novos elementos construídos tendo em conta o contexto do *lugar*, ou seja, a paisagem e os objectos pré-existentes, sem questionar o seu carácter e promovendo uma ligação entre ambos. O projecto define assim três áreas, cada uma delas com uma abordagem diferente. Os materiais utilizados foram principalmente muros rebocados, pavimentos de pedra e saibro e estruturas de madeira.

Na primeira dá-se destaque às encostas oeste e sul da colina, em que se procura estabelecer um diálogo entre as áreas urbanas situadas na parte inferior da colina do castelo, criando novos acessos, percursos e elementos que garantam a protecção da paisagem e ao mesmo tempo que fomentem uma diversidade de experiências que possam ser vividas neste lugar. Um desses elementos é uma estrutura em madeira que cria uma ligação com a paisagem verde envolvente.

Na segunda área, onde se localiza o cemitério, tanto a zona de estacionamento como das instalações adjacentes foram desenhadas como elementos topográficos, com muros de betão rebocados a suportar a transição entre as grandes diferenças de nível.

---

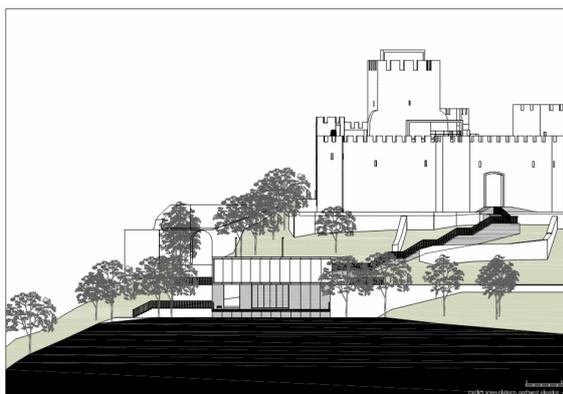
<sup>208</sup> LAYLIN, Tafline – Pombal Castle's Striking Upgrade Forges a Connection to Portuguese History. *Inhabitat*, 2012.

<sup>209</sup> Pombal Castle Hill by COMOCO Architects. *Dezeen Magazine*, 2012.

Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal



125-127. Cafeteria do castelo



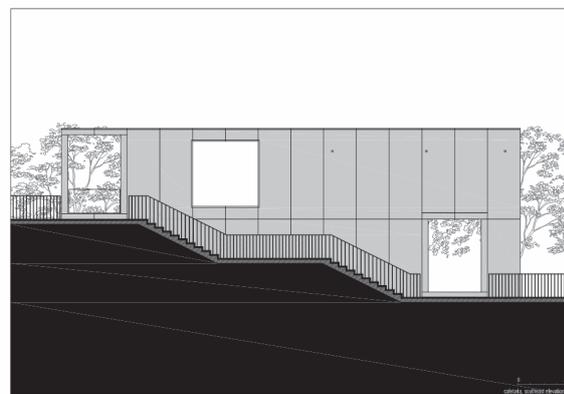
128. Alçado da cafeteria



129. Cafeteria do castelo



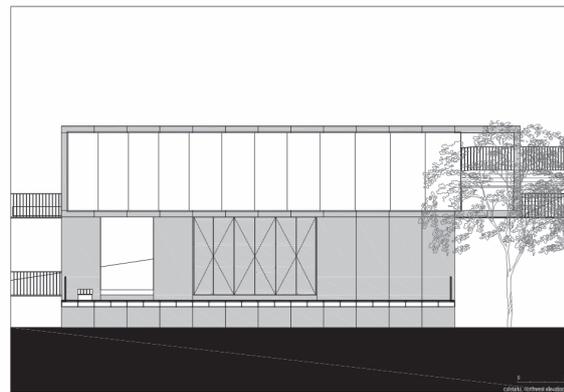
130. Planta cafeteria piso térreo



131. Alçado cafeteria



132. Planta cafeteria piso 1



133. Alçado cafeteria

Por último, na terceira área (zona que rodeia o recinto amuralhado), havia o objectivo de realçar o castelo como o principal elemento construído. O acesso oeste do castelo foi redesenhado, incluindo uma plataforma na sua parte inferior. Na envolvente da Igreja de Santa Maria também foram redesenhados para oferecer um espaço público que poderia fomentar a sua apropriação (nomeadamente para actuações e outras actividades culturais). O material que se utiliza nesta área é a pedra, o mesmo que se usa nos principais pontos de interesse, o castelo e as ruínas da igreja.

Funcionando como ponto de ligação entre estas áreas, desenhou-se uma cafetaria no topo da colina, que se constituiu como um elemento adicional para atrair visitantes (locais e turistas). Para enfatizar a sua importância na intervenção geral, a cafetaria construiu-se com uma estrutura metálica, com dois pisos, revestida com painéis de aço *corten*, tanto nas fachadas como na cobertura. Desta maneira se incorpora uma estratégia de desenho que afirma o novo relativamente ao pré-existente, sem esquecer, no entanto, a identidade do lugar.<sup>210</sup>

Era importante que as novas adições tivessem a sua própria identidade sem desrespeitar as estruturas existentes. Era também crucial facilitar os acessos ao topo da colina do Castelo (encosta oeste do castelo), principalmente, para os habitantes locais, de maneira a poderem melhor experienciar esta estrutura militar. Daí que tenham sido criados novos percursos, que permitem o acesso da parte inferior ao topo da colina, com novas áreas de permanência que permitem não só descansar e observar a paisagem, mas também uma apropriação do local pelos habitantes.

---

<sup>210</sup> GUTIÉRREZ, Catalina – Reorganización del Castillo del Cerro Pombal/COMOCO. *Plataforma Arquitectura*, 2012.



## Conclusão

É importante dar o devido reconhecimento ao valor patrimonial da arquitectura militar portuguesa, fundamental para a construção da identidade nacional, evidenciando que a sua reorganização e qualificação pode constituir-se como uma forma de revitalizar algumas zonas urbanas ou rurais que poderão ter caído no “esquecimento” ou “abandono”. Salienta-se, assim, a importância do estudo e divulgação da salvaguarda e valorização do património arquitectónico militar que tem sido realizada nos últimos anos através da intervenção arquitectónica contemporânea, que procura não só manter viva a “memória das pedras”, mas também criar condições para que se volte a usufruir destes monumentos de indiscutível valor histórico e cultural.

Para compreender as circunstâncias em que as actuais intervenções se realiza(ram), este trabalho procurou abordar as diferentes transformações que os castelos portugueses sofreram ao longo do tempo. Partindo das primeiras alterações sofridas no seu perfil arquitectónico durante a Idade Média, fez-se referência a algumas iniciativas monárquicas em prol dos monumentos e a figuras eruditas que de alguma forma contribuíram para a valorização das estruturas militares medievais. Depois de no século XIX passarem por um período de profunda degradação, tendo em conta o seu estado de *ruína*, no século XX os castelos começaram a constituir-se como elementos fundamentais para a construção da identidade nacional, convertendo-se gradualmente num venerado símbolo nacional, sendo considerados objectos prioritários a valorizar. Através de um conjunto diverso de circunstâncias, os castelos assumiram pouco a pouco o papel de testemunhos privilegiados do nascimento pátrio, englobando uma série de intervenções. Esta “devoção” pelos castelos medievais atingiu uma enorme preponderância durante o regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974), o qual explorou ideologicamente a figura do castelo medieval. O regime, através da actuação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada em 1929, empreendeu uma vasta campanha de obras nos edifícios públicos e *monumentos nacionais*, com a finalidade de salvaguardar e valorizar o património arquitectónico português. A par da cuidada preparação e realização das intervenções de *conservação* e *restauro* nos imóveis da herança patrimonial que nos foi legada, a DGEMN soube, em cada época, durante 75 anos, enriquecer o legado a transmitir às gerações futuras.



Em meados do século XX surgem os projectos com programas de adaptação dos monumentos a novas funções, constituindo-se como trabalhos de grande escala. Alguns castelos foram alvo de adaptação a pousada, no entanto estas intervenções revelaram-se bastante impositivas. Gradualmente procuraram-se novos critérios e filosofias de actuação, que considerem prioritária a salvaguarda do monumento, objectivando uma intervenção mínima que respeite o património pré-existente. Afirma-se também a importância, muito actual, da relação entre objecto arquitectónico, envolvente física e contexto social e cultural.

Conclui-se que, enquanto nos séculos anteriores havia o desejo de recuperar um possível estado “original” dos monumentos (ora reconstruindo-os, ora retirando-lhes os acrescentos colocados), no século XXI a valorização da *ruína* e da sua envolvente é uma prioridade e, por isso, a manutenção das estruturas na sua condição de *ruína* é lícita. Tendo em conta este facto, considerou-se importante analisar as medidas implementadas de protecção da paisagem, nomeadamente a criação de áreas de protecção com o intuito de salvaguardar o contexto do lugar dos monumentos.

Tendo em consideração a realização de um significativo número de intervenções nas estruturas militares, com o objectivo de valorizar, dinamizar e devolver os castelos à fruição do público, procedeu-se a uma análise destes planos.

Através da confrontação de intenções, posturas e metodologias de actuação, pretendeu-se esclarecer o propósito e as orientações que convergem para uma intervenção no património, em particular nos castelos, que se deseja responsável e que respeite a pré-existência. Acredita-se que a investigação de casos específicos e de novas perspectivas de actuação contribui para o enriquecimento de conteúdos. Assim, com a realização deste trabalho, pretendeu abrir-se espaço para o debate sobre os propósitos que levam à salvaguarda e valorização do património arquitectónico militar, através da exposição de diferentes abordagens. Conclui-se que a ideia subjacente a qualquer uma destas operações é introduzir algo de novo, em menor ou maior grau. Pretende-se reintroduzir “vida” a estes edifícios sem função, visando uma apropriação controlada, compatível e respeitadora do castelo, adequada à herança cultural do monumento.

Sublinhada a importância que a intervenção arquitectónica pode ter na reintegração destes monumentos na vida contemporânea, através de um projecto de arquitectura, apresentaram-se dois casos de estudo: a Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge e a Reorganização do Castelo de Pombal.



Da exposição destes casos de estudo procurou-se levantar algumas questões relacionadas com a intervenção arquitectónica, nomeadamente com as dificuldades que podem surgir neste processo, com o equilíbrio entre as pré-existências e as novas adições, ou a questão da (perda ou) manutenção da identidade do monumento.

O principal elo que liga estes dois casos de estudo é o facto da intervenção arquitectónica surgir como o motor para a sua salvaguarda e dinamização, procurando garantir uma nova fruição resultante dos novos usos propostos para estes monumentos, com a adição de nova arquitectura. Verifica-se a existência de algum paralelismo no que diz respeito às linguagens arquitectónicas utilizadas. Em ambos os casos recorrem-se a materiais contemporâneos que exprimem as exigências dos novos programas e que criam ambientes com novas texturas e cores, por exemplo com o recurso ao aço *corten*. Tanto num caso, como no outro, embora com diferentes contextos programáticos, a vontade de dinamizar estes espaços é incontornável.

Relativamente aos principais objectivos destas intervenções verifica-se alguma dissemelhança, pois se no caso do Castelo de S. Jorge há o propósito de proteger ruínas entretanto descobertas, constituindo-se como uma intervenção pontual, as circunstâncias da actuação no Castelo de Pombal são outras, já que aqui se procura revitalizar toda a estrutura do castelo, concebendo uma intervenção global. Enquanto a Musealização da Praça Nova do Castelo de S. Jorge se constitui como uma intervenção dentro do recinto das muralhas do castelo, a operação na estrutura do Castelo de Pombal realiza-se não só no interior do recinto do castelo, mas também na sua envolvente, concebendo novos percursos e estruturas para uma melhor fruição dos espaços.

Situado na capital do país, verifica-se que o Castelo de S. Jorge, mesmo antes desta intervenção, era um monumento bastante visitado. Já o Castelo de Pombal, antes da intervenção, era uma estrutura sem “vida”, não havendo usufruto dos seus espaços. Deste modo, a operação realizada tinha o desígnio de revitalizar o castelo, introduzindo-lhe novas características que atraíssem visitantes e os habitantes locais a viverem e a apropriarem-se deste lugar.

Com base na análise dos casos de estudo e da sua confrontação conclui-se que não existe uma forma mais correcta ou eficaz de intervir no património militar. Cada caso deve ser analisado tendo em conta as suas especificidades, nomeadamente no que diz respeito ao



estado de conservação do edifício, ao programa que é para ele proposto e às condições oferecidas pelos promotores da intervenção.

De uma maneira geral, conclui-se que todas as propostas abordadas neste trabalho incutem estratégias e processos de intervenção que revitalizam os espaços onde os castelos se inserem, demonstrando conhecimento histórico e social do monumento e do lugar e “[...] perseguindo sensações com alguma carga poética, através do estabelecimento de contrastes, de diferenças: o *velho* face ao *novo*, a ruína e o vidro, a pedra e o metal/madeira, o escuro e o claro.”<sup>211</sup>

A intervenção contemporânea procura valorizar o *lugar*, através da criação de uma nova relação entre o monumento (castelo) e a paisagem onde está inserido, atribuindo novas características ao espaço público envolvente, mas com o intuito de consolidar o espaço já existente. Há o objectivo de que o espaço público funcione como instrumento de união do conjunto patrimonial, ou seja, entre monumento e envolvente, mas que estabeleça, igualmente, um diálogo entre monumento e cidade ou povoação. Verifica-se, assim, a intenção de aproximar o castelo à comunidade, introduzindo factores que promovam além da reinserção do objecto no meio rural ou urbano, uma melhor fruição dos espaços pelos visitantes, mas sobretudo, pelos habitantes locais. As opções de projecto reflectem esse desejo, nomeadamente com o desenho de percursos, infra-estruturas, circulações viárias e pedonais, pela demarcação do existente, etc.

Os projectos definem novos espaços contemporâneos, com a adição de nova arquitectura, tendo como referência a história do lugar. Introduzem-se novas linguagens, com base em novos materiais, afirmando-se um novo momento no percurso temporal do conjunto patrimonial, dotando-o de novas funções e equipamentos. Estes projectos evidenciam a definição de novos conceitos na salvaguarda dos monumentos, em que no processo da sua requalificação se recorre à construção de novas estruturas e novos espaços públicos que, juntos, valorizam e dinamizam o espaço dos castelos.

O processo de adição às pré-existências revela a preocupação tida em preservar os valores do passado, onde se acrescenta algo de novo ao espaço, mas com o intuito de proteger, valorizar e dar uso ao património existente. Deste modo, o recurso às obras contemporâneas, torna-se numa mais valia na requalificação e revitalização das áreas antigas. As intervenções contemporâneas denotam uma preocupação em estabelecer uma

---

<sup>211</sup> CORREIA, Luís Miguel – A Torre de Menagem do Castelo de Leiria. *Monumentos* 10, p. 90.



continuidade entre o *novo* e o *velho*, pois reconhecem a pertença dos castelos a um momento histórico e a importância de conservar a sua simbologia. Procura-se valorizar o *velho* com o *novo*, inserindo novos elementos que potenciem a revitalização e a manutenção dos valores do contexto do lugar, em que se geram novas valias que são instrumentos de um processo de afirmação e prolongamento da identidade e memória colectiva do lugar.

Os projectos de arquitectura desenham e reorganizam o espaço, adicionando elementos e empregando novos materiais, cores e texturas, no sentido de restituir algum protagonismo de outrora aos castelos e procurando recuperar a sua posição de destaque no meio envolvente, e não apenas no que diz respeito ao lugar de implantação.

O desenho do espaço público estabelece uma relação entre os diversos elementos do lugar, mas procurando evidenciar o monumento, nomeadamente pela definição de novos eixos visuais, perspectivas e percursos, com o objectivo de estabelecer um enquadramento adequado ao castelo, tal como se desejou no período do Estado Novo.

Conclui-se que existe um paralelismo entre as campanhas de obras realizadas sob a alçada da DGEMN no período do Estado Novo e as mais recentes campanhas de intervenção nos castelos, pois muitos dos princípios agora mencionados relativamente à intervenção contemporânea são os mesmos que regiam as obras produzidas naquele período.

Na intervenção contemporânea verifica-se alguma variedade de opções em projecto, políticas de acção e estratégias de intervenção, em que se empregam diferentes materiais e técnicas e se desenham novas estruturas, percursos e programas. Aplicam-se novos conceitos, pensamentos e técnicas construtivas, no entanto, parece ser comum a quase todas, o objectivo de que as intervenções sejam sinónimo de ‘obra mínima’, em que o reconhecimento do valor do monumento é prioritário.

Nestes diferentes processos de intervenção, o arquitecto desempenha um papel fulcral, através da maneira como organiza espaços e programas. A sua actuação define como a intervenção valoriza e dignifica o lugar patrimonial, como evidencia a identidade do castelo e do seu contexto.

Em síntese, estes projectos conduzem a um conjunto de acções que visam, mais do que valorizar os castelos, clarificar a sua relação com a envolvente, procurando, com intervenções reversíveis, entender este conjunto espacial como um todo coerente, introduzindo novas valências que contribuem para uma fruição mais completa do local,



como é o caso das cafetarias, dos núcleos museológicos, das lojas, das características expositivas, etc.

Assume-se a contemporaneidade das intervenções, sabendo que os castelos em causa sofreram múltiplas alterações e continuarão a sofrê-las ao longo do tempo.

Como refere José Miguel Silva:

“Hoje a intervenção contemporânea tem a mesma capacidade de se constituir como história: os monumentos são parte integrante e caracterizadora de um momento temporal da cidade.”<sup>212</sup>

---

<sup>212</sup> SILVA, José Miguel – *O Monumento e o Lugar. Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, 2010, p. 13.



## Referências bibliográficas

ALÇADA, Margarida; GRILO, Maria Inácia Teles – *Caminhos do Património*. Lisboa: D.G.E.M.N. Livros Horizonte, 1999. 254p. ISBN 9729763828.

ANES, Paulo – Reabilitação e valorização do Castelo de Algozo. Enquadramento conceptual e fundamentação técnica. *Património Estudos* 7. Lisboa: IPPAR, 2004. ISSN 16452453. p. 198-205.

*Arq|a Arquitectura e Arte. Ações Patrimoniais*. Lisboa: Futurmagazine, 2010. ISSN 1647077x.

ARMAS, Duarte de – *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Edições Inapa, 1990. 20 p. ISBN 9728387075.

BARROCA, Mário Jorge – Uma paisagem com Castelos. *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metápolis*. Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. p. 173-181.

BARROCA, Mário Jorge – D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 1998. p. 801-822.

BARROCA, Mário Jorge – Os castelos das Ordens Militares em Portugal (Sécs. XII a XIV). In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002. ISBN 972772308X. p. 535-548.

BOTTO, Margarida Donnas – O Castelo de Amieira do Tejo – enquadramento histórico e razões de uma intervenção. *Património Estudos* 10. Lisboa: IPPAR, 2007. ISSN 16452453. p. 125-132.



BUCHO, Domingos Almeida – *Herança Cultural e Práticas do Restauro arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo: Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre*. Évora: Universidade de Évora, 2009. Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico.

CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas. *Património Estudos* 1, 2001. ISSN 16452453. p. 103-107.

CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – *Intervenções no Património: 1995-2000*. Lisboa: IPPAR, 1997. 115 p.

CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – *Património: balanço e perspectivas, 2000-2006*. Lisboa: IPPAR, 2000. 333 p. ISBN 9728087772.

CANDIA, Miriam de – Lisbona completa il progetto di musealizzazione di Carrilho da Graça. [Em linha]. *Archiportale*, Novembro 2010. [Consult. 8 de Março 2012]. Disponível em: [http://www.archiportale.com/news/2010/11/architettura/lisbona-completa-il-progetto-di-musealizzazione-di-carrilho-da-gra%C3%A7a\\_20474\\_3.html](http://www.archiportale.com/news/2010/11/architettura/lisbona-completa-il-progetto-di-musealizzazione-di-carrilho-da-gra%C3%A7a_20474_3.html)

Castelo de São Jorge: <http://www.castelodesaojorge.pt/>

Catálogo da Exposição 11/2011, *Prémio Nacional de Arquitectura em Madeira 2011*. p. 32

COMOCO, Arquitectos – Castelo PBL. [Em linha]. COMOCO. [Consult. 6 Junho 2012]. Disponível em: [http://www.comoco.eu/comoco\\_1c\\_PBLcastle\\_01.html](http://www.comoco.eu/comoco_1c_PBLcastle_01.html)

Comoco: intervención em el Castillo de Pombal (Portugal). [Em linha]. *ArquitecturaViva.com*, Fevereiro 2012. [Consult. 20 Fevereiro 2012]. Disponível em: <http://www.arquitecturaviva.com/Cms/Items/ItemDetail.aspx?ID=3357>



CORREIA, Luís Miguel – A construção da *identidade* do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo. In *Estudos do Século XX* 11. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011. ISSN 16453530. p. 167-199.

CORREIA, Luís Miguel – A Torre de Menagem do Castelo de Leiria. *Monumentos* 10, Lisboa: DGEMN. p. 92.

CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010. 469 p. ISBN 9789892600222.

CORREIA, Luís Miguel – La Torre del Homenaje del Castillo de Pombal. Una Mirada (In) Discreta. *Loggia* 19. Valência: Universidad Politecnica de Valencia, 2006. p. 86-95.

CORREIA, Luís Miguel – O lugar dos *monumentos nacionais* no contexto das *Cartas de Atenas*. Discurso e prática do *moderno*. In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*. Lisboa: LNEC, 2011. p. 367-374.

CORREIA, Luís Miguel – Sobre a Intervenção no Património em Portugal: Uma Questão de Identidade. In *Quaderns Científics i Tecnic de Restauració Monumental – I Biennial de la Restauració Monumental: L'Hospitalet de Llobregat (Barcelona)*. Barcelona: Diputació de Barcelona/Àrea de Cooperació/Servei de Patrimoni Arquitectònic Local, 2000. p. 353-358.

CORREIA, Luís Miguel – Torre de Menagem. Castelo de Pombal. Um olhar (in)discreto. *Monumentos* 18. Lisboa: DGEMN, 2003. p.118-121.

COSTA, Vasco Martins – *75 DGEMN: conhecer, inovar, conservar, informar*. Lisboa: DGEMN, 2004. 210 p. ISBN 9729763860

CUPIDO, Amândio; BARROS, Márcia – Castelo de Mogadouro: uma intervenção. *Património Estudos* 9. Lisboa: IPPAR, 2006. ISSN 16452453. p. 173-179.



CUSTÓDIO, Jorge – De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1873-1964). In *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: IPPAR, 1993. p. 33-71.

DGEMN, Castelo de Pombal, Boletim nº 21, DGEMN, Lisboa, 1940

DGEMN, Castelo de São Jorge, Boletim nº. 25 - 26, Lisboa, 1941

FERNANDES, Gica; DELAQUA, Victor – Reorganização do Castelo da Colina de Pombal/COMOCO. [Em linha]. *Archdaily Brasil*, Abril 2012. [Consult. 31 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/41133/reorganizacao-do-castelo-da-colina-de-pombal-comoco/>

FERNANDES, Isabel Cristina – Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação. [Em linha]. p. 149-173. [Consult. 11 Fevereiro 2011]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3600.pdf>.

FERNANDES, Isabel Cristina – La Restauración de los Castillos de Portugal (Años 30-60 del Siglo XX). In *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos: Actas del Simposio Internacional*. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2005. p. 159-194.

FERNANDES, Maria Manuela; GOMES, João Seabra; SALEMA, Sofia – Espaço interpretativo do Castelo de Viana do Alentejo. Projecto de arquitectura – notas preliminares. *Património Estudos 7*. Lisboa: IPPAR, 2004. ISSN 16452453. p. 155-156.

FIGUEIREDO, Ana ; SANTOS, M. Helena – Intervenções em áreas urbanas na envolvente de edificios classificados. *Património Estudos 2*. Lisboa: IPPAR, 2002. ISSN 16452453. p. 109-115.

Finotti, Leonardo – Archeological Area at São Jorge Castle. [Em linha]. *Leonardo Finotti Architectural Photographer*. [Consult. 20 Junho 2012]. Disponível em:



<http://www.leonardofinotti.com/projects/archeological-area-at-sao-jorge-castle/image/17005-100603-061d>

GOMES, A.; GASPAR, A.; PIMENTA J.; GUERRA, S.; MENDES H.; RIBEIRO S.; VALONGO A.; PINTO P. – Castelo de S. Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos. *Património Estudos* 4. Lisboa: IPPAR, 2003. ISSN 16452453. p. 214-223.

GOMES, Rita Costa – *Castelos da Raia. Vol.I: Beira*. Lisboa: IPPAR, 2001. ISBN 9728087306.

GOMES, Rita Costa – *Castelos da Raia. Vol.II: Trás-os-Montes*. Lisboa: IPPAR, 2003. ISBN 9728736282.

GRAÇA, João Luís Carrilho da – Archeological Museum of “Praça Nova do Castelo de São Jorge”. [Em linha]. *João Luís Carrilho da Graça Arquitectos*. [Consult. 20 Junho 2012]. Disponível em: <http://jlcg.pt/castelo.html>

GRAÇA, João Luís Carrilho da – Musealization of the São Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site, Lisbon. [Em linha]. *Europaconcorsi*, Fevereiro 2011. [Consult. 20 Fevereiro 2012]. Disponível em: <http://europaconcorsi.com/projects/143424-Musealization-of-the-S-o-Jorge-Castle-s-Pra-a-Nova-Archaeological-Site-Lisbon>

GRUNOW, Evelise – Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge, Lisboa. [Em linha]. *Arcoweb*, Maio 2011. [Consult. 20 Junho 2012]. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/joao-luis-carrilho-da-graca-musealizacao-de-04-05-2011.html>

GUTIÉRREZ, Catalina – Reorganización del Castillo del Cerro Pombal/COMOCO. [Em linha]. *Plataforma Arquitectura*, Fevereiro, 2012. [Consult. 20 Fevereiro 2012]. Disponível em: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2012/02/11/castillo-de-castelo-novo-comoco/>

Habitar Portugal: <http://www.habitarportugal.org/ficha.htm?id=25>



HELM, Joanna – Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Architectos. [Em linha]. *Archdaily Brasil*, Janeiro 2012. [Consult. 31 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/20123/musealizacao-da-area-arqueologica-da-praca-nova-do-castelo-de-s-jorge-joao-luis-carrilho-da-graca/>

IGESPAR – *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, 2010. 416 p. ISBN 9789898052209.

IGESPAR – Carta Europeia do Património Arquitectónico. [Em linha.] [Consult. 20 Julho 2012]. Disponível em:  
<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf>

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico:  
<http://www.igespar.pt/pt/>

Inaugurado Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge. [Em linha]. [Consult. 2 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2H-YV0H89N4>

KOMNINO, Tina – Reorganization of Pombal Castle's Hill in Portugal by COMOCO Architects. [Em linha]. *Yatzer*, Julho 2012. [Consult. 5 Julho 2012]. Disponível em: <http://www.yatzer.com/Pombal-Castle-Portugal-COMOCO>

LAYLIN, Taflin – Pombal Castle's Striking Upgrade Forges a Connection to Portuguese History. [Em linha]. *Inhabitat*, Março 2012. [Consult. 10 Março 2012]. Disponível em: <http://inhabitat.com/pombal-castle%E2%80%99s-striking-upgrade-is-a-rust-colored-connection-to-portuguese-history/>

LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006. 179 p. ISBN 9728704925.



MARADO, C. A.; CORREIA, L. M. – The setting of architectural heritage in Portugal *Heritage 2010*. In *Heritage and Sustainable Development*. Barcelos: Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, 2010. ISBN 9789899567139. p. 1015-1022.

MARQUES, Teresa – O conhecimento do património. A sustentabilidade de um projecto de serviço público. *Património Estudos* 10. Lisboa: IPPAR, 2007. ISSN 16452453. p. 5-14.

MESTRE, Victor, GASPAR, Maria Alexandra, GOMES, Ana M. – Reabilitação do troço sul/nascente do caminho-de-ronda do Castelo de São Jorge. *Monumentos* 17. Lisboa: DGEMN, 2002. pp. 132-139.

MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Lisboa: Edições Colibri, 1999. 332 p. ISBN 9727720919.

NETO, Maria João – A propósito da *Carta de Veneza* (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos anos cinquenta anos. *Património Estudos* 9. Lisboa: IPPAR, 2006. ISSN 16452453. p. 91-99.

NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP Publicações, 2001. 362 p. ISBN 9729483450.

NEVES, José Manuel das – *Colecção 1+1 - Carrilho da Graça*. Lisboa: Uzina Books, 2012. 64p. ISBN 9789898456212

PAIS, Ana Cristina – Projecto de recuperação, conservação e valorização do Castelo de Viana do Alentejo. *Património Estudos* 7. Lisboa: IPPAR, 2004. ISSN 16452453. p. 133-137.

PASSOS, José Manuel Silva – *Zonas Especiais de Protecção*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1989. 282 p. ISBN 9729506434.

PEREIRA, João Nasi – Amieira: regresso ao futuro. *Património Estudos* 10. Lisboa: IPPAR, 2007. ISSN 16452453. p. 163-166.



PEREIRA, Nuno Teotónio; MALATO, Nuno; CRUZ, Alberto – Castelo de Vide. Reabilitação do antigo paiol do castelo. *Património Estudos* 8. Lisboa: IPPAR, 2005. ISSN 16452453. p. 120-125.

PEREIRA, Paulo – “Lugares de passagem” e o resgate do tempo. *Património Estudos* 1. Lisboa: IPPAR, 2001. ISSN 16452453. p. 6-16.

PEREIRA, Paulo – *Património Edificado. Pedras Angulares*. Aura Ensaios, 2005. 187 p. ISBN 972-9953627.

PIRES, João Ochôa – De antigo paiol a museu arqueológico: processo de reabilitação em Castelo de Vide. *Património Estudos* 8. Lisboa: IPPAR, 2005. ISSN 16452453. p. 101-107.

Pombal Castle Hill by COMOCO Architects. [Em linha]. *Dezeen Magazine*, Fevereiro 2012. [Consult. 10 Fevereiro 2012]. Disponível em:  
<http://www.dezeen.com/2012/02/02/pombal-castle-hill-by-comoco-architects/>

QUINTA, Ana Luísa – Porque as pedras também falam. A construção como documento. *Património Estudos* 8. Lisboa: IPPAR, 2005. ISSN 16452453. p. 165-178.

Reorganization of Pombal Castle’s Hill. [Em linha]. *Archdaily*, Fevereiro 2012. [Consult. 10 Fevereiro 2012]. Disponível em: <http://www.archdaily.com/205989/castle-of-castelo-novo-comoco/>

RIBEIRO, João Mendes – Projecto para uma Casa de Chá no Castelo de Montemor-o-Velho. *Património Estudos* 1. Lisboa: IPPAR, 2001. ISSN 16452453. p. 173-179.

RODRIGUES, Paulo Alexandre – *Património, Identidade e História: O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais do Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998. 329p. Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea.



ROSAS, Lúcia – *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro: 1835-1928*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de Doutoramento em História da Arte.

ROSAS, Lúcia – Monumentos Pátrios: Entrevista com Lúcia Rosas. *Via Panorâmica: Revista de Estudos Anglo-Americanos*. Porto: Departamento de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos – Compor ameias em castelos como dentes em dentaduras: a reabilitação funcional de fortificações medievais em Portugal. In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*. Lisboa: LNEC, 2011. p. 97-104.

São Jorge Castle Praça Nova, Portugal : Lisbon Building. [Em linha]. *E-Architect*. [Consult. 20 Fevereiro 2012]. Disponível em:

[http://www.e-architect.co.uk/portugal/praca\\_nova\\_lisbon.htm](http://www.e-architect.co.uk/portugal/praca_nova_lisbon.htm)

São Jorge Castle by JLCG Arquitectos + Global, Arquitectura Paisagista. [Em linha].

*Landezine*, Outubro 2010. [Consult. 8 Março 2012]. Disponível em:

<http://www.landezine.com/index.php/2010/10/sa%CC%83o-jorge-castle/>

SILVA, José Miguel – O arquitecto e o projecto contemporâneo na transformação dos lugares patrimoniais. In *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*. Lisboa: LNEC, 2011. p. 215-222.

SILVA, José Miguel – *O Monumento e o Lugar. Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos.

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Default.aspx](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx)



TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações, 2002. 494p. ISBN 972948354X.

Últimas Reportagens: <http://www.ultimasreportagens.com/>



## Fontes das Imagens

Fig. 1-4. [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) (Base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU)

Fig. 5. <http://historia9bavanca.blogs.sapo.pt/11949.html>

Fig. 6. ALÇADA, Margarida; GRILO, Maria Inácia Teles – *Caminhos do Património*. Lisboa: D.G.E.M.N. Livros Horizonte, 1999. p. 28.

Fig. 7 - 14. [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) (Base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU)

Fig. 15. <http://dgemn-digital.wikidot.com/boletim-n-1-igreja-de-leca-do-bailio-setembro-de-1935>

Fig. 16. [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) (Base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU)

Fig. 17. ALÇADA, Margarida; GRILO, Maria Inácia Teles – *Caminhos do Património*. Lisboa: D.G.E.M.N. Livros Horizonte, 1999. p. 65.

Fig. 18-30. [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) (Base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU)

Fig. 31-32. Própria autora

Fig. 33. <http://myguide.iol.pt/profiles/blogs/passeios-ca-dentro-a-pitoresca>

Fig. 34. <http://www.geolocation.ws/v/W/File:Pousada%20da%20Rainha.jpg/-/en>

Fig. 35-36. <http://www.pousadas.pt/historic-hotels-portugal/pt/pousadas/alentejo-hotels/pousada-de-alvito/castelo-de-alvito/pages/weddings.aspx>

Fig. 37. <http://www.panoramio.com/photo/1173442>

Fig.38.[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Murallas\\_do\\_castelo,\\_na\\_pousada\\_de\\_Alcacer.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Murallas_do_castelo,_na_pousada_de_Alcacer.jpg)

Fig. 39. BOTTO, Margarida Donnas – O Castelo de Amieira do Tejo – enquadramento histórico e razões de uma intervenção. *Património Estudos* 10. Lisboa: IPPAR, 2007. p. 163.

Fig. 40-41. BOTTO, Margarida Donnas – O Castelo de Amieira do Tejo – enquadramento histórico e razões de uma intervenção. *Património Estudos* 10. Lisboa: IPPAR, 2007. p. 164.

Fig. 42. <http://www.aepga.pt/portal/PT/144/default.html>

Fig. 43. ANES, Paulo – Reabilitação e valorização do Castelo de Algosó. Enquadramento conceptual e fundamentação técnica. *Património Estudos* 7. Lisboa: IPPAR, 2004. p. 204.



Fig. 44-46. ANES, Paulo – Reabilitação e valorização do Castelo de Algosó. Enquadramento conceptual e fundamentação técnica. *Património Estudos* 7. Lisboa: IPPAR, 2004. p. 202.

Fig. 47-52. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)

Fig. 53-55. PEREIRA, Nuno Teotónio; MALATO, Nuno; CRUZ, Alberto – Castelo de Vide. Reabilitação do antigo paiol do castelo. *Património Estudos* 8. Lisboa: IPPAR, 2005. p. 121-123.

Fig. 56-59. Própria autora

Fig. 60-66. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)

Fig. 67-68. <http://hjaphotos.blogspot.pt/2011/11/viana-do-alentejo.html>

Fig. 69. <http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/51674549.jpg>

Fig. 70. <http://fotos.sapo.pt/sofiabarao/fotos/castelo-mogadouro/?uid=L5Kgur1pvKcNJIZUABiG>

Fig.71.<http://www.trekearth.com/gallery/Europe/Portugal/North/Leiria/Obidos/photo924349.htm>

Fig. 72. Própria autora

Fig. 73-78. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)

Fig. 79-86. [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) (Base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU)

Fig. 87. <http://free-wallpaperbase.com/show-wallpaper-3042.html>

Fig. 88-89. <http://www.archdaily.com.br/20123/musealizacao-da-area-arqueologica-da-praca-nova-do-castelo-de-s-jorge-joao-luis-carrilho-da-graca/>

Fig. 90. Própria autora

Fig. 91-95. <http://www.archdaily.com.br/20123/musealizacao-da-area-arqueologica-da-praca-nova-do-castelo-de-s-jorge-joao-luis-carrilho-da-graca/>

Fig. 96-103. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)

Fig. 104-105. [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) (Base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU)

Fig. 106-110. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)

Fig. 111. <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2012/01/pombal.html>

Fig. 112. <http://www.archdaily.com/205989/castle-of-castelo-novo-comoco/>

Fig. 113-120. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)



Fig. 121-124. <http://www.archdaily.com/205989/castle-of-castelo-novo-comoco/>

Fig. 125-127. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)

Fig. 128. <http://www.archdaily.com/205989/castle-of-castelo-novo-comoco/>

Fig. 129. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)

Fig. 130-133. [ultimasreportagens.com](http://ultimasreportagens.com)